

Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o Educador Social como agente de intervenção comunitária

Márcia Rafaela Alves Fernandes

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por
Professora Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes

Bragança
Outubro, 2023

Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o Educador Social como agente de intervenção comunitária

Márcia Rafaela Alves Fernandes

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por
Professora Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes

Bragança
Outubro, 2023

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é direcionado à Professora Mestre Teresa Fernandes, por todo o contributo e disponibilidade que prestou para o desenvolvimento do presente trabalho. O seu apoio e orientação foram, sem dúvida, um elemento-chave, tornando todo o processo menos complexo e mais cativante.

Um agradecimento especial aos meus pais, ao meu irmão e à minha cunhada pelo apoio incondicional que sempre me transmitiram na luta pelos meus sonhos, nunca duvidando das minhas capacidades. À minha sobrinha e afilhada Luana, que mesmo não sabendo, conseguia alegrar-me nos dias mais atribulados. Aos restantes familiares que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada agradeço-lhe profundamente. A motivação prestada foi, certamente, crucial.

Ao meu namorado, João Filipe, por estar sempre do meu lado, especialmente nos momentos mais difíceis. Todo o amor, carinho e dedicação demonstrados provam o ser humano incrível que é.

Às minhas colegas e amigas, Leonor e Paula, que caminham comigo há 5 anos, agradeço pelos momentos vividos em conjunto e pelo suporte que comprovaram ser.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às minhas colegas de trabalho: Dra. Iveta Vilares, Dra. Eliane Afonso e Dra. Elisabeth Albino, pela paciência e compreensão e, sobretudo, por todos os ensinamentos partilhados.

A todos estes serei eternamente grata.

Obrigada!

Resumo

A atribuição de casas em bairros de habitação social tende a priorizar apenas o alojamento, menosprezando a integração do indivíduo e a sua satisfação com o local, que podem ser determinadas por diversos fatores. Assim, identificando-se estes locais como tendencialmente estigmatizados e socialmente excluídos, é importante conhecer a perspetiva dos seus habitantes relativamente ao seu quotidiano no bairro e às relações interpessoais que estabelecem dentro e fora deste contexto.

Deste modo, através do desenvolvimento de um estudo qualitativo, de tipo exploratório, foram aplicadas quinze entrevistas semiestruturadas na cidade de Bragança, cinco no Bairro Social da Providência, cinco no Bairro Social da Coxa e cinco no Bairro Social da Mãe d'Água, tendo os participantes sido seleccionados de forma aleatória, com o objetivo de dar resposta à questão problema estabelecida: “*De que forma habitar num bairro social influência as vivências relacionais e comunitárias dos seus moradores?*”.

A análise de conteúdo das entrevistas permitiu constatar que, apesar da maioria verbalizar satisfação em residir no bairro, identificam como problemas emergentes a necessidade de reabilitação por parte da Câmara Municipal e a ligação superficial entre vizinhos, sendo a interação limitada a conversas. Pese embora existirem conflitos entre moradores, estes não são valorizados. Contrariamente ao comum identificado pela literatura, apenas foram relatados comportamentos criminais pelos moradores no Bairro Social da Mãe d'Água. De forma a lidar com estes problemas, os participantes descrevem algumas estratégias de *coping*, especificamente, estratégias de evitamento, reconstituição das diferenças e derivação do descrédito. Não obstante estas problemáticas negativas, os moradores mantêm uma ligação positiva com pessoas exteriores ao bairro e com outras entidades e instituições, não percecionando a estigmatização e a exclusão social.

Perante os resultados encontrados, refletiu-se a intervenção do Educador Social no contexto do bairro de habitação social à luz das suas competências e funções, tendo sido identificadas como técnicas a dinâmica de grupos, ações de sensibilização, role playing, mediação socioeducativa e treino de competências sociais.

Palavras-chave: bairros sociais, relações interpessoais, educador social.

Abstract

The allocation of homes in social housing neighbourhoods tends to prioritise accommodation alone, neglecting the individual's integration and satisfaction with the place, which can be determined by various factors. Therefore, as these places tend to be stigmatised and socially excluded, it is important to know their inhabitants' perspective on their daily lives in the neighbourhood and the interpersonal relationships they establish inside and outside this context.

Therefore, through the development of a qualitative, exploratory study, fifteen semi-structured interviews were carried out in the city of Bragança, five in the Social Neighbourhood of Previdência, five in the Social Neighbourhood of Coxa and five in the Social Neighbourhood of Mãe d'Água. The participants were selected at random, with the objective of answering the established problem question: "How does living in a social neighbourhood influence the relational and community experiences of its residents?".

The content analysis of the interviews showed that, although the majority expressed satisfaction at living in the neighbourhood, they identified the need for rehabilitation by the City Council and the superficial bond between neighbours, with interaction limited to conversations, as emerging problems. Although there are conflicts between residents, these are not valued. In contrast to what is commonly identified in the literature, only criminal behaviour was reported by residents in the Mãe d'Água Social Neighbourhood, although the consumption of psychoactive substances occurs in all three neighbourhoods. In order to deal with these problems, the participants described some coping strategies, specifically avoidance strategies, reconstitution of differences and the derivation of discredit. Despite these negative problems, residents maintain a positive connection with people outside the neighbourhood as well as with other entities and institutions, and do not perceive stigmatisation and social exclusion.

These results led us to reflect on the intervention of the Social Educator in the context of the social housing neighbourhood in the light of their competences and functions, and identified group dynamics, awareness-raising actions, role playing, socio-educational mediation and social skills training as techniques.

Keywords: social neighbourhoods, interpersonal relationships, social educator.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice Geral	iv
Índice de Tabelas	vi
Acrónimos e Siglas	vii
Introdução	8
I. Enquadramento teórico	10
1. Bairros de habitação social: Evolução histórico-política em Portugal.....	10
1.1. O Papel do Estado Social e as políticas de habitação	14
2. Características e dinâmicas socio-espaciais dos bairros	20
2.1. Segregação espacial.....	21
2.2. (Re) alojamento(s).....	22
3. Identidade e apreensão do bairro pelos seus moradores	24
3.1. Influência do espaço na construção da identidade pessoal	25
3.2. Quotidiano e vulnerabilidade do bairro.....	28
3.3. Relações interpessoais: vizinhança e comunidade	29
3.4. Multiculturalidades, conflitos e crimes	30
4. Representações sociais acerca dos bairros de habitação social.....	32
4.1. Estigmas e pré-conceitos	33
4.1.1. Discriminação e marginalização social	35
4.2. Exclusão Social: formas e dimensões	36
4.2.1. Teorias explicativas	38
4.3. Miscigenação Social.....	40
5. Bairros Sociais: o caso de Bragança	42

II. Investigação Empírica.....	44
1. Questão problema e objetivos	44
2. Opções Metodológicas	44
3. Participantes	46
4. Instrumento de recolha de dados - entrevista semiestruturada.....	48
5. Técnica de análise de dados - análise de conteúdo	50
6. Resultados	52
III. Análise e discussão dos resultados	53
Considerações Finais.....	68
Referências Bibliográficas	77
ANEXOS	89
Anexo I - Declaração Diretor Escola Superior de Educação	90
Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido	91
Anexo III – Guião de Entrevista	92
Anexo IV - Categorização das entrevistas semiestruturadas.....	94

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Categorias, Subcategorias e Indicadores	52
---	-----------

Acrónimos e Siglas

CHE	Cooperativas de Habitação Económica
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CMH	Carta Municipal de Habitação
ELH	Estratégia Local de Habitação
GAT	Gabinetes de Apoio Técnico
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
IPS'S	Instituições Particulares de Solidariedade Social
NGPH	Nova Geração de Políticas Públicas
PEH	Plano Estratégico de Habitação
PER	Programa Especial de Realojamento
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PSP	Polícia de Segurança Pública
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local

Introdução

Os bairros de habitação social surgiram com o intuito de proporcionar às famílias (re)alojadas melhor qualidade de vida, promovendo o seu bem-estar. Contudo, este propósito apesar de ser colocado em prática no cumprimento do princípio constitucional do acesso igualitário à habitação, nem sempre é eficaz, pois existem outras variáveis individuais, grupais e contextuais, para além da casa, que influenciam o conforto e satisfação que os moradores sentem em relação ao bairro. Neste sentido, as características que são frequentemente associadas aos mesmos, como por exemplo a localização periférica, o aspecto físico degradado, o facto de a sua população ser socialmente vulnerável, a presença de comportamento desviantes e a heterogeneidade cultural, contribuem para que os residentes sejam vítimas de exclusão social, quer através de segregação espacial, quer pelo meio da estigmatização. Por conseguinte, a literatura reconhece, também, que as dinâmicas internas do bairro podem assumir uma grande relevância na ligação que os indivíduos estabelecem com o local de residência, nomeadamente a existência de conflitos, a interação entre vizinhos e as atividades organizadas conjuntamente.

Deste modo, de forma a compreender as vivências e as dinâmicas relacionais neste contexto, considerou-se pertinente a exploração da perceção dos moradores dos três bairros sociais da cidade de Bragança para que, através da entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados, fosse possível aceder às suas experiências. Foram então formulados quatro objetivos para a presente investigação: 1) *Explorar as relações interpessoais entre os moradores de bairros sociais*; 2) *Conhecer as perceções que os moradores de bairros sociais têm sobre as dinâmicas comunitárias do seu meio*; 3) *Analisar a presença de comportamentos desviantes nos bairros sociais e a sua influência nas vivências dos seus moradores*; 4) *Pesquisar as experiências relacionais dos moradores dos bairros sociais com os outros indivíduos e entidades de fora do bairro*. Estes, além de possibilitarem explorar várias variáveis relacionadas com a experiência de viver num bairro de habitação social, permitem dar resposta à questão-problema definida para este estudo - *De que forma habitar num bairro social influencia as vivências relacionais e comunitárias dos seus moradores?*

A presente dissertação resulta da investigação empírica e encontra-se estruturada em três capítulos. No capítulo I, alusivo à revisão bibliográfica, é explanada a perspetiva da literatura sobre os bairros de habitação social através de cinco pontos: o primeiro alude à contextualização histórico-política e à evolução dos bairros sociais através da intervenção do Estado e das políticas públicas de habitação; no segundo são apresentadas algumas

particularidades dos bairros de habitação social; o terceiro aborda o modo como os residentes interpretam as dinâmicas do bairro e a influência que assumem na construção da sua identidade, sendo feita referência ao quotidiano dos moradores, ao relacionamento interpessoal, à heterogeneidade cultural, aos conflitos e à criminalidade; no quarto é explorada a questão das representações sociais das pessoas exteriores ao bairro e a forma como interpretam o local e os seus habitantes, bem como os processos interacionais que resultam destas representações sociais, e no quinto são apresentados os bairros sociais da cidade de Bragança, a partir dos quais foi elaborada a presente dissertação: o Bairro Social da Previdência, o Bairro Social da Coxa e o Bairro Social da Mãe d'Água.

O capítulo II detalha toda a investigação empírica realizada, onde são identificados os objetivos a atingir, de forma a responder à questão-problema. Foram justificadas as opções metodológicas relativamente ao carácter exploratório da investigação e ao instrumento de recolha de dados – entrevista semiestruturada – aplicado a quinze moradores dos bairros sociais. No final, descreveu-se a técnica de análise de dados utilizada, análise de conteúdo, seguindo-se a apresentação das categorias e subcategorias extraídas dos discursos dos participantes.

No capítulo III foram analisados e discutidos os dados recolhidos, fazendo uma comparação com outros estudos e explicando-os através de contributos teóricos, de modo a ser possível responder aos objetivos definidos e à questão problema. As considerações finais assentam num momento de reflexão sobre os dados e de ponderação relativamente à intervenção que o Educador Social pode desenvolver no contexto que tem sido mencionado, sugerindo algumas estratégias.

I. Enquadramento teórico

1. Bairros de habitação social: Evolução histórico-política em Portugal

Os bairros de habitação social nem sempre foram vistos e caracterizados como atualmente, tendo sofrido várias modificações ao longo do tempo quer em relação aos seus habitantes quer à sua estrutura e construção, acompanhando sempre as políticas públicas em vigor a cada época. Um marco histórico incontornável em matéria de habitação foi a Revolução Liberal, ocorrida em 1820, que deu origem a múltiplas mutações também a nível político, social e económico em Portugal. Concomitantemente, surge a Revolução Industrial em Inglaterra que conduziu à substituição da produção manual pelo fabrico mecânico, servindo de alicerce para grandes mudanças nas sociedades. Contudo, em Portugal só a partir da segunda metade do século XIX, décadas mais tarde que na Europa, é que algumas consequências se tornaram evidentes, através da industrialização e da abertura de caminhos de ferro, o que provocou uma invasão das cidades por pessoas que habitavam em ambiente rural, principalmente pela procura de melhor qualidade de vida e melhores empregos (Vilaça & Ferreira, 2018). Como era expectável, os problemas sociais passaram a ser mais evidentes essencialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, uma vez que estas cidades não reuniam condições de infraestruturas quer urbanas quer habitacionais para um aumento populacional tão exacerbado. Por isso, as adversidades relacionadas com questões de salubridade e saúde pública constituíram, naquela altura, um foco de inquietação. No Porto, por exemplo, após a sobrelotação de edificações antigas, a solução encontrada foram as denominadas ilhas, caracterizadas por serem casas contíguas de pequenas dimensões, localizadas nos quintais das antigas habitações dos burgueses e construídas com o objetivo de proporcionar uma habitação de baixo custo (Martins, 2014). Contudo as condições de salubridade eram inexistentes já que as ilhas não tinham acesso a água e as casas de banho eram comuns, e já nessa altura a revista “A Ilustração”, em 1918, destacou o comprometimento presidencial dirigido à cidade do Porto, com a promessa de terminar com as ilhas e substituí-las por outro tipo de construção para trabalhadores, devido à pandemia de tifo que se tratava de uma enfermidade bacteriana propagada por piolhos e pulgas que proliferavam nestes contextos (Gonçalves, 2018).

Por outro lado, em Lisboa, motivado por um maior progresso industrial e por remunerações mais elevadas, surgiu um mercado de habitação operária conhecido como pátios, distribuídos por toda a cidade, maioritariamente, em bairros envelhecidos, na periferia e em locais de fixação industrial (Martins, 2014). Ao contrário das ilhas, os pátios eram mais

diversificados quanto ao seu tipo e estrutura, apesar de rapidamente se tornarem locais com poucas condições e com elevado número de habitantes em cada casa. Este problema alastrou-se a toda a comunidade devido à transmissão e propagação de doenças, sendo que neste período a tuberculose chegou mesmo a atingir distintas classes sociais (Teixeira, 1992). Após a realização do Inquérito Industrial de 1881, e com alguma inquietação inerente às questões higienistas, os pátios foram substituídos por Vilas Operárias, possuindo estas melhores condições de habitabilidade e, conseqüentemente, rendas mais elevadas. A diferença entre estes dois tipos de habitação baseia-se, essencialmente, no facto das vilas terem uma planificação arquitetónica ao contrário dos pátios que eram feitos livremente (Teixeira, 1992).

Os problemas de habitação continuaram a evoluir e, ainda no século XIX, tanto o Governo como as Câmaras dos Municípios descartavam qualquer tipo de responsabilidade nesta matéria já que esta deveria ser assumida pela Monarquia enquanto poder político. Mas só após a implantação da República, em 1910, é que o Estado reconheceu a obrigação de intervir na área da habitação social (Ferreira, 1994). Assim, o primeiro grande sinal de mudança de paradigma foi a publicação do Decreto nº 4137, de 24 de abril de 1918, pelo Governo de Sidónio Pais, que pretendia eliminar os bairros com condições pouco dignas através da edificação de habitações baratas destinadas às pessoas mais pobres (Ferreira, 1994). Na continuidade deste primeiro diploma, o Decreto n.º 5481, de 30 de abril de 1919, aprovou o regulamento para a edificação de bairros sociais, onde foi reconhecido o “direito à habitação no quadro de uma melhoria qualitativa das condições de vida dos trabalhadores” (Tiago, 1997, p. 69, citado por Gonçalves, 2018). Nasceram então os Bairros do Arco do Cego e da Ajuda em Lisboa, o Bairro da Arrábida no Porto e o Bairro das Ursulinas em Viana do Castelo. Não obstante os avanços alcançados, foram múltiplas as contrariedades que se interpuseram neste processo, sobretudo de cariz monetário que levaram a que as obras fossem interrompidas. Pelo que em 1928, já com António de Oliveira Salazar como dirigente das finanças, as iniciativas republicanas no âmbito da habitação a preço acessível procuraram incrementar o investimento privado com novas leis que tornavam esta atividade económica mais atrativa. Esta transição para uma posição de ação mais participativa do Estado Novo materializou-se na edificação do Bairro de Cascais dando, ao mesmo tempo, origem a novos projetos como o Bairro Municipal de Olhão, apesar deste não ter sido efetivado.

Nos anos seguintes, nomeadamente em 1933, através do Programa das Casas Económicas do Estado Novo, os dois Bairros, do Cego e da Ajuda, foram concluídos. O sistema das casas económicas era, portanto, supervisionado pelo Estado e sustentado pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (Martins, 2014).

Não obstante o surgimento dos primeiros bairros sociais ainda nos anos 20, a conclusão da sua construção só ocorreu nos anos 30 e 40 com o Programa para as Casas Económicas de 1933, a política fundiária de Duarte Pacheco de 1930 a 1943, o congelamento de rendas em 1943 e o Programa das Casas de Renda Económica de 1945, tendo em conta que as pessoas, que vieram do campo para a cidade, eram caracterizadas como sendo, maioritariamente, operários pobres. Foi também desenvolvido o programa das Casas Desmontáveis, em 1938, que fez surgir o provisório Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, substituído, em 1959, pelo Bairro Padre Cruz (Agarez, 2018). Apesar de conduzir a um período de mudança no acesso às habitações económicas, este programa foi considerado insuficientemente eficaz e caro (Antunes et al., 2016). Era necessário que existissem, simultaneamente, quantidade e qualidade de habitação, uma vez que a procura era elevada, sendo o seu acesso bastante limitado, e a comodidade, os utensílios e as estruturas ficavam muito aquém das expectativas (Simões, 2010). Esta insuficiência do setor privado da habitação, conduziu à construção clandestina, a partir dos anos 60, devido ao êxodo rural e mais tarde com a chegada dos cidadãos que residiam nas colónias portuguesas, tendo em conta que nenhum destes dois grupos populacionais tinha condições económicas para aceder ao campo privado.

Na década de 70, foi publicada a primeira Lei de Solos que, segundo Bandeirinha (2011), pretendia minimizar o preço das terras destinadas à construção, salvaguardando a viabilidade de “expropriação sistemática como meio de os disponibilizar e de incentivar o investimento privado neste domínio” (p.79). Tinha, portanto, como finalidade controlar e melhorar o nível de vida dos cidadãos, onde prevaleciam decretos sobre licenciamentos urbanísticos, planos de urbanização e de construção clandestina. Estas deliberações não surtiram o efeito desejado já que prevalecia a existência de motivações privadas na habitação. Posteriormente, foi criado o Fundo de Fomento da Habitação, em 28 de maio 1969, assente na perspectiva de um novo Estado Social, de Marcello Caetano, que visava efetivar os princípios constitucionais relativamente à habitação que até então não haviam sido executados pelo Estado Português. Nesta altura, surgiram diversos programas como a promoção direta, a comparticipação das obras, a promoção cooperativa, a autoconstrução, os empréstimos às câmaras municipais, a promoção privada, as casas pré-fabricadas pela Comissão para o Alojamento de Refugiados, o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) e o Serviço Ambulatório de Apoio Local - SAAL (Simões, 2010). Este último já surgiu após o 25 de Abril de 1974 e neste projeto foram incluídos arquitetos, advogados, geógrafos, habitantes de bairros degradados com o intuito de planear e erguer habitações conjuntamente. Esta ação

foi reconhecida devido à sua enorme eficácia e valorizada por diversos países da Europa (Cannatà & Fernandes, 2003, citados por Simões, 2010).

Em 1984 foi fundado o Instituto Nacional de Habitação de modo a gerir a habitação de cariz social com os municípios, cooperativas de habitação e entidades privadas. Nesta fase, um dos elementos mais fulcrais foi o apoio da *Unite States Agency for the International Development* que interveio ao nível das necessidades habitacionais posteriores ao 25 de abril (Coelho 2004, citado por Simões, 2010). Contudo, apesar de todas estas práticas, a crescente densidade populacional nas cidades e a escassez de ações públicas nos anos 80, alimentavam em algumas cidades, tanto nos centros como nos subúrbios, os bairros dormitórios, clandestinos e de latas. Por este motivo, foi criado, em 1993, o Programa Especial de Realojamento que pretendia extinguir as barracas das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa até ao ano 2000, com o auxílio de investimentos europeus. Este projeto acabou por não conseguir lidar com algumas dinâmicas sociais como a segregação social, o isolamento e as desigualdades. Para além disso, a construção de edifícios não foi satisfatória pois não atendeu às ligações de amizade e vizinhança que eram consideradas pela população como uma variável da qualidade de vida (Simões, 2010). O Instituto Nacional de Habitação e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado implementaram ainda outros programas nos anos 90 como a promoção municipal para a venda, realojamento ou arrendamento, a promoção cooperativa e a promoção por empresas privadas em contratos de desenvolvimento para a habitação (Simões, 2010). Atualmente, encontra-se em funções o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), criado em 2007 para substituir o Fundo de Fomento da Habitação, que assumiu grande relevância na gestão, financiamento e promoção das habitações sociais – concretamente 15 512 casas e 231 bairros sociais, sendo proprietárias dos imóveis as Câmaras Municipais – sendo ainda responsável pelo estabelecimento de políticas e programas dirigidos à habitação (Serpa et al., 2018).

Ao longo desta breve resenha histórica acerca do retrato de Portugal em matéria de habitação social, foi possível identificar avanços na qualidade e quantidade da oferta disponível, contudo sempre insuficientes para as reais necessidades da população, potenciadas por acontecimentos socioeconómicos, políticos e de saúde pública. Por outro lado, ficou plasmado o crescente envolvimento do Estado desde a implantação da República até aos dias de hoje na criação e gestão de sucessivos programas e entidades que permitiram ultrapassar algumas dificuldades na operacionalização das políticas de habitação, explanadas a seguir, pese embora a escassez de investimento público e privado continua a criar obstáculos à efetivação de mais e melhor habitação social.

1.1. O Papel do Estado Social e as políticas de habitação

Ao longo da história de Portugal as políticas de habitação foram sofrendo múltiplas alterações, sendo adaptadas consoante o quadro político em vigor (Malheiros et al., 2016).

No decorrer do Estado Novo, as políticas sociais seguiam uma linha de orientação corporativista, ou seja, pretendiam monitorizar tanto funcionários públicos como a restante população, sendo construídas algumas habitações públicas, essencialmente para profissionais da educação, forças de segurança e estado (Malheiros et al., 2016). Já nos anos 60, foi significativo o progresso na quantidade de bairros de cariz informal e casas precárias, com grande ênfase no Porto e Lisboa, motivado pela industrialização (Malheiros et al., 2016). Não obstante, alguns autores defendem que neste período o estado foi imprudente pois não teve a capacidade de adaptar as políticas às condições presentes no momento e consequentemente verificou-se um défice de habitações na ordem dos 500 000 fogos (Ferreira, 1987, citado por Malheiros et al., 2016). Ainda assim, na derradeira fase da ditadura, foram adotadas políticas que impulsionaram levemente a habitação como a criação, em 1969, do Fundo de Fomento de Habitação, atual Instituto Nacional de Reabilitação Urbana (IHRU), como solução para a tensão habitacional nas zonas metropolitanas (Amilcar et al., 2011). Esta entidade tinha como finalidade resolver as vicissitudes relacionadas com a marginalidade resultante da presença de barracas (Guerra, 2011). Por outro lado, o Estado passou a ser o impulsionador mais relevante na promoção de habitação para colmatar os problemas do défice quantitativo e qualitativo dos alojamentos (Malheiros et al., 2016).

Outra fase importante decorreu após 25 de abril de 1974, pautada ainda por um clima revolucionário e por um grande tumulto social, político e económico, que suscitou a luta pelo direito à habitação, direito ao qual o Estado não era capaz de dar resposta. Segundo Guerra (2011), de forma a tentar abrandar as injustiças sociais contraídas no anterior regime, descentralizou-se o sector da habitação através da constituição de serviços municipais de habitação “como estrutura capaz de absorver os poderes da administração central em termos de gestão, conservação e distribuição dos fogos de promoção pública” (p.56), e o envolvimento comunitário passou a ser um dos elementos fulcrais do Direito à Habitação, que se consagrou no artigo 65º, na Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976, onde é referido que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade das pessoas e a privacidade familiar”. De facto, a tentativa de efetivar uma política pública de habitação, englobando as distintas carências de alojamento, esteve na origem do surgimento de outros programas de promoção de habitação: Cooperativas de Habitação Económica - CHE (1974), Serviço de

Apoio Ambulatório Local – SAAL (1976), Programas de Recuperação de Imóveis Degradados – PRID (1976) e outros instrumentos de auxílio técnico e financeiro às Câmaras Municipais para o desenvolvimento de bairros de habitação social como o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), a Instituição das Cooperativas de Habitação Económica (CHE) e os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) (Amilcar et al., 2011). Para além destes, foram retificados os programas que já existiam, como as casas de renda limitada e as casas económicas. No que toca à política de arrendamento, o congelamento do valor das rendas, estabelecido pela ditadura para as cidades do Porto e de Lisboa foi disseminado ao restante território português. De todas as iniciativas políticas, uma das que teve mais destaque foi o programa SAAL, criado em julho de 1974 e extinto em 1978, tendo sido limitado aos bairros e territórios de Lisboa, Porto, Setúbal e Algarve. Assente numa visão participativa bastante relevante para o progresso e desenvolvimento da comunidade, este programa caracterizou-se por ser inovador ao integrar em equipas multidisciplinares profissionais e habitantes de bairros danificados, com empenho colaborativo para o desenvolvimento de habitações adequadas e pelo aprimoramento das particularidades de habitabilidade (Ferreira, 1987; Nunes & Serra, 2002).

No âmbito das reformas liberalizadoras, o paradigma assentou na redução da intervenção do Estado Central considerando a habitação como uma “responsabilidade residual”. Portanto, os poderes nessa esfera de ação passaram a ser assumidos pelas Câmaras Municipais, tendo estas obrigações no domínio da promoção da iniciativa pública e privada, e ainda na gestão de uma grande percentagem da área habitacional da Administração Central. Simultaneamente e perante o falhanço da Administração Central na área habitacional pertencente ao Estado, devido aos elevados custos de restauração e das dificuldades na preservação das casas, um número significativo de habitações públicas começou a ser vendido, essencialmente a quem já nelas habitava, sob tutela do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – IGAPHE (Vilaça & Ferreira, 2018)

No entanto, ao longo dos anos, assistiu-se a um retrocesso da intervenção na área da habitação, baseado no aumento significativo de agregados familiares a morar em locais com fracas condições de salubridade e ao aumento de bairros danificados próximos dos conjuntos urbanos mais relevantes. Tudo isto conduziu ao regresso da promoção direta de habitação surgindo, em 1993, o Programa Especial de Realojamento – PER, direcionado às duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Este programa tinha como propósito destruir barracas e, conseqüentemente, realojar os seus habitantes, tendo sido classificado como uma das ações fulcrais no que concerne às políticas de habitação social, já que deu um novo impulso à

mudança de competências da habitação social para a alçada das autarquias e da iniciativa privada. Neste sentido, no âmbito do PER, foi construído um número considerável de casas sociais, verificando-se, portanto, um crescimento de 1670 casas de habitação social em 1994 para 8200 em 1999 (Guerra, 2007, citada por Malheiros et al., 2016).

Para além disso, este projeto possibilitou a construção de bairros sociais de grande dimensão, juntando em zonas periféricas pessoas de níveis socioeconómicos mais baixos, com dificuldade em aceder a serviços e a determinados bens essenciais. Contudo, nem tudo foi positivo já que, segundo Cachado (2013), desde o início que surgiram alertas de erros que poderiam comprometer o programa devido às diversas falhas identificadas, nomeadamente na resposta urbanística de concentração, que outros países já tinham abandonado devido à sua ineficácia. Por outro lado, o modo como o processo foi conduzido, tendo em conta que as autarquias apresentavam múltiplas insuficiências políticas e técnicas para administrar a construção de habitações, sobretudo os procedimentos de realojamentos no âmbito do PER, contribuiu para o aparecimento de “guetos estigmatizados” (Malheiros et al., 2016). Especificamente, a falta de planeamento e negociação levou a que indivíduos de diversas etnias e culturas, muito diferentes entre si, morassem no mesmo ambiente habitacional, tendo como única particularidade em comum a categorização de marginais e da propensão para a vulnerabilidade, tal como a sociedade os rotula (Cachado, 2013).

Em 1966 foi desenvolvida uma espécie de complemento do PER, denominado PER-Famílias, que possibilitava aos agregados familiares ter uma alternativa aos realojamentos nos novos bairros sociais. Assim, podiam obter casa própria a preços moderados ou com auxílio do mercado privado, tal como reabilitar a casa familiar tendo em conta critérios estabelecidos à priori (Malheiros et al., 2016). Mais tarde, em 2004, foi desenvolvido o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) com o objetivo de viabilizar uma solução geral que resolvesse as ocorrências habitacionais mais complexas da população que residisse em Portugal (Malheiros et al., 2016). Com efeito, a criação deste programa surgiu através de uma apreciação crítica dos projetos deste tipo que já existiam, verificando-se aqui uma transformação do padrão da habitação social. A carência habitacional, que serviu de mote para este programa, passou a estender-se para além das habitações em barracas, incluindo outras circunstâncias de vulnerabilidade. De acordo com Ferrão (2008) citado por Paula (2010) o programa PROHABITA manifestou a ambição de transitar “do velho paradigma de habitação social para o novo paradigma da política social de habitação” (p. 4).

Posteriormente surgiu o Plano Estratégico de Habitação (PEH 2008-2013) que, apesar de nunca ter vindo a ser executado, pretendia estabelecer um método efetivo de resolver os

problemas de habitação num âmbito mais estruturado e ajustado às políticas urbanas e do ordenamento do território e dos transportes. Todavia, a partir de 2008, a crise económica e social, que afetou gravemente os ramos financeiro, da construção e imobiliário, dificultou a concretização de objetivos que o PEH tinha estabelecido. No ano de 2015, foi aprovada, em Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031 como um precursor do PEH. Assim, no documento criado é evidenciada a relevância da habitação social na luta contra a pobreza e, simultaneamente, a imprescindibilidade de englobar e atribuir valor aos bairros sociais (Presidência do Conselho de Ministros, 2015). No entanto, a Estratégia Nacional para a Habitação apresentou-se como um pouco incoerente quando analisado o investimento público na área e os parâmetros impostos de cariz liberalizante, sendo exemplo disso a formalização de um mercado social de arrendamento tão restrito que acaba por não funcionar (Malheiros et al., 2016). Por este motivo, em 2018, foi aprovada a Nova Geração de Políticas Públicas – NGPH, que tem como finalidade assegurar o acesso global a uma habitação condigna, tendo sido, para esse efeito, ampliado significativamente o campo de beneficiários e a oferta do leque habitacional usufruidor de apoios públicos. Para além disso, foram também geradas as condições fundamentais para favorecer a reabilitação urbana e do edificado na promoção das políticas públicas de habitação. Assim, estas evidenciam uma nova conduta que prioriza as pessoas e a condição das habitações (Município de Bragança, 2020).

Decorrente das metas estratégicas estabelecidas pela NGPH, surgiu o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – que pretende resposta aos sujeitos que residem em casas sem condições de habitabilidade. Neste âmbito, mas a nível local, foi desenvolvida pelo Município de Bragança a Estratégia Local de Habitação (ELH) que funciona como ferramenta de planeamento de iniciativa municipal para o apoio a famílias que habitam em casas com fracas condições e não possuem meios financeiros para assegurar o custo de uma habitação conveniente. A ELH de Bragança, adota as diretrizes superiores, tencionando disponibilizar uma resposta integrada e partilhada às dificuldades habitacionais dos indivíduos a nível local (Município de Bragança, 2020).

No que concerne à estratégia de intervenção, esta assenta em três domínios definidos pelo conhecimento, estabelecido à priori, das particularidades de ocupação e progresso sociocultural e habitacional da localidade – reforço da habitação pública, erradicação das situações críticas e melhoria habitat urbano - pretendendo-se que, até 2026, o município seja detentor de uma oferta habitacional mais variada e inclusiva, ajustada às carências dos residentes e às particularidades do local, que aniquile as circunstâncias habitacionais mais graves e, paralelamente, fomente um habitat urbano mais capacitado e interessante (Município

de Bragança, 2020, p. xi). São ainda identificadas três prioridades estratégicas, tendo cada uma delas objetivos específicos e medidas a efetivar para assegurar as (re)soluções habitacionais fulcrais para responder às insuficiências dos distintos grupos populacionais (Município de Bragança, 2020). A prioridade estratégica 1, denominada de “Apoiar – Programa de apoio à habitação de Bragança”, tem como objetivos principais ampliar a oferta de casas municipais reservadas para famílias mais vulneráveis e em risco de exclusão; desenvolver uma oferta inusitada adicional ao parque habitacional do município para os sujeitos mais carenciados em situação de urgência social; promover a heterogeneidade nas respostas habitacionais presentes, pelo meio da produção de uma nova tipologia residencial destinada para a população em estado intermédio de dependência; garantir a presença de um parque de casas sociais com condições dignas para residir e que promova a inclusão social dos mais desfavorecidos; fomentar a existência de um parque habitacional particular com condições habitacionais apropriadas. A prioridade estratégica 2, designada de “Integrar – Programa para a erradicação dos núcleos críticos e valorização do habitat” tem como objetivos assegurar uma habitação adequada aos moradores nos núcleos precários; garantir meios operacionais de promoção à reabilitação urbana no concelho e conceber as condições regulamentares fundamentais para o aumento de habitações em arrendamento acessível. Já prioridade estratégica 3, intitulada de “Habitar – Gabinete de apoio à habitação” tem como principais finalidades capacitar o Município das estruturas imprescindíveis para a efetivação e dinamização das medidas que concretizam a ELH de Bragança; garantir e impulsionar as práticas necessárias para a sua implementação, supervisão e avaliação da ELH de Bragança; mobilizar a população em torno da ELH e colaborar para um melhor ajustamento dos valores do imobiliário.

Mais recentemente, em setembro de 2019, foi aprovada a Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019), onde são reconhecidos os princípios da igualdade e da universalidade, ou seja, todos os cidadãos têm direito à habitação para si, bem como para a sua família, sem ter em conta o idioma, nacionalidade, crenças religiosas, ideologias políticas, instrução, condições financeiras, género, orientação sexual, idade, e debilidades a nível de saúde, promovendo a proteção das famílias, essencialmente nas que a situação de vulnerabilidade é mais intensa (Município de Bragança, 2020). Através desta lei, pretende-se implementar o Programa Nacional de Habitação, que consiste num documento estratégico onde são estabelecidos objetivos, preferências, programas e deliberações da política nacional. É também aqui incluído o diagnóstico das necessidades habitacionais, conteúdo relativo a possíveis lapsos ou problemas no campo habitacional, a identificação dos recursos habitacionais à disposição, a caracterização estratégica de metas a atingir, os meios de financiamento e os recursos, bem como o modelo de

acompanhamento, monitorização e avaliação da sua execução. Para além do âmbito nacional, a nível local prevê-se que seja criada pelos municípios a Carta Municipal de Habitação (CMH), que funcionará como ferramenta de planeamento e ordenamento territorial na esfera da habitação (Município de Bragança, 2020).

Concluindo, as políticas públicas sucessivamente adotadas nos vários regimes políticos e partidários deveriam permitir aos indivíduos aceder ao direito da habitação previsto na Constituição da República Portuguesa, no entanto têm-se revelado apenas como ações pontuais sem grande impacto na mudança da realidade. Por outro lado, o facto de se assegurar aos indivíduos a residência em bairros sociais não é por si só um fator que proporcione melhor qualidade de vida, já que a possibilidade de aparecerem “guetos estigmatizados” referidos por vários autores tem sido uma realidade, sendo necessário atender às características peculiares destes locais e dos seus habitantes uma vez que estas também têm influência no quotidiano dos seus moradores, tal como iremos explicar mais a frente no presente trabalho.

2. Características e dinâmicas socio-espaciais dos bairros

Os bairros de habitação social tendem a ser vistos como realidades homogêneas pelo facto da sua construção ter sido motivada pelas dificuldades habitacionais, especialmente dos indivíduos com baixo poder socioeconómico (Augusto, 2000; Queiroz & Gros, 2002). Para além de considerados locais de pobreza, são-lhe associados comportamentos desviantes e criminais (Augusto, 2000; Fernandes, 1994). São reconhecidas, portanto, duas circunstâncias nos bairros sociais: por um lado verifica-se uma homogeneidade no setor socioeconómico e, para intensificar a situação, a sua localização afasta-se do centro urbano. Assim, a segregação é agravada, distanciando a população destes locais do que ocorre no ponto central dos municípios (Borges, 2017).

Neste sentido, a população que neles habita apresenta particularidades comuns que podem servir de mote para uma caracterização, que tende a ser generalizada, dos seus habitantes. Especificidades como a fragilidade económica, baixos níveis escolares e fracas qualificações profissionais remetem para uma posição social enfraquecida, não existindo, portanto, possibilidade de optar por morar em outro local (Carreiras, 2018). Deste modo, são direcionados para si espaços mais empobrecidos, o que, por si só, exacerba a questão da distinção social entre os bairros sociais e a restante urbanização (Guerra, 2002; Matos, 2006, citada por Ferreira, 2022). Deste modo, o fenómeno da pobreza é associado a locais particulares onde se inserem os bairros de habitação social, que albergam uma quantidade elevada de pessoas carenciadas e de classes baixas no mesmo espaço (Borges, 2017). Para além disso, o desemprego, a frequência policial, conflitos, delinquência, marginalidade, agressividade e insegurança são outros elementos que frequentemente se verificam nestes bairros, levando a que seja transmitida uma imagem nefasta da sua realidade (Ferreira, 2022).

Segundo Matos (2006) citada por Ferreira (2022), outra ocorrência frequente nos bairros de habitação social está relacionada com questões políticas. Sempre que se verificam campanhas de propaganda partidária surge, simultaneamente, o compromisso de melhorias de condições e, por vezes, chegam a construir-se parques, jardins, material desportivo e até mesmo pequenos arranjos nas habitações. No entanto, trata-se apenas de práticas momentâneas que em nada aprimoram a situação de habitabilidade, estando estes locais durante o restante tempo esquecidos. “Um mundo à parte” é como Gonçalves e Pinto (2001) e Guerra (2002) denominam os bairros sociais. Ou seja, existe uma barreira que leva a população exterior a não querer entrar no bairro, sendo pouco cobiçados para visitar, habitar ou conviver. Tal como refere Nicodemos (2015) citado por Fiães (2020, p.9) “Os muros entre a favela e o asfalto são invisíveis, mas

produzem realidade”. Fazendo uma analogia entre as favelas e os bairros sociais e o asfalto e a sociedade exterior aos bairros, rapidamente se percebe que existem diferentes obstáculos que afastam os habitantes dos bairros da restante comunidade, tendo inerentes determinadas consequências. Consequentemente, as ações de sociabilidade são influenciadas e o facto de existir um estigma associado aos bairros sociais provoca nos seus habitantes uma sensação de inferioridade que inibe a imposição de direitos junto da restante sociedade, instituições e do planeamento, quer urbano quer territorial, por considerarem que não têm acesso a tais privilégios (Guerra, 2002). Aqui entra-se na esfera do auto-estigma, pois são os próprios moradores que interiorizam o estigma e sentem que não possuem as mesmas vantagens pelo facto de considerarem que tudo aquilo de que são rotulados corresponde a características intrínsecas (Guerra, 1994, citada por Ferreira, 2022).

Desta forma, o conceito de bairro social tem inerente um valor simbólico e um sentido muito peculiar que resulta numa caracterização ímpar, que acarreta uma dada representação social. Tudo isto pode ser motivado, por exemplo, pela metodologia de construção destes bairros, que os difere e separa de outros locais, enaltecendo limite identificativos com os outros espaços (Augusto, 2000).

2.1. Segregação espacial

A construção de bairros sociais, embora proporcione melhorias habitacionais e na qualidade de vida das pessoas que os habitam, cria, simultaneamente, segregação espacial tendo em conta os impedimentos que os seus habitantes enfrentam no dia a dia pela única razão de ali morarem. Segundo Wieviorka, (2002, p.67) citado por Dias (2021)

O termo segregação é ambíguo, uma vez que designa tanto um processo como o seu resultado (...) vê um grupo ser mantido à distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. (...). Aplica-se, além disso, a realidades diversas: étnica, racial e social nomeadamente. (...). A segregação racial não se confunde necessariamente com a exploração ou discriminação, e até pode mesmo, por vezes, apresentar-se como o contrário – separados e iguais (...).

Neste sentido, uma das principais particularidades dos bairros sociais consiste no facto da maioria se encontrarem situados nas periferias das cidades, afastados da restante comunidade. Esta periferização, agregada à homogeneidade socioeconómica, atribui a estes locais uma posição de segregação espacial (Augusto, 2000). Assim, a sua situação de afastamento do centro urbano é, para além de físico, também simbólico, refletindo-se numa

padronização arquitetónica, pois os bairros sociais destacam-se pelas suas diferenças em relação a outros espaços, nomeadamente no que toca à sua estruturação e localização e ao âmbito social e, por isso, enfrenta o fenómeno de segregação urbana (Augusto, 2000). Por outro lado, nas periferias verifica-se uma escassez de serviços e infraestruturas, impulsionando a segregação assente na inacessibilidade a diversas atividades. E ainda com o desenvolvimento urbano que foi mais notório, essencialmente, a partir de 1970, a periferia passou a ser o destino de residência das classes operárias e, simultaneamente, da população mais pobre e vulnerável devido ao valor mais baixo das rendas (Bichir, 2006).

Em suma, o facto de se habitar num bairro social continua a ser um elemento motivador de segregação espacial, impulsionada pelo facto de quando se alojam as pessoas nestes locais nem sempre se tem em conta as idiossincrasias quer do próprio local, quer de quem o habita, ampliando o afastamento da restante comunidade.

2.2. (Re) alojamento(s)

Os bairros de habitação social assumem também a função de realojar pessoas, desconsiderando, muitas vezes, o estado do equipamento, serviços e a prática económica dos habitantes, servindo apenas como local de residência, o que os converte em lugares fechados e excluídos (Paula, 2010). O facto de atribuírem casas no mesmo bairro a distintas etnias, raças e grupos, sem antever o desfecho de tais relações interpessoais, resulta na criação de bairros maioritariamente problemáticas (Tomás, 2015). Pelo que, segundo Fernandes (2014), em Portugal, as ações de realojamento que foram desenvolvidas tiveram como repercussão fortalecer e ampliar a segregação socioespacial e as discrepâncias sociais.

Sempre que se aborda esta temática é fundamental dizer que “o realojamento de famílias mal alojadas funciona quase sempre como forma de proporcionar a estas populações melhores condições de vida e de bem-estar nomeadamente no que toca às suas condições de habitação” (Cruz, 2000, p.145, citado por Pereira, 2009). No entanto, o realojamento é um campo muito vasto e não é suficiente relacioná-lo apenas com a atribuição de casas, pois, apesar deste ter como objetivo proporcionar às famílias melhores condições de habitabilidade, existem outras variáveis que devem ser tidas em conta. Desta forma, os realojamentos encaminham as pessoas para bairros onde já existem diversos problemas sociais e, por isso, os novos habitantes vão ter uma maior dificuldade de integração, dando seguimento às situações de estigmatização e segregação. Isto porque, por um lado, os indivíduos são realojados nas periferias das cidades, em edifícios caracterizados pela sua construção em altura e por outro lado, não é tido em conta que realojar pessoas, segundo Cruz (2000, pp. 147-148) citado por Pereira (2009),

implica uma mudança de casa, conduz sempre a uma reestruturação da existência cotidiana e de todo um conjunto de práticas ligadas ao meio residencial: as relações de vizinhança, os locais de compras e de lazer, os transportes, o trajeto casa – trabalho.

Assim, a extinção e o enfraquecimento das ligações de sociabilidade estabelecidas à priori do realojamento têm consequências diretas, neste caso negativas, no desenvolvimento da identidade com os novos locais, levando a que haja um maior afastamento tanto social como urbano (Pinto, 1994, citada por Sousa, 2018). Consequentemente, a vivência deste espaço é pautada pelo isolamento, complexificando a construção de novas redes sociais. Para além disso, também a segurança é afetada, pois há um menor interconhecimento e o controlo social informal encontra-se fragilizado, interferindo na adaptação ao espaço (Fernandes, 2008). Deste modo, tendo em conta as fracas relações que os habitantes estabelecem no bairro, estes atribuem à casa um valor primordial no seu quotidiano, desprezando cada vez mais a rua. Segundo Guerra (2008), os estudos dizem que as pessoas têm um grande prazer pela casa, mas um grande desgosto pelo bairro isto porque a passagem de barracas a alojamento, proporciona condições de habitabilidade mais favoráveis, mas, em contrapartida, as situações de sociabilidade, de vizinhança e de integração não são beneficiadas (Tomás, 2015).

Conclui-se então que, apesar da política de realojamento ser implementada com base em princípios teóricos positivos de modo a beneficiar os habitantes, verificam-se diversas falhas que comprometam a integração dos moradores quer no próprio bairro, quer na sociedade em geral.

3. Identidade e apreensão do bairro pelos seus moradores

Viver num bairro social não pode ser considerado algo positivo apenas por possibilitar aos residentes melhores condições habitacionais, pois tem intrínsecos outros fatores que podem tornar a situação mais desfavorável e que se encontram presentes na própria percepção que os moradores têm do bairro e quais as consequências que daí advêm (Guerra, 1994, citada por Ferreira, 2022; Camacho, 2017). Assim, a simbologia que se impõe ao local influencia as representações sobre os indivíduos que habitam em bairros sociais, tornando-os vítimas de exclusão (Guerra, 2002). Por outro lado, a história e os acontecimentos destes territórios assumem um papel preponderante na conceção que os habitantes têm do bairro onde residem, tendo em conta que muitas vezes interiorizam a má imagem que é associada aos bairros (Gonçalves & Pinto, 2001, citadas por Carvalho, 2018). Assim, é fundamental ter em consideração as vivências e trajetórias dos moradores, que influenciam os sentimentos de pertença ou de negação relativamente ao espaço habitacional (Gonçalves & Pinto, 2001, citadas por Carvalho, 2018).

Neste sentido, tendo em conta que os bairros sociais não são, por vezes, identificados como lugares, os moradores não se identificam com o bairro pelo que permanecem mais em casa, estabelecendo ligações apenas como o seio familiar (Augusto, 2000, citado por Ferreira, 2022). Esta afirmação foi corroborada pelo projeto “Eu, o Bairro, Nós e Voz”, desenvolvido em cinco bairros de habitação social do Porto, que apurou, com base nas opiniões de alguns moradores, que apesar da sua permanência no local, continuam sem conseguir adaptar-se, enaltecendo alguns aspetos negativos que ocorrem: “está a ver, aqueles só bebem cervejas, como me vou relacionar com eles?”; “está tudo sujo, ninguém respeita nada”; “antes ainda vinham cortar os jardins e colocar umas flores, agora está tudo feio” (Ferreira, 2022). Por conseguinte, a figura negativa associada aos bairros de habitação social provoca nos habitantes um sentimento de “vergonha” que, muitas vezes, os impede de divulgar o local onde moram, de forma a evitar que surjam reputações também negativas apenas por ali residirem (Gonçalves & Pinto, 2001; Moreira, 2015). Por outro lado, são usadas pelos moradores “estratégias de distinção social” com a finalidade de se distanciarem da percepção negativa: evitamento, reconstituição das diferenças e derivação do descrédito (Paugam, 2003, citado por Carvalho, 2018, p.25). Em primeiro lugar, o evitamento é praticado pelos indivíduos como meio de evitar relacionarem-se com os demais, limitando as suas interações ao âmbito familiar o que resultará numa situação de isolamento. No caso da reconstituição das diferenças, é demonstrada uma categorização desenvolvida pelos próprios moradores, ao serem identificadas diferenças que os

distinguem dos restantes habitantes. Ou seja, são enaltecidas particularidades que os diferem dos seus vizinhos, de forma que a sua condição seja superior. Já a derivação do descrédito, também denominada como desvio ou estigma, decorre da responsabilização de um determinado grupo pela imagem negativa do bairro passando, portanto, a ser excluído, como acontece por exemplo com a minorias étnicas. Isto porque, nas palavras de Wacquant (2010, p. 29): “O sentido agudo da indignidade social que envolve os bairros de relegação social só pode ser atenuada pela transferência do estigma para outra entidade, diabolizada e sem rosto – os vizinhos de baixo, a família imigrada que mora num prédio paredes meias, os jovens do outro lado da rua dos quais se diz que se drogam”.

Não obstante existem moradores pautados por um sentimento de rejeição em relação ao bairro social, outros manifestam-se positivamente sobre o espaço onde vivem, sendo que “alguns técnicos de intervenção reportam o orgulho no bairro, um sentimento de pertença a que chamam bairrismo. O bairrismo é, assim, caracterizado como uma identificação ao lugar, e define uma posição específica na relação do bairro de cada um com o resto da cidade” (Fernandes & Mata, 2015, p.10). Este ponto de vista tem no seu alicerce algumas circunstâncias, como por exemplo, já habitarem o local há muitos anos, terem sido construídas memórias agradáveis em torno do passado e, também, pelas relações de vizinhança estabelecidas. Um outro especto que contribui para a sensação de pertença é o facto de, em alguns bairros, as pessoas passarem muito tempo na rua, tendo em conta que a envolvente exterior ao bairro não tem praticamente trânsito, o que facilita o desenvolvimento a vivência comunitária (Fernandes, 1994, 1997).

Em suma, a interligação que se estrutura entre o indivíduo e o espaço e a importância que cada um lhe designa varia de acordo com o meio social. Isto significa que, para algumas pessoas, o bairro pode ser considerado como um sítio valorizado pelas relações de vizinhança, pautado pelo auxílio mútuo, onde é estruturada a identidade e a sensação de segurança, encarando tudo o que é exterior ao bairro como negativo (Camacho, 2017). Por outro lado, existem habitantes que se afastam e manifestam menosprezo pelo bairro, tentando encobrir o que nele ocorre, de modo que seja considerado um bairro com vida “normal”, dentro das ideologias da sociedade (Camacho, 2017).

3.1. Influência do espaço na construção da identidade pessoal

Todos os locais onde permanecemos ao longo da vida podem assumir um papel crucial no desenvolvimento pessoal, dependendo da forma como nos ligamos a estes e o caso dos bairros de habitação social não é exceção (Duarte & Lima, 2005; Speller, 2005). Neste sentido,

é relevante analisar de que forma o local de habitação influencia o desenvolvimento da identidade.

De acordo com Erikson (1972) citado por Almeida et al. (2014), o desenvolvimento da identidade envolve determinar quem o sujeito é, quais os valores que o regem e qual a orientação de vida que este quer adotar. Portanto, na perspetiva do autor, a identidade, para além de assentar numa conceção da própria pessoa, engloba princípios, convicções e objetivos com os quais esta se encontra relacionada. Assim sendo, a construção da identidade tem inerentes fatores intrapessoais, interpessoais e culturais. No caso dos fatores intrapessoais encontram-se as competências intrínsecas ao indivíduo bem como as idiosincrasias contraídas pela personalidade. Relativamente aos componentes interpessoais, estes baseiam-se, essencialmente, nas identificações com o outro. E nos elementos culturais estão incluídos os “valores sociais a que a pessoa está exposta tanto global quanto comunitários” (Almeida et al., 2014). Desta forma, a construção da identidade assume-se como bastante complexa devido ao facto de incluir as perceções e identificações assumidas a partir do momento do nascimento e, também, por estas estarem associadas aos diversos fatores supramencionados.

Dentro da identidade pessoal, encontra-se a identidade de lugar, relevante para a presente investigação no sentido de perceber a influência que os bairros sociais podem ter na construção da identidade dos seus moradores. Neste sentido, a identidade relacionada aos lugares é resultante de uma ligação das pessoas com os espaços, constituindo um processo dinâmico que se realiza num meio físico e social (Proshansky et al., 1983, citados por Medeiros, 2013). A conceção de identidade de lugar é definida como a identificação com o lugar (Speller, 2005), apesar de, segundo Graumann (1983), os dois conceitos serem diferenciados, pois a sua utilização é desigual. Proshansky et al. (1983) citados por Medeiros (2013) distinguiram-se por defender a ideia de que a identidade de lugar constitui uma subestrutura da identidade pessoal que tem inerentes as perceções relativas ao ambiente físico onde as pessoas habitam, que incluem recordações, opiniões, emoções, comportamentos e princípios. No caso concreto dos bairros sociais, sabe-se que o modo como os habitantes encaram o seu local de residência vai manifestar-se na construção da sua identidade, ou seja, caso exista uma má imagem esta vai transpor-se para o desenvolvimento da sua identidade (Augusto, 2000, citado por Pereira, 2009), pois esta depende, de certa forma, do espaço, sendo certo que este pode alterá-la e “obrigar” à sua reestruturação (Augusto, 2000, citado por Pereira, 2009). Segundo Augusto (2000), citado por Tomás (2015, p. 2),

o modo como o indivíduo se relaciona no seu espaço e o modo como constrói a sua identidade, dificilmente gerarão uma participação dos atores. O indivíduo não defenderá

o seu espaço se não se identificar com ele e dificilmente porá em marcha uma iniciativa coletiva se carecer de relações de sociabilidade regulares.

Um outro fator a destacar, que pode instigar a identidade de lugar, é a satisfação com o espaço, sendo que esta depende, por exemplo, do período de residência. Ou seja, de acordo com uma investigação desenvolvida por Bahi-Fleury et al. (2008), a identidade de lugar tem uma relação direta com o tempo de residência e, conseqüentemente, tem interferência na satisfação dos indivíduos. Os resultados daquele estudo denotaram ainda que ao existir satisfação habitacional em diversas dimensões é possível evidenciar que os parâmetros dessa estão ligados à identidade de lugar, à imagem social do bairro e ao potencial que este pode assumir na vida do habitante. A identidade de lugar é, portanto, estabelecida de forma gradativa. Não obstante, um indivíduo pode, ao mesmo tempo, gostar de habitar num determinado local, mas não o considerar como um constituinte da sua identidade de lugar ou, por outro lado, é possível que uma pessoa se sinta integrada num lugar, mas prefira não morar aí. Por isso, os habitantes naturais e os de curta duração tendem a manifestar ligações mais superficiais (Hernández et al., 2007).

Para além da teoria da identidade, Hogg et al. (1995) defendem a teoria da identidade social, onde é enaltecida a relevância dos papéis díspares assumidos pelos indivíduos nos processos de interação. Por outro lado, esta perspectiva enaltece a dinâmica dos grupos sociais e a pertença do sujeito aos mesmos. Ou seja, para além da identidade individual, os sujeitos são também influenciados pela percepção social, opiniões e atitudes e pela sua interação em grupos sociais. Deste modo, o bairro permite aos indivíduos formarem a sua identidade, quer pessoal quer social, assumindo o meio uma grande responsabilidade nessa construção. Assim, as representações sociais destes podem assumir-se como positivas ou negativas de acordo com a imagem desenvolvida. Uma vez que os bairros de habitação social são considerados locais estigmatizados, têm intrínseca uma identidade negativa, que resulta, maioritariamente, das particularidades que a população exterior ao bairro lhe atribui (Tomás, 2015).

Em suma, é perceptível através da opinião de diversos autores, que habitar num bairro social assume uma elevada relevância na criação e evolução da identidade, pois o local referido tem a possibilidade de influenciar, negativamente ou positivamente, todo o processo identitário, dependendo, essencialmente, do modo como os moradores encaram o espaço, da envolvência nas suas práticas e dinâmicas e da compatibilização com todas as particularidades inerentes ao bairro.

3.2. Quotidiano e vulnerabilidade do bairro

A habitação social corresponde a um sistema de residência que tem intrínsecos diversos elementos, sendo que estes tanto podem ser responsáveis por melhorar o bem-estar dos indivíduos como estar na base de problemas quotidianos. Assim, as pessoas, ao residirem num determinado local, passam a interiorizar normas e vivências inerentes ao sistema cultural onde estão inseridas. Os confrontos internos do indivíduo são, assim, fomentados, uma vez que tem de enfrentar os desentendimentos que acontecem no bairro, consequência das variantes étnicas e culturais existentes na convivência do dia a dia (Gonçalves, 1994, citada por Ferreira, 2014).

Neste sentido, o bairro social reflete uma área que engloba um grupo específico de pessoas, com um paradigma de vida ímpar e com particularidades sociais e ações próprias consequência da “coexistência no espaço”, da ligação residencial e da prática económica (Camacho, 2017) e, por isso, ao se proceder a uma apreciação do dia a dia dos indivíduos, tendo em consideração o sítio habitacional, é possível perceber como são criados os acontecimentos diários como o desconforto entre moradores, os confrontos e os procedimentos adotados pelos residentes com o objetivo de encarar estes conflitos (Ferreira, 2014). As desavenças intrínsecas ao bairro têm na sua origem, por exemplo, as relações enfraquecidas entre vizinhos, o racismo, a administração dos condomínios e atitudes agressivas que surgem devido às diferenças culturais. Para além destes, existem outros fatores que desencadeiam problemas no interior do bairro, nomeadamente, vicissitudes criminais (roubos e tráfico de droga). Isto provoca nos habitantes do local uma postura de proteção, que os leva a permanecerem mais tempo em casa, prejudicando, deste modo, as conexões e a convivência com os restantes residentes (Gonçalves, 1994, citada por Ferreira, 2014).

Para além disso, segundo Augusto (1998) citado por Ferreira (2022), o facto dos bairros sociais se encontrarem localizados em locais estratégicos das cidades, afastados do centro, constituídos por ruas sem qualquer saída, impedindo, por isso, a participação dos residentes em âmbitos sociais, provoca no quotidiano dos seus habitantes o distanciamento dos locais onde são tomadas grandes decisões, o que promove a falta de envolvimento com a restante urbanização. A escassez de zonas de lazer e socialização e a carência de estruturas de contato e convivência resulta numa adversidade relacionada ao progresso de aptidões sociais e estabelece um ambiente monótono na vivência diária dos indivíduos (Augusto, 1998, citado por Ferreira, 2022). Por conseguinte, tal como referido, há uma maior predisposição para os habitantes se manterem no interior de casa, sendo que isto pode levar à falta de motivação para “investir no bairro, quer em termos de relações sociais, quer em eventuais ações de melhoria e conservação do bairro” (Pereira & Rebelo, 2013, p.64). É reconhecida também uma intensa vontade de

modificação em virtude da insegurança que por vezes sentem. Porém, esta mudança social ou espacial não é viável para todos os moradores, o que os deixa desapontados, sentindo-se obrigados a habitar aquele local, que para eles constitui um espaço rejeitado (Ferreira, 2014). Portanto, o domínio da habitação tem grande relevância no sistema de integração de indivíduos na sociedade ou num ambiente social e a diminuta competência de seleção e escolha de meios perante a casa que lhes é atribuída, existindo, portanto, uma imensa dependência de apoios sociais, não permitem aprimorar a situação de vida (Ferreira, 2014). Pode, assim, constatar-se que o facto de a maior relevância ser atribuída às necessidades habitacionais, descurou a questão relacional dos indivíduos. A melhoria da situação habitacional aparentava ser o necessário para promover o bem-estar das famílias. Não obstante, a escassez de locais públicos, onde o convívio e entretenimento são impulsionados, o pouco zelo com os recintos exteriores e a ênfase dada unicamente ao realojamento, tem repercussões ao nível das ações coletivas (Camacho, 2017).

3.3. Relações interpessoais: vizinhança e comunidade

Habitar num bairro social, considerado por muitos como um local onde predomina o estigma, influencia as possíveis ligações com o exterior, uma vez que as relações estabelecidas com quem enfrenta os mesmos preconceitos tornam-se mais simples e descomplicadas, ou seja, é mais acessível contruir uma amizade com quem habita no bairro do que com quem reside noutra local (Fiães, 2020). Esta fronteira entre o bairro e a restante sociedade leva, por um lado, a uma escassez de recursos que só nesta existem e por outro à promoção da sensação de pertença e à vida em comunidade que, conseqüentemente, revigora os vínculos dentro do bairro. É através desta perspectiva que é possível compreender que as ligações com a vizinhança são, neste local, mais enfatizadas do que na restante urbe (Queirós, 2015). Portanto, em espaços que tendem a ser excluídos, normalmente, os vizinhos atuam como uma rede de auxílio e amparo que, segundo Queirós (2015, p. 67), viabiliza o

acesso aos meios básicos de subsistência, ora por via da disponibilização de «ajudas» diretas (...), ora por via da tolerância ou mesmo do incentivo à prossecução de estratégias quotidianas de colmatação de necessidades baseadas na mobilização mais ou menos criativa de recursos latentes.

Pode assim dizer-se que, para além do bairro ser um lugar através do qual são desenvolvidos inúmeros estereótipos, é visível, paralelamente, a coesão social onde são criados “fortes laços de amizade” que “agem como uma defesa contra o ambiente maior, mais impessoal da cidade total” (Ittelson et al., 2005, p.7). Desta forma, a sociabilidade inerente às

redes de vizinhança assume uma grande relevância tendo em conta que, segundo Ingen et al. (2016), um indivíduo que se mantém sem qualquer ligação vicinal terá uma reflexão negativa tanto nas suas convivências como ao nível particularidades pessoais. Desta forma é perceptível compreender que o meio exterior e o vínculo com a vizinhança têm repercussões nas atitudes, no bem-estar físico e mental, na comodidade dos habitantes e, por conseguinte, na sua satisfação com o espaço residencial, ou seja, o ambiente social do bairro resulta, maioritariamente, da interação entre vizinhos, pelo que se a interação for positiva, o ambiente também será profícuo (Fiães, 2020). Porém, no caso dos realojamentos, uma vez que existe a perda de afinidades desenvolvidas anteriormente noutros locais, o tempo partilhado com os vizinhos diminui e aumenta o tempo passado em casa e, portanto, as conexões entre vizinhos ocorrem, essencialmente, entre pessoas do mesmo prédio ou andar (Pereira, 2009).

Por outro lado, são também identificadas algumas conflitualidades nestes locais, sendo que as desavenças com os vizinhos são uma das que mais contribuem para isso, apesar das consequências não terem tanta gravidade. Este tipo de conflito ocorre, grande parte das vezes, através de insultos e algazaras, causados, por exemplo, pela ocupação e controle das zonas coletivas, quer dos prédios, quer da rua. Estes comportamentos demonstram um fracasso cívico da parte dos habitantes e corrobora a imagem pública negativa associada aos bairros sociais (Gonçalves & Pinto, 2000).

3.4. Multiculturalidades, conflitos e crimes

Os bairros de habitação social são, grande parte das vezes, associados a locais problemáticos, conflituosos e onde persistem comportamentos criminais e desviantes. Com efeito, a designação de bairros problemáticos é bastante complexa, pese embora esteja relacionada a algumas características específicas como ações ilícitas e a decorrente sensação de insegurança, sendo esta verídica ou não, que podem ter efeito nos residentes do bairro, na população que o visita e em quem habita nas proximidades (Felizardo, 2012). A sua caracterização engloba múltiplas adversidades tendo em conta a variedade de conceções e as razões que desencadeiam a perspetiva de ser um local repleto de problemas. Contudo, quando se percebe um bairro problemático, tal como referido, rapidamente surgem elementos relacionados à criminalidade tendo, portanto, características comuns que o permitem identificar como tal (Tomás, 2015). Uma das explicações para a criminalidade é o estigma de habitar num bairro social e da marginalidade que têm uma grande propensão de serem interiorizados pelos residentes, o que irá influenciar o desenvolvimento da sua identidade, levando à adoção de comportamentos desviantes e práticas criminais (Dias, 2021).

Todavia, as particularidades de um bairro problemático nem sempre têm uma relação direta com a habitação social ou locais mais danificados. De forma a extinguir esta vicissitude tem-se verificado a edificação de novos bairros, como aconteceu com o Casal Ventoso em Lisboa, e a eliminação de bairros antigos, levando à disseminação dos moradores por distintas áreas da cidade, sendo exemplo desta ocorrência a demolição de uma torre do Bairro do Aleixo no Porto, em 2011, que conduziu ao realojamento dos moradores das cinco torres. Desta forma, é relevante perceber se o que acontece, após a implementação destas políticas, é combater o problema ou, por outro lado, transferi-lo geograficamente para um local diferente (Felizardo, 2012). Neste sentido, ao se priorizar o número de habitações em detrimento de uma “lógica social” intrínseca de ordenamento dos espaços, pode agravar-se os conflitos, quer sociais quer étnicos, representados através de comportamento racistas, xenófobos e marginais, tal como frisou Abrantes (1994) citada por Campos (2013), uma vez que a junção de etnias e raças distintas no mesmo bairro fomenta um espaço de tensão, verificando-se pelo meio de atitudes violentas, nas desavenças entre os moradores (Tomás, 2015). Para além disso, ao existir uma frequência das atitudes referidas, também a segurança dos habitantes é afetada, tendo em conta que “o sentimento de insegurança se alimenta das crises concretas diárias, das delinquências e também das ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo as chamadas incivilidades” (Alves, 2010, pp. 190-191).

Em suma, a existência nos bairros de habitação social diferentes conflitualidades bem como criminalidade e delinquência interfere na paz e tranquilidade dos habitantes, que passam a caracterizar o local como inseguro para residir.

4. Representações sociais acerca dos bairros de habitação social

Os bairros sociais caracterizam-se como um tipo de habitação que tende a manifestar-se de forma degradada, o que leva a que surjam “atitudes de afastamento mútuo, configuradas sob a forma de discriminação, de segregação e de estigmatização (Fernandes, 1995, p.23, citado por Rodrigues, 2017). Neste sentido, surgem representações sociais que remetem para a forma como os sujeitos assimilam a realidade que os rodeia, “reportando-se a um conceito ou a um conjunto de ocorrências e explicações concebidos no dia a dia e consequentes do diálogo interindividual” (Mendes, 2014, p. 135, citada por Ferreira, 2014). Estes são locais, segundo Fischer (1994) citado por Fiães (2020)

apreendidos e vividos como entidades à parte (...) afastados e, por conseguinte, separados dos espaços sociais valorizantes, por uma espécie de parede invisível; seja qual for o afastamento físico, são objeto de uma representação social que tende a estigmatizá-los como espaços longínquos. (p.122)

Para além disso, são fortemente estereotipados não só pela população exterior ao bairro como também pela comunicação social, sofrendo repercussões negativas ao nível das representações sociais (Rêgo & Fernandes, 2012). E assim pelo facto de ser transmitida uma imagem negativa, muitas vezes os moradores ocultam o seu local de residência (Queiroz & Gros, 2002). Ou seja, tanto a condição espacial como as representações sociais têm uma grande relevância no desenvolvimento identitário dos habitantes, sendo estes forçados a estabelecer modos de demarcação relativamente ao local e aos restantes residentes, com o intuito de se salvaguardarem (Santos, 2015). Desta forma, o bairro apresenta-se como um componente identitário, uma vez que induz o modo como os demais se comportam relativamente ao indivíduo sendo que, o nível de negatividade da imagem, influencia a rotura com a restante sociedade, que resulta no fracasso da autoestima coletiva (Guerra, 2002, citada por Moreira, 2015).

Por conseguinte, as “representações do senso comum” evidenciam que as pessoas excluídas deixam de ser vítimas e passam a ser agressoras no sentido em que, publicamente, a sua imagem é associada ao perigo (Fernandes, 2014). Isto é observável, por exemplo, através dos “jovens das periferias desqualificadas, os quais são vistos como membros de gangs e traficantes de droga, fazendo destes territórios verdadeiros casos de polícia” (Fernandes, 2014, p.179).

É possível concluir-se que o ambiente público funciona como um cenário, onde a vida urbana é destacada e onde os intervenientes sociais se relacionam e desenvolvem representações relativas aos outros (Camacho, 2017). Paralelamente, de acordo com Gonçalves (1988) citado por Moreira (2015) todos os rótulos atribuídos aos habitantes de bairros sociais persistem em toda a extensão temporal, provocando exclusão social, sendo que estes locais são pautados por uma conjuntura social de “inferiorização social e cultural” (Gonçalves, 1994, p. 147, citado por Santos, 2015).

4.1. Estigmas e pré-conceitos

No quotidiano dos bairros sociais constroem-se dinâmicas sociais ímpares que englobam sociabilidades diversificadas tendo a estigmatização, alicerçada no território, uma grande representação e, conseqüentemente, influência nos padrões sociais dos sujeitos (Pereira & Queirós, 2012, 2014; Pereira, 2016, citado por Rodrigues, 2017). Sabe-se ainda que a perspetiva preconceituosa pode provocar malefícios a nível social (Wacquant, 2010).

O conceito de estigma tem origem grega designando “(...) sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mau acerca do status moral de quem os apresentava” (Goffman, 1990, p.5, citado por Carvalho, 2018). Atualmente, o termo é mais abrangente predominando a vertente pejorativa. Assim, o estigma assume-se como tudo o que não se compatibiliza com as expectativas sociais consideradas normais, desenvolvidas relativamente a um indivíduo, que acabam por ser estranhas e alvo de julgamento. Deste modo, para Goffman (s/d), citado por Rodrigues (2017), a estigmatização social resulta da “etiquetagem social”, que pode ser motivada pela discrepância entre o modo como a sociedade vê o sujeito e o que este realmente é, destacando-se o significado atribuído às características menos favoráveis dos sujeitos, o que provoca debilidades no âmbito das interações, retratando a exclusão das pessoas que não se identificam com os modelos predominantes nas sociedades (Guerra, 1992, citada por Rodrigues, 2017). O autor referido apresenta três tipos de estigma: as deformações físicas (auditivas, visuais,) os desvios de carácter (doenças mentais, vícios e doenças relacionadas a práticas sexuais) e os tribais (raça, nação ou religião). Desta forma, o estigma perturba a interação entre os estigmatizados e os restantes, tendo em conta que os últimos agem com insegurança diante dos primeiros. Os estigmatizados, de forma a salvaguardar a inexistência de divergências, omitem pormenores das suas vidas. Todavia, Wacquant (2010) fez uma observação, onde destaca que Goffman, na apresentação das tipologias de estigma, não englobou um âmbito referente ao território onde o sujeito reside e de que forma este pode influenciar a sua inferiorização. No caso particular dos bairros sociais, de

acordo com Pinto (1994) citada por Pereira (2009) são reconhecidos diversos fatores de estigmatização, nomeadamente: a aglomeração de pessoas com baixas possibilidades financeiras e de escolaridade; a posição periférica em relação à restante urbe, com a sua função unicamente residencial, uma vez que são negados outros campos da esfera social, tal como o trabalho ou o lazer; a deterioração urbanística; a interação complexa entre culturas distintas; a presença de práticas marginais (Gonçalves, 1994, citada por Pereira, 2009). Portanto, a estigmatização é perceptível em vários setores por exemplo nos financiamentos bancários recusados a espaços residenciais específicos; no indeferimento das entidades empregadoras em contratar habitantes de bairros sociais, devido ao preconceito existente; nas imagens irrealistas de insegurança e violência, criadas em torno do local, que distancia qualquer tipo de comércio e serviços, bem como a restante sociedade, o que promove o isolamento do local (Atkinson, 2005, citado por Malheiros et al., 2016; Hastings, 2004, citada por Malheiros et al., 2016).

Uma outra componente a considerar quando se fala da estigmatização é a sua espiral, que tem na base a assimilação de uma imagem pública negativa que os habitantes identificam nos seus bairros e que aparenta levar os mesmos a piorar a situação de deterioração física, social e simbólica do local em questão. Nas palavras de Paugam (1995) citado por Gonçalves e Pinto (2000) a

espiral de estigmatização que vai da precariedade social e económica à desqualificação do habitat produz efeitos de interação sob a forma de círculo vicioso: a vivência em habitats socialmente desqualificados afeta e, por sua vez, reforça as condições de precarização destas populações (p.229).

Através desta espiral é possível perceber as conexões entre o desenvolvimento de uma imagem pública negativa, as práticas quotidianas conflituosas compreendidas e vivenciadas e a noção de insegurança consequente dessas dinâmicas (Gonçalves & Pinto, 2000). Assim, estes três âmbitos interligam-se nas representações sociais dos indivíduos com consequências negativas no exercício de apoderamento das zonas do bairro, na criação de elementos identitários e na competência de elaborar planos futuros que sejam eficazes em quebrar o vínculo de fragilidade e afastamento social (Gonçalves & Pinto, 2000).

Tal como as representações sociais também o estigma é impulsionado pelos media, pelo meio da transmissão de notícias de situações negativas ocorridas nos bairros sociais. Gonçalves e Pinto (2001, p.121) referem que a ênfase atribuída a estes acontecimentos “parece assumir grande impacto. Através dos media, tais imagens não só se tornam amplamente partilhadas como atingem os bairros globalmente, estigmatizando de forma totalitária os seus moradores”,

ou seja, colabora no desenvolvimento de uma perspectiva negativa dos bairros. Segundo Guerra (1994) citada por Ferreira (2022) a imagem desfavorável acaba por ser interiorizada pelos residentes dos bairros de habitação social, o que favorece o preconceito e a segregação, podendo desencadear o auto-estigma (Ferreira, 2022). Wacquant (2006), citado por Fiães (2020, p.29), afirma que

esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas.

Nas palavras de Coelho (1994, p.71) citada por Tomás (2015) “existem inúmeros exemplos de como a habitação com características sociais não se deve continuar a fazer: isolada, concentrada, fortemente estigmatizada por inúmeras características urbanas e arquitetónicas”, porque estas características promovem a discriminação e a marginalização.

4.1.1. Discriminação e marginalização social

Os bairros de habitação social têm inerentes características peculiares que acabam por se refletir na vida dos moradores. Segundo Guerra (1994, p.11) citada por Carvalho (2018) “(...) habitar nesses bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável”.

De acordo com Cabecinhas (2002, p.41) citada por Ferreira (2014), o conceito de discriminação tem inerentes “aspectos comportamentais, cognitivos e emocionais (...) e é utilizado para referir percepções, avaliações ou comportamentos que resultam numa desvantagem para o grupo-alvo”. Assim, a marginalização assume um carácter reprodutivo tanto no espaço como no tempo, o que pode aludir a que “os bairros pobres são os bairros onde os pobres habitam”, sendo estes “que os tornam pobres ou tecem as redes que os impedem de romper com as suas condições de vida” (Capucha, 2000, p.12, citado por Rodrigues, 2017). Isto conduz à exibição de roturas sociais uma vez que, quando estas são de índole espacial, resultam em fragmentos sociais e culturais, nas ações e representações dos residentes dos locais referidos (Jacquier, 1993, citado por Rodrigues, 2017). A marginalização surge, grande parte das vezes, relacionada aos bairros sociais, tal como a pobreza e o desemprego. O facto de nestas habitações o valor da renda ser mais reduzido, derivado das baixas possibilidades económicas dos habitantes, não tem de acarretar a consequência de os residentes serem caracterizados como pessoas perigosas ou criminosas (Gonçalves, 1988, citado por Moreira, 2015). No entanto, o julgamento desenvolvido pela sociedade, de que existem determinados espaços das cidades que

são inadequados e inferiores, fomenta a sensação de medo e insegurança (Queiroz & Gros, 2002, citadas por Moreira, 2015).

Por conseguinte, os bairros sociais resultam de perspectiva sistémica da cidade, verificando-se uma repartição da mesma. Assim, de um lado são incluídos os grupos mais favorecidos, as elites, e, em contrapartida, do outro lado, englobam-se os indivíduos mais desfavorecidos, que são objeto das políticas sociais. Estas últimas devem ter em consideração as particularidades do público-alvo, com o objetivo de assegurar que não existem situações de exclusão e marginalização de pessoas com diversos *handicaps* – baixa escolaridade, exclusão geográfica, escassez de recursos monetários e privação de capital cultural – que quando existem em simultâneo provocam um reforço de cada um destes entre si, agravando o cenário onde as pessoas estão inseridas. “Cada problema é encarado de forma isolada como se nada tivesse a ver com o outro, quando é sabido que numa população que sofre de exclusão social os handicaps são múltiplos e reforçam-se mutuamente” (Guerra, 1994, p.13, citada por Ferreira, 2014). Com isto, é perceptível a ambivalência relativa à organização espacial dos sujeitos, que acaba por ser contraproducente para os residentes dos bairros referidos.

Concluindo, a questão da marginalização é transversal, todavia as técnicas utilizadas face à inquietação identitária são diversificadas, podendo variar e manifestar-se de formas distintas através do retraimento social e da ocultação da situação de vida. É de salientar as sequelas da tensão frisada, que tem inerentes vicissitudes e pensamentos identitários dos indivíduos no que concerne às suas circunstâncias de vida e aos entraves no acesso a determinados serviços (Rodrigues, 2017). Urge, portanto, quebrar manifestações discriminatórias direcionadas a determinados locais, como é o caso dos bairros sociais, que têm efeito nos seus moradores. As consequências verificam-se, por exemplo, na construção da identidade dos indivíduos, como já foi referido anteriormente, e na complexidade de integração no âmbito laboral (Fiães, 2020).

4.2. Exclusão Social: formas e dimensões

A exclusão social manifesta-se pelo afastamento dos sujeitos da sociedade onde pertencem, deixando de estar incluídos nesta. Portanto, constitui, de acordo com Rodrigues (2000), citado por Pereira (2009, p.80)

um processo complexo e multidimensional que afeta um conjunto de pessoas com uma presença cumulativa de vulnerabilidades, nomeadamente vulnerabilidades económicas, culturais, sociais e simbólicas. Estas vulnerabilidades articuladas entre si e tornadas

estruturais, constituem uma barreira à inserção e ao sentido de pertença e de identificação simbólicas dos indivíduos e dos grupos.

Todavia, existe, simultaneamente, a possibilidade de serem os próprios indivíduos a autoexcluírem-se da comunidade. Assim, a Sociologia tem desenvolvido investigações relativas às distintas formas através das quais as pessoas experienciam a exclusão. As pesquisas enaltecem âmbitos como “o alojamento, a educação, o mercado de trabalho (Giddens, 2001, p.325, citado por Pereira, 2009). Não obstante, podem ser identificadas outras categorias de exclusão como os jovens desempregados, desempregados de longa duração e famílias monoparentais. Deste modo, as pessoas excluídas constituem “grupos sociais que vivem situações de desadequação relativamente ao funcionamento da sociedade tornando-se alvos de processos de rejeição, de desidentificação e de desestruturação” (Rodrigues, 2000, p.180).

Neste sentido, a exclusão pode ser dividida em três tipos: económico, social e cultural (Costa, 2001, citado por Pereira, 2009). O primeiro caso, a exclusão social de tipo económico, assenta na pobreza, ou seja, na escassez de elementos em diversos âmbitos, nomeadamente financeiro. Os sujeitos aqui incluídos tendem a possuir fracas condições de vida, baixos níveis de escolaridade e de qualificação laboral e situação de emprego instável. Já a exclusão de carácter social, enaltece, sobretudo, a perda de laços sociais, tipificada pela falta de convivência e isolamento, tendo, também, intrínsecos momentos de ausência de autoestima e emancipação individual. Por fim, a exclusão cultural é provocada por situações como o racismo e a xenofobia ou pelo meio de modos de nacionalismo, que podem afastar minorias étnico-culturais. Na realidade, os tipos de exclusão supramencionados podem ser verificados concomitantemente, sendo possível que uma forma de exclusão possa dar origem a outra (Costa, 2001, citado por Pereira, 2009).

Por outro lado, a exclusão social pode ser alicerçada por dimensões como a família, a escola, a etnicidade, a toxicodependência e o emprego (Clavel, 2004 citado por Mateus et al., 2009). No que concerne à família, as alterações ocorridas depois dos anos 60 levaram ao surgimento de momentos de exclusão, tendo em conta que foi observável a quebra de laços familiares tradicionais. Isto quer dizer que, atualmente, são perceptíveis a falta de responsabilidade parental e o abandono familiar, positivamente associados à exclusão social. De acordo com Clavel (2004), citado por Mateus et al. (2009, p.6), o modo de vida da atualidade é direcionado para “a urbanização, individualização e utilidade económica”, que limitam o período da ação familiar no que toca à socialização e instrução dos filhos. Assim determinadas famílias são alvo de exclusão pelo facto das suas práticas de vida serem antagónicas àquilo que

está estabelecido socialmente. Relativamente à escolaridade, a iliteracia, os baixos graus de escolaridade, o absentismo, o insucesso e o abandono são elementos que constituem risco e que, conseqüentemente, pode levar à exclusão social. No que concerne à etnicidade dos cidadãos, esta pode servir de alicerce para a desigualdade e falta de dignidade humana. Neste sentido, as minorias, muitas vezes, conformam-se com trabalhos precários e mal recompensados, com condições habitacionais deficitárias. Finalmente, no que diz respeito à toxicod dependência, esta constitui um fator preponderante no desenvolvimento da exclusão. Uma grande percentagem de toxicod dependentes não se encontra empregada, uma vez que o seu estado complica a inclusão no mercado laboral. Para além disso, muitos deles têm um passado pautado por famílias desorganizadas e uma experiência escolar de insucesso. Deste modo, a toxicod dependência engloba determinadas vicissitudes que desenvolve na sociedade um rótulo negativo em relação ao toxicod dependente que, por conseguinte, o levam a ser excluído (Clavel, 2004, citado por Mateus et al., 2009). Paralelamente, também o setor do trabalho pode servir de mote para a exclusão uma vez que este atribui aos indivíduos uma condição social favorável e, no caso do desemprego, essa condição perde-se. Para além disso, o emprego proporciona ligações interpessoais que podem ser cessadas quando ocorre o desemprego. Porém, além dos fatores referidos também o reconhecimento, a integridade e a autoestima têm relação direta com a inclusão do sujeito no mercado laboral (Clavel, 2004, citado por Mateus et al., 2009).

Em suma, a exclusão social está associada à cidadania e esta, por sua vez, relacionada à participação. Assim, uma pessoa que não se envolva na sua comunidade, significa que não está integrada na mesma, estando excluída dos sistemas sociais básicos, que englobam os seguintes domínios: o institucional, que assenta no acesso a serviços de saúde, educação e justiça; o económico, que compreende o emprego; o territorial, relativo ao espaço em que a pessoa habita, e as referências simbólicas, orientadas para a autoestima, confiança, identidade social e sensação de pertença (Colaço, 2014).

4.2.1. Teorias explicativas

Os quadros teóricos sobre a exclusão foram sofrendo modificações ao longo do tempo sendo, neste sentido, conhecidos três tipos de discurso: o liberal, o promotor e o político (Clavel, 2004, citado por Mateus et al., 2009). Especificamente, o discurso liberal, prevalecente nos anos 70/80 e desenvolvido pelo governo de direita, refere que as conceções de exclusão e inadaptação não são antagónicas, pois não existem diferenças concretas. Portanto, o conceito “excluídos” alude às distintas categorias de inadaptados, como por exemplo pobres, pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, idosos e marginais involuntários. A exclusão seria

reflexo das lacunas das instituições e das estruturas sociais, bem como do célere progresso tecnológico. Por seu lado, o discurso promotor foca-se no processo de exclusão, defendendo que este é próprio tanto das estruturas como da cultura, podendo desenvolver-se em qualquer classe social. Os indivíduos excluídos são englobados na categoria socioeconómica e caracterizados como subproletários ou do Quarto Mundo que faz referência às pessoas menos qualificadas, desempregadas, com baixos salários, e filhos com pouca frequência escolar. Já o discurso político, com o governo de esquerda no poder, resulta de um período social e económico perturbado por dez anos de crise, surgindo, desta forma, novos tipos de fragilizados, nomeadamente jovens, mulheres sozinhas, desempregados de longa duração e famílias carenciadas sendo, portanto, os excluídos os pobres da crise (Clavel, 2004).

Para além dos discursos referidos, existem alguns autores com contributos teóricos no que concerne à exclusão social. Nesse sentido, destaca-se Durkheim (1977) citado por Silva (2009), que caracteriza a exclusão social como um elemento desestabilizador reflexo da divisão pressionada do trabalho social e, nesse sentido, como um modo mórbido de uma sociedade moderna em crise, abalada e carente de valores e padrões morais para uma parte dos seus cidadãos. Estas ocorrências verificam-se, essencialmente, em períodos de crise industriais ou comerciais, ou seja, quando as funções económicas já não são geridas pela moral social. Assim, surge a anomia que se desenvolve quando a inexistência ou amenização das regras origina perturbações sociais, através das quais os sujeitos se sentem destabilizados e perturbados ou distantes da comunidade relativamente aos princípios sociais e morais. Segundo o autor referido as circunstâncias anómicas provocam quebras nos laços sociais (Durkheim, 1977, citado por Silva, 2009).

Por seu lado, Weber (1978) citado por Silva (2009), defende uma perspetiva contrária à de Durkheim, uma vez que apresenta um ponto de vista mais abrangente relativamente às desigualdades sociais, no que respeita ao conflito que pode assumir diversas formas: económica-classes (disputa e competição nos vários mercados laborais), social-estatuto (relações limitadas, intrínsecas de determinados círculos e sujeitos sociais que frisam particularidades, como a raça, língua, religião, impedindo o acesso a bens e serviços) e política-partido (desequilibrada entrega de poderes e regalias pelo meio político-partidário). Todavia, apesar de saber que existem outras espécies de confrontos especialmente étnicos e religiosos, o autor assume que a conflitualidade social é consequência das múltiplas formas de desigualdade observáveis a níveis económico, social e político (Weber, 1978, citado por Silva, (2009).

Fica então claro que a exclusão social pode ter diversas causas e ser influenciada por múltiplos fatores, pelo que é importante recorrer-se a estratégias que tentem combater esta

vicissitude, de forma a promover a coesão social e atenuar o afastamento de determinados grupos da sociedade.

4.3. Miscigenação Social

Tendo em conta que o declínio social é causado pela exclusão social e a segregação socioespacial, alguns países adotaram políticas de promoção de mistura social em espaços residenciais, com o intuito de promover a integração social e económica da população mais carente. Exemplo disso são a Alemanha, a França e a Suécia onde a mistura social engloba as políticas habitacionais e de planeamento urbanístico, com vantagens visíveis no âmbito dos padrões das classes mais baixas, sendo reflexo da interação com outros grupos sociais ou a existência de mais igualdade de oportunidades e de equilíbrio social (Martins, 2017).

A perspetiva de miscigenação social assenta na “uniformização através das diferenças”, que tem como principal finalidade atenuar as ocorrências de segregação urbana, pelo meio da constituição equilibrada dos territórios (LNEC, 2011). Para isso atua-se de forma a englobar grupos mais desfavorecidos em áreas prestigiadas e a enaltecer socialmente os bairros para que ocorra uma convivência positiva entre sujeitos de circunstâncias sociais distintas (Chaskin & Joseph, 2010, citados por Mu, 2016). Deste modo, as políticas de miscigenação social tentam impedir a aglomeração da pobreza, a criação de enclaves raciais e espaços de violência, e a fragmentação de algumas classes de indivíduos, acabando por interligar a coesão social, a solidariedade territorial e o equilíbrio social (LNEC, 2011).

Contudo, tal como referido anteriormente, apesar de serem conhecidos vários benefícios resultantes da miscigenação social, existem alguns investigadores que coloquem em dúvida se realmente esta prática fomenta a inclusão dos sujeitos, pois, tal como refere Fainstein (2005) citada por Alves (2010, p.84) “na prática, quando a heterogeneidade social se concretiza efetivamente ela nem sempre é promotora de uma maior equidade ou justiça social”, pois, apesar de assumir que a diversidade seja relevante, o autor tem algumas dúvidas relativamente à competência para assegurar a equidade social.

Para além disso, há quem defenda que esta mistura social pode não ter o efeito desejado, tendo em conta que se pretende aproximar grupos sociais distintos, com hábitos de vida dispares e que profissionalmente estão inseridos em locais antagónicos, o que não favorece a sua aproximação (Davidson, 2010, citado por Martins, 2017).

Assim sendo, a inclusão dos sujeitos na sociedade não deve ser feita apenas pela atribuição de uma habitação, pois isso não privilegia a inserção na esfera social, económica e física da urbanização (Chaskin, 2013, citado por Rodrigues, 2013). Portanto, segundo Coelho

(2011) citado por Rodrigues (2013) a integração é fruto da associação de quatro domínios: integração de âmbito global – reproduzida pelo meio de cuidadosas conexões entre formas e componentes essenciais e perante processos de relacionamento recíproco que sejam viáveis no que concerne às formas e à utilidade; integração local – ocorre de uma disposição e organização pertinentes, de vínculos objetivos e sistemáticos com as circunstâncias de bem-estar ambiental, que são instigadas nos seus prédios e locais exteriores, da consideração e uso das preexistências físicas e da importância de conjunturas que possibilitem o seguimento e o progresso urbano; integração urbana – que deve beneficiar, metodicamente, a conservação urbana ativa, nomeadamente, no que diz respeito à continuidade de preenchimento e uma luta organizada pelas ruturas e obstáculos, aprimorando o seguimento urbano; e a integração social – que enaltece o respeito pela heterogeneidade e uma metodologia de mistura social na esfera física e sociocultural.

5. Bairros Sociais: o caso de Bragança

Tendo anteriormente já sido apresentada a Estratégia Local de Habitação do Município de Bragança, elaborada no âmbito da Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031, com os olhos no futuro dos bairros sociais, no presente, este Município possui 267 fogos de habitação social repartidos por três bairros sociais: Bairro Social da Previdência, Bairro Social da Mãe d'Água e Bairro Social da Coxa (CLAS, 2019). Todavia, esta gestão nem sempre foi feita pela Câmara Municipal. Inicialmente, o Bairro da Previdência pertencia ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e os Bairros da Mãe d'Água e da Coxa eram administrados pelo IGAPHE, tendo sido transferido, posteriormente, para o Município de Bragança. Todas as habitações são de tipologias T2, T3 e T4 (Município de Bragança, 2020). Não obstante, o Município tem como objetivo futuro aumentar o parque habitacional para 362 fogos em 2026 Paralelamente têm disso realizadas obras de melhoria e requalificação nos edificadnos nos bairros da Mãe d'Água e da Coxa. No Bairro da Previdência foi reabilitado o espaço público envolvente às habitações (CLAS, 2019).

Relativamente ao Bairro Social da Previdência, construído em 1975, este é caracterizado como semifechado, com 3 tipos de inquilinos: habitantes com apoio à habitação, habitação própria e proprietários que não residem nas habitações, estando as mesmas fechadas ou alugadas. Ou seja, da totalidade de fogos, 30 pertencem ao Município, sendo que as restantes 66 são de particulares (CLAS, 2019). Este espaço foi recentemente reabilitado no seu exterior, contando com a presença de um parque geriátrico e um campo de futebol. No que diz respeito às problemáticas identificadas destacam-se a população envelhecida e a pobreza com uma maioria de habitantes dependentes de apoios sociais, nomeadamente do RSI – Rendimento Social de Inserção. Aqui não se verifica consumo e tráfico de drogas. (CLAS, 2019).

O Bairro da Mãe d'Água, edificado em 1979, é composto por 123 fogos de habitação, encontrando-se ocupados 118, já que os restantes cinco necessitam de intervenções profundas, não estando devidamente adequados para serem habitáveis. Quanto às suas particularidades apresenta-se como um local fechado fisicamente, devido à inexistência de estradas para o movimento de veículos no seu interior. A população residente é bastante heterogénea, o que tem conduzido, diversas vezes, a conflitos entre vizinhos. Para além desta problemática, os habitantes deste bairro são, em muitos casos, famílias monoparentais, agregados multidesafiantes, desempregados e beneficiários do RSI (CLAS, 2019). Tal como no bairro anterior, o envelhecimento da população constitui também uma preocupação, aliado à solidão

e aos vários problemas de saúde dos residentes. Neste local, verifica-se ainda uma elevada prevalência de consumo e tráfico de drogas (CLAS, 2019).

Para colmatar algumas necessidades, nas imediações deste bairro estão localizadas três instituições particulares de solidariedade social que prestam apoio aos residentes: Centro Paroquial Santo Condestável, Associação Reaprender a Viver e Associação Entre Famílias.

No que concerne ao Bairro da Coxa, que surgiu em 1982, este é propriedade integral do Município, sendo este detentor de 114 fogos, apesar de estarem habitados apenas 111 (CLAS, 2019). Este bairro, fisicamente mais aberto que os referidos anteriormente, do ponto de vista do edificado possui melhor qualidade, apesar de um dos problemas mais comum no local ser as infiltrações advindas do telhado. A nível dos habitantes, verifica-se um maior número de crianças, embora haja também uma percentagem significativa de idosos, bem como de famílias monoparentais. Uma particularidade a destacar deste local é o facto de funcionar no seu interior o projeto Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), tendo como coordenadora local a Câmara Municipal de Bragança e o Centro Paroquial dos Santos Mártires como coordenador e executor de ações, que tem como objetivos fomentar a inclusão social, capacitando os territórios, bem como as pessoas que nele habitam. Em Bragança, este projeto conta já com a quarta edição, sendo este constituído por 4 eixos de intervenção: Eixo 1 - Emprego, Formação, Qualificação; Eixo 2 – Intervenção Familiar e Parental Preventiva da Pobreza Infantil; Eixo 3 - Promoção do Envelhecimento Ativo e Apoio à População Idosa; Eixo 4 - Auxílio e Intervenção Emergencial às Populações Inseridas em Territórios Afetados por Calamidades e/ou Capacitação e Desenvolvimento Comunitários (Santos Mártires, s.d).

O Bairro da Coxa tem ainda no seu interior, para além do Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, a Cáritas Diocesana de Bragança. As instituições referidas servem de suporte social para os habitantes, através dos múltiplos apoios prestados, nomeadamente na alimentação e vestuário, pagamento de medicação e outras despesas domésticas. Ao contrário do Bairro da Mãe d'Água, neste não há registo de tráfico de drogas (CLAS, 2019).

Caracterizados os bairros de habitação social de Bragança, foi deste universo de residentes que foi constituída uma amostra de indivíduos que participaram na investigação por detrás da presente dissertação, que a seguir passaremos a apresentar detalhadamente em relação às opções metodológicas tomadas.

II. Investigação Empírica

1. Questão problema e objetivos

Nas palavras de Blackwith (2015) citado por Mota (2018), os bairros sociais constituem um espaço significativo no que concerne à exclusão social que, na perspectiva de Santos (2015), se caracterizam como comunidades que habitam à margem da sociedade e assumindo este lugar uma identidade e personalidade ímpares, pelo que se torna objeto de investigação primordial conhecer as dinâmicas relacionais internas e externas que ocorrem neste local.

Neste sentido, a presente dissertação estabeleceu-se com base na elaboração de um problema de pesquisa, constituído como o ponto de partida e de chegada para recolher a informação. Deste modo, segundo Ribeiro (2008), tendo em conta que a formulação do problema requer da parte do investigador o cumprimento de determinados critérios, como o nível de importância pessoal e a relevância da temática escolhida, a sua contemporaneidade e a conveniência académica e social, a questão-problema que norteia a presente investigação é a seguinte: *De que forma habitar num bairro social influencia as vivências relacionais e comunitárias dos seus moradores?*

Para alcançar a resposta ao problema enunciado foram definidos os seguintes objetivos:

- 1) *Explorar as relações interpessoais entre os moradores de bairros sociais;*
- 2) *Conhecer as perceções que os moradores de bairros sociais têm sobre as dinâmicas comunitárias do seu meio;*
- 3) *Analisar a presença de comportamentos desviantes nos bairros sociais e a sua influência nas vivências dos seus moradores;*
- 4) *Pesquisar as experiências relacionais dos moradores dos bairros sociais com os outros indivíduos e entidades de fora do bairro.*

2. Opções Metodológicas

A metodologia, no ponto de vista de Fonseca (2002), assenta na análise do percurso a ser seguido para a efetivação de uma pesquisa, sendo que esta desempenha uma função determinante uma vez que os resultados estão subordinados ao procedimento, à técnica e à estratégia para o seu alcance (Serrano 2014). Portanto, no desenvolvimento do presente trabalho, tendo em conta os objetivos estabelecidos, considerou-se que a metodologia

qualitativa seria a mais frutífera. Isto porque a investigação de carácter qualitativo assenta numa perspectiva da realidade, desenvolvida através do “quadro referencial” dos participantes do estudo. Todavia, é da responsabilidade do investigador, para além de retratar comportamentos, interpretar a ação humana (Santos, 1999, citada por Silva et al., 2006, p.247). Assim, este tipo de pesquisa possui características singulares tais como o investigador se envolver na situação e no contexto da investigação, tendo em conta que, sendo este um elemento crucial no estudo, deve abstrair-se de qualquer preconceito e ser recetivo às ocorrências presenciadas, enaltecendo uma atitude participante; a identificação dos sujeitos sociais como elementos produtores de informação e práticas, uma vez que todas as pessoas podem contribuir para o estudo, sendo estas portadoras de um entendimento prático, de senso comum e concepções construídas que elaboram uma perceção de vida e direcionam as suas práticas pessoais e, por isso, todos os pontos de vista são relevantes; a conclusão resultar de uma tarefa coletiva, visto que não é fruto de um trabalho individual, decorre da dinâmica estabelecida entre o investigador e os investigados, no sentido em que esta relação é essencial para se conhecer a conexão entre os indivíduos e os objetos, bem como as representações desenvolvidas pelos mesmos; a recetividade de que todos os acontecimentos gozam da mesma relevância, frequência e eventualidade e detêm o diálogo e o silêncio, as confidências e as dissimulações, o encadeamento e a falha, o significado evidente e o oculto, pois os fenómenos tem todos a mesma pertinência sendo igualmente importantes, necessitando apenas de serem interpretados (Chizzotti, 2000).

Partindo destas premissas da pesquisa qualitativa, decidiu-se escolher o tipo exploratório, uma vez que permite ter um conhecimento mais completo sobre uma temática, possibilitando uma maior compreensão da mesma e, também, elaborar perguntas relevantes para a investigação (Gil, 1999). Ou seja, tem como intuito estabelecer maior proximidade com a problemática em questão, de modo a torná-la mais perceptível, sendo a sua principal finalidade o aperfeiçoamento de ideias ou a exploração de intuições (Gil, 1991, citado por Fernandes & Gomes, 2003). O carácter exploratório, de acordo com Cervo e Bervian (1996, p.49), citados por Fernandes e Gomes, 2003)

é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo.

Assim sendo, a pesquisa de natureza exploratória não compreende hipóteses, mas não exclui a sua elaboração, pois estas “poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (Vergara,

2000, p. 46, citada por Fernandes & Gomes, 2003). Deste modo, de acordo com Lakatus e Marconi (1995), citadas por Fernandes e Gomes (2003) este tipo de pesquisa tem três objetivos primordiais: elaborar hipóteses, uma vez que estas não são definidas a priori com base na pesquisa teórica, mas, sim, aquando da análise de conteúdo tendo como referência os dados obtidos; fomentar a proximidade do investigador com um meio, um fato ou um acontecimento para o desenvolvimento de um estudo futuro mais exato, visto que através dos resultados obtidos podem ser identificadas necessidades a abordar em trabalhos que possam vir a surgir; alterar e explanar conceitos, permitindo um conhecimento mais profundo do problema em questão e promovendo a familiaridade com o mesmo (Fernandes & Gomes, 2003; Laville & Dionne, 1999, citados por Oliveira, 2011).

3. Participantes

Qualquer pesquisa carece de fontes que produzam informação relativamente ao problema definido. Para isso é fundamental que exista, da parte dos participantes, envolvimento com a temática, disponibilidade e vontade para dialogar tendo em conta que na abordagem qualitativa, tal como o próprio nome indica, prioriza-se a qualidade das fontes em detrimento da quantidade (Duarte, 2005). Assim, a amostra de participantes da presente investigação foi retirada do universo de habitantes dos Bairros Sociais de Bragança. Ou seja, no universo todos os constituintes devem ter pelo menos uma particularidade em comum que os distingue de outras populações, e, neste caso a característica partilhada é o facto de residirem num bairro de habitação social. Neste sentido, foi agendada uma reunião presencial com o sociólogo da Câmara Municipal de Bragança, com o objetivo de serem facultadas informações que permitissem caracterizar os habitantes dos três Bairros Sociais da cidade de Bragança: Bairro Social da Providência, Bairro Social da Coxa e o Bairro Social da Mãe d'Água. De seguida, após ter sido adquirido algum entendimento prévio sobre os locais, foram feitas algumas deslocações aos bairros com o objetivo de fazer o reconhecimento dos territórios, falar informalmente com algumas pessoas e criar condições para aplicar as entrevistas, tendo os participantes sido selecionados aleatoriamente, pelo meio destas incursões nestes bairros, onde se pretendia entrevistar os moradores. Em todos os diálogos estabelecidos com os participantes, inicialmente, foi apresentado o intuito do estudo, bem como clarificados os objetivos, e posteriormente questionada a vontade e disponibilidade de responderem à entrevista.

No total de participantes da presente investigação, foram inquiridas quinze pessoas, cinco no Bairro Social da Previdência, cinco no Bairro Social da Coxa e cinco no Bairro Social da Mãe d'Água. A amostra contempla nove pessoas do sexo feminino (60%) e seis do sexo masculino (40%), com idades compreendidas entre os 28 e os 70 anos. A nível das habilitações académicas, cinco indivíduos completaram o 1º ciclo (33,3%), três o 2º ciclo (20%), três o 3º ciclo (20%) e quatro o ensino secundário (26,7%). Relativamente à situação profissional atual, 66,7 %, ou seja, dez entrevistados encontram-se desempregados, dois estão já reformados (13,3%) e três encontram-se a trabalhar (20,1%). No que respeita à fonte de rendimento, todos os inquiridos apontaram mais do que um meio de subsistência, tendo sido os mais referidos o RSI (Rendimento Social de Inserção) e os abonos referentes aos filhos. Para além destes, foram também mencionados, embora com menos frequência, os rendimentos provenientes do trabalho do próprio ou do cônjuge, a reforma pessoal ou do cônjuge, a pensão de alimentos, a bolsa de frequência nos cursos do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional e o subsídio de desemprego. O apoio de IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social) não aparenta ter grande expressão na vida dos participantes já que oito residentes afirmam não receber qualquer tipo de apoio (53,3%) dois referem os Santos Mártires (13,3%), a mesma percentagem (13,3%) identifica a Obra Social Padre Miguel, um indivíduo indica a Associação Entre Famílias (6,7%), o mesmo acontece para o Santo Condestável (6,7%) e para a Cruz Vermelha (6,7%). No que concerne à habitação, 53,3% das pessoas habitam em casas de tipologia T3, 40% em tipologia T2 e 6,7% em T4. O tipo de família dos participantes que mais se destaca é a família alargada (“Co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor(es) e/ou filho(s)”) com cinco sujeitos nesta categoria, seguindo-se a família nuclear (“Duas pessoas em relação conjugal com filhos”) e a família monoparental (“Família constituída por um progenitor que co-habita com o(s) seu(s) descendente(s)”) que contemplam a mesma proporção, com quatro indivíduos cada (26,7%). De forma menos significativa surge uma família díade nuclear (“Duas pessoas em relação conjugal sem filhos - não há descendentes comuns nem de relações anteriores de cada elemento”) e uma família unitária (“Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem co-habitação”) (Caniço et al., 2010). Dos inquiridos, 46,7% vive no bairro há mais de 30 anos, 40,2% entre os 15 e os 29 anos e 13,4% há menos de 10 anos.

4. Instrumento de recolha de dados - entrevista semiestruturada

A entrevista, segundo Amado e Ferreira (2014), constitui um dos métodos mais prestigiados de investigação tendo em conta que possibilita o alcance de informações em múltiplos âmbitos. Assim sendo, de forma geral, esta técnica caracteriza-se por um processo de transmissão de informação, de um indivíduo (informante) para outro (entrevistador), bem como um método que engloba pressupostos imprescindíveis, que não devem ser ignorados, mas, sim, enaltecidos através do plano de investigação. Os pressupostos referidos têm inerentes “emoções, necessidades inconscientes e influencias interpessoais” (Amado & Ferreira, 2014, p.207), pois acaba por ser uma conversa com objetivos específicos.

Por conseguinte, considerando esses objetivos, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), destaca-se o facto de a entrevista ser a estratégia mais pertinente para a análise do sentido que os atores sociais dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc. (p.193)

Segundo Gil (1999) citado por Júnior e Júnior (2011), esta é a técnica mais flexível a ser utilizada nas ciências sociais, pois assenta na tradição qualitativa que, tal como já foi referido, se orienta através da construção de dados sobre perceções, ações, crenças e valores que podem ser interpretados pelos pesquisadores a partir da utilização de diferentes abordagens (Cedro, 2011). Batista et al. (2017) apontam que a entrevista se torna importante na medida em que é uma ferramenta para os profissionais que tratam de problemas humanos, com fins direcionados para o diagnóstico e orientação, sendo que o grau de formalidade deve ser definido conforme os objetivos da pesquisa, de acordo com o tema a ser tratado e, sobretudo, tendo em vista o que é apropriado culturalmente para o grupo a ser pesquisado.

Tal como outras técnicas também a entrevista tem as suas vantagens. Os benefícios da sua utilização são, principalmente, a flexibilidade na utilização, a facilidade de adaptação de protocolo, a viabilidade na comprovação, a taxa de resposta elevada e a circunstância de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura (Ribeiro, 2008, citada por Júnior & Júnior, 2011). Gil (1999) citado por Júnior e Júnior (2011) destaca ainda como ponto positivo na aplicação de entrevistas a possibilidade de um maior esclarecimento de perguntas por parte do entrevistador e a oportunidade de captar a expressão corporal do entrevistado, assim como a tonalidade de voz e a ênfase nas respostas.

Contudo, o sucesso e a qualidade da entrevista dependem, essencialmente, da relação pessoal entre o entrevistador e o entrevistado, podendo este fator ter influência na qualidade e quantidade da obtenção da informação (Júnior & Júnior, 2011). Relativamente às perguntas, estas devem ser o mais claras possível, de forma a concretizar os objetivos desejados na investigação (Boni & Quaresma, 2005).

Neste sentido, a entrevista, como uma técnica bastante flexível e rigorosa no mundo das ciências sociais, pode assumir quatro tipos de estrutura: entrevista informal, entrevista focalizada, entrevista semiestrutura ou semidiretiva e a entrevista estruturada e diretiva. Nesta investigação o instrumento de recolha de dados selecionado foi a entrevista semiestruturada ou semidiretiva que se foca mais na sua estruturação com o intuito de ligar os pontos de interesse das duas partes envolvidas na investigação (o entrevistador e o entrevistado), embora o entrevistador faça poucas questões diretas, mantém uma ordem, permitindo ao entrevistado falar livremente (Kvale et al., 1996, citados por Amado e Ferreira, 2014). De acordo com Triviños (1987, p.152) citado por Manzini (2005), uma das grandes vantagens da entrevista semiestruturada é que “(...) favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também a sua explicação e a compreensão da sua totalidade (...)”. Para além disso, é enaltecida como um benefício a sua flexibilidade relativamente à duração. Quanto às desvantagens, este tipo de entrevista possui constrangimentos económicos e de elevado tempo despendido na sua aplicação. No que concerne à pessoa entrevistada, por vezes o sentimento de insegurança face à confidencialidade das informações pode levá-lo a ocultar dados relevantes (Miranda, 2009), motivo pelo qual na presente investigação se procurou enfatizar o compromisso de sigilo e anonimato dos entrevistados bem como o uso exclusivo para fins académicos de todas as informações veiculadas.

Na entrevista semiestruturada as perguntas resultam de um guião onde se estabelece, através de uma ordenação coerente para o investigador, aquilo que se tenciona obter, apesar do entrevistado ter total liberdade na sua resposta (Morgado, 2013). Desta forma, foi elaborado um guião de entrevista constituído por duas partes: a primeira é referente aos dados sociodemográficos dos entrevistados, enquanto a segunda elenca um conjunto de demandas para explorar as suas perceções em relação às vivências no bairro, num total de 23 perguntas (ver anexo III). Especificamente, 11 questões reportam-se a dados sociodemográficos, 3 questões referem-se às relações interpessoais estabelecidas pelos entrevistados com os restantes habitantes dos bairros, 2 questões são relativas à perspetiva que os moradores têm sobre as dinâmicas comunitárias, 4 questões aludem à averiguação da presença de comportamentos

desviantes e, por fim, a experiência relacional dos participantes com os indivíduos e entidades exteriores ao bairro é abordada através de 2 questões.

Por conseguinte, no decurso da entrevista é fundamental existir um registo de dados que pode ser feito através da gravação direta das respostas ou pelo meio de anotações (Ludke & André, 1986). A gravação consiste num registo mais integral, dando maior possibilidade ao entrevistador de focar toda a sua atenção no entrevistado e de transcrever na íntegra todo o conteúdo da entrevista, tendo sido por este motivo a opção escolhida mediante a autorização expressa de cada inquirido.

A aplicação da entrevista passou por duas fases: em alguns casos, no primeiro contacto, foi apenas feito o agendamento e só, posteriormente, foi possível obter as respostas dos investigados; nos restantes a entrevista foi imediatamente aplicada. Em qualquer uma das situações foi previamente apresentada a investigadora e legitimada a investigação através da credencial emitida pelo Diretor da Escola Superior de Educação de Bragança (ver anexo I), explicado a cada indivíduo os objetivos e conteúdo da entrevista, bem como recolhido o consentimento informado para a sua realização e gravação áudio (ver anexo II).

Relativamente ao local da realização das entrevistas este divergiu consoante a vontade expressa dos indivíduos, sendo que algumas decorreram no espaço exterior do bairro, outras nos espaços comuns dos prédios e ainda outras no interior das habitações.

5. Técnica de análise de dados - análise de conteúdo

Tendo em conta que no presente estudo o método de recolha de dados é a entrevista, considerou-se que a técnica mais pertinente para o seu tratamento seria a análise de conteúdo. Esta técnica tem como finalidade examinar uma situação específica com fundamento na informação resultante de entrevistas realizadas, tendo esta duas aplicabilidades: a função de âmbito exploratório, sempre que se pretende analisar uma ou mais perguntas em busca de informação mais generalizada e a função de âmbito de verificação, quando a análise é alicerçada por uma hipótese pré-definida, existindo a priori objetivos para o conteúdo a estudar (Bardin, 1997).

Portanto, a análise de conteúdo trata a informação obtida, querendo isto dizer que os dados são analisados de modo empírico. Tratar a informação é, deste modo, uma etapa crucial uma vez que possibilita ao investigador retirar conhecimento dos dados analisados. Neste sentido, a análise do conteúdo é desenvolvida por três fases: a primeira está relacionada com a enumeração das particularidades do texto e a sua descrição; a segunda fase remete para a

inferência que o investigador faz do texto e, por fim, a etapa derradeira, diz respeito à interpretação do texto (Bardin, 1997). Segundo Moraes (1999, p.2) citado por Cardoso et al. (2021) este tipo de análise é bastante relevante para as ciências sociais, pois “(...) constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”.

Bardin (2004) caracteriza a análise de conteúdo como um grupo de ferramentas metodológicas que se utilizam em discursos sendo conhecidos seis tipos de análise – análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise automática do discurso – tendo sido a primeira usada no presente estudo. A análise categorial, à qual se recorreu neste trabalho, executa-se seccionando o conteúdo em partes para, seguidamente, serem definidas as categorias tendo em conta a “frequência da presença (ou de ausência) de itens de sentido” (Bardin, 1997, citada por Cardoso et al., 2021, p.104) com a finalidade de comparar, determinar e contrastar a regularidade de determinadas características do discurso (Bardin, 2004). Segundo a perspetiva de Carlomagno e Rocha (2016) a categorização tem intrínsecos cinco princípios cruciais para o estabelecimento de categorias: é fundamental a presença de regras explícitas relativas aos limites e determinação de qualquer categoria; todas as categorias devem ser ímpares e, portanto o que está englobado numa categoria não deve estar incluído noutra; as categorias devem ser homogéneas, não devendo conter elementos muito diferenciados no mesma classe; as categorias devem esgotar o máximo de conteúdo possível, de modo a que todos os dados pertinentes sejam categorizados; é de extrema importância que exista objetividade na classificação, pois permite a replicação da investigação.

Para operacionalizar o processo de categorização (ver anexo IV), as entrevistas foram inicialmente transcritas na íntegra, e depois lidas várias vezes para identificar as categorias e as subcategorias dos discursos dos entrevistados que se encontram sistematizadas na seção seguinte. De forma a garantir a privacidade dos participantes, recorreu-se à sua identificação por códigos, ou seja, cada um foi designado pela letra E, acompanhada de um número (E1, E2, E3...).

6. Resultados

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
1. Vivência no Bairro	1.1. Percepção dos moradores	- Experiência positiva ou negativa de viver no bairro.
	1.2. Rotinas	- Descrição do cotidiano no bairro durante a semana e ao fim de semana.
	1.3. Sentimento de pertença	- Identificação com o espaço e a comunidade; - Integração na vida comunitária.
	1.4. Mudanças	- Constrangimentos e dificuldades vividas; - Identificação de situações ou aspectos do bairro a alterar.
2. Dinâmicas Comunitárias	2.1. Rede de Vizinhança	- Relação com outros moradores do bairro; - Percepção dos vizinhos como rede de suporte; - Conflitualidade entre moradores.
	2.2. Convivência	- Interação com os habitantes do mesmo prédio e de outros prédios do bairro.
	2.3. Atividades	- Organização de eventos pelos moradores; - Participação em atividades organizadas.
3. Comportamentos Desviantes	3.1. Criminalidade	- Exposição à prática de crimes no espaço do bairro.
	3.2. Consumo de substâncias psicoativas	- Exposição aos consumos e consumidores às normas e regras sociais.
	3.3. Impacto na esfera pessoal e familiar	- Consequências; - Resiliência e estratégias de <i>coping</i> .
4. Relações exteriores	4.1. Experiência relacional	- Convivência com outros indivíduos fora do bairro; - Relação com entidades e instituições da cidade.
	4.2. Percepção dos outros acerca do bairro	- Pensamentos e discursos dos indivíduos que não residem no bairro acerca deste.

Tabela 1 - Categorias, Subcategorias e Indicadores

III. *Análise e discussão dos resultados*

A categoria 1 – **Vivência no Bairro** explora a experiência dos participantes como habitantes de um bairro social e a relação que estabelecem com o espaço e os outros, através de quatro subcategorias: *Percepção dos moradores*, que remete para os discursos positivos ou negativos acerca desta experiência; *Rotinas*, que explora o quotidiano dos participantes dentro e fora do bairro; *Sentimento de Pertença*, que descreve a identificação dos indivíduos com o contexto do bairro bem como com os restantes moradores e ainda a sua participação na vida comunitária; *Mudanças*, que enumera os constrangimentos e dificuldades sentidas pelos habitantes dos bairros e, também, as situações passíveis de alteração.

Relativamente à subcategoria *Percepção dos Moradores*, os resultados da entrevista destacam a experiência positiva dos participantes em relação ao bairro, demonstrando satisfação com o contexto, tal como é observável através dos discursos de E1 - “*Olhe é muito bom morar aqui (...). gosto de viver aqui, é sossegadinho. Agora não me estou a lembrar de nada negativo. Ainda podemos ir à rua e deixar as portas abertas e deixar a chave na porta, que nunca houve problemas.*”; E2 - “*É um bairro calmo, um bairro sossegado... não vejo que tenha aspetos negativos.*”; E3 - “*É muito bom, acho que agora nem sequer me via a morar noutra sítio*”; E4 - “*Gosto de morar aqui.*”. Não obstante, há entrevistados que possuem uma experiência mais negativa ou de insatisfação relativamente ao espaço alicerçando a sua percepção em questões relacionadas com comportamentos desadequados que ocorrem fora das suas habitações, como mencionaram E8 - “*É muito barulhento e costuma haver porrada*”, E11 - “*De negativo é mais a questão da droga*”, E13 - “*(...) Sem ser às vezes as confusões com os toxicod dependentes, de resto não há problema.*” e E14 - “*Para lhe ser sincera de bom não tem nada. Há muito barulho e gritos*”. Estes resultados vão de encontro ao estudo realizado por Carvalho (2018) intitulado “*Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro*”, em que os habitantes reconheceram elementos de valorização bem como de desvalorização no bairro, tendo exaltado como vantagens o tamanho das habitações, a segurança, a localização e as relações familiares e de amizade, sendo o elemento comum com os participantes da presente investigação a questão da segurança. Outra variável que sobressaiu da análise dos resultados e que parece contribuir para a perspetiva positiva em relação ao bairro é o facto de a maioria dos participantes já residir no local há vários anos, o que terá conduzido ao desenvolvimento de relações afetivas e memórias que aumenta o sentimento de pertença ao bairro (Carvalho, 2018).

No que concerne aos aspetos mais negativos, no estudo de Carvalho (2018) foram apontados como componentes de depreciação a carência das condições de habitação e dos equipamentos recreativos, a dinâmica enfraquecida do bairro, o envelhecimento dos residentes, os conflitos sociais e as desavenças entre vizinhos, a toxicodependência e o tráfico de droga, estes últimos também presentes nos discursos dos participantes desta investigação. Analisando estas respostas antagónicas dos participantes, pode-se afirmar que as perceções negativas dos moradores em relação à vivência no bairro podem ser explicadas pelo facto de a habitação social não ser sempre considerada como algo benéfico apenas por proporcionar uma melhor situação de habitabilidade, já que existem outros fatores, tais como os conflitos interpessoais, os comportamentos transgressivos e as práticas desviantes que podem provocar um impacto negativo e tornar um local indesejável para viver. Isto porque as ocorrências do bairro têm uma função primordial na conceção que os moradores têm deste (Guerra, 1994, citada por Ferreira, 2022). Ou seja, o ponto de vista relativo ao mesmo espaço pode ser diferenciado de acordo com cada indivíduo, pois, a atribuição de significado depende da interpretação das condutas diárias dos sujeitos (Camacho, 2017).

No que concerne à subcategoria *Rotinas*, foi possível averiguar que o quotidiano dos participantes é estruturado e muito semelhante durante a semana e ao fim de semana. O dia a dia dos inquiridos não envolve um grande tempo de permanência no espaço do bairro, tendo como principais motivos o trabalho, as tarefas domésticas e as atividades fora deste contexto e, quando se encontram no bairro, na maior parte do tempo permanecem em casa, tal como referem E1 - *“Olhe eu saio para trabalhar e pronto. Ao fim de semana aproveito para fazer as coisas em casa.”*, E5 - *“Os meus dias aqui são muito tranquilos. Saio para trabalhar de manhã, regresso ao fim do dia e não passo aqui muito tempo. (...) raramente saio. E se sair, não fico aqui no bairro.”* e E9 - *“Quando estou no bairro estou sempre em casa. Ao fim de semana também é raro sair.”*. Este mesmo resultado foi também evidenciado por outros estudos que apontam como explicação o facto de alguns moradores sentirem um enorme prazer pela sua casa mas um maior desgosto pelo bairro em geral (Guerra, 2008), pelo que existe uma maior tendência para as pessoas permanecerem no interior das habitações, podendo isto provocar uma desmotivação para *“investir no bairro quer em termos de relações sociais, quer em eventuais ações de melhoria e conservação do bairro”* (Pereira & Rebelo, 2013, p.64). Por outro lado, o facto de os moradores trabalharem e participarem em atividades fora do bairro diminuiu o tempo de permanência neste espaço centrando-se maioritariamente na sua habitação à semelhança de outros indivíduos fora do bairro.

Na subcategoria *Sentimento de Pertença*, foi prevalente uma identificação positiva com o espaço bairro, não se verificando uma sensação de inferioridade em comparação à restante cidade, tal como se depreende dos seguintes excertos: E7 - “*Somos pessoas normais (...) Tanto me dou com os daqui como com os de fora. Às vezes somos prejudicados por viver em casas de habitação social (...) há quem ache que somos menos importantes,*”; E9 - “*Isso já é uma coisa que vem da própria pessoa, não está relacionado ao local até porque, por exemplo, a mim não é o bairro que me define.*”; E12 - “*Isso já vai de nós, da nossa cultura e da nossa educação. Não é por eu viver num bairro de drogados que eu vou seguir o mesmo caminho.... Nunca me senti mal nesse sentido. Se soubermos estar, temos lugar em todo lado.*”; E11 - “*Eu por acaso, graças a Deus, sempre fui bem tratado em todo o lado. Isso eu acho que não tem diferença, ninguém deixa de ser amigo de ninguém só por morar no bairro, acho eu vá*”.

Estes mesmos resultados foram encontrados na investigação desenvolvida por Fernandes e Mata (2015), com técnicos de intervenção comunitária que possuem uma longa prática neste domínio, em que “alguns técnicos reportam o orgulho no bairro, um sentimento de pertença a que chamam bairrismo. O bairrismo é “caracterizado como uma identificação ao lugar, e define uma posição específica na relação do bairro de cada um com o resto da cidade” (Fernandes & Mata, 2015, p.10). Speller (2005) considera que esta identificação ao lugar está relacionada com a identidade de lugar, embora Graumann (1983) citado por Medeiros (2013) afirme que são termos com utilização distinta uma vez que a identidade de lugar é vista como uma subestrutura da identidade pessoal, que engloba compreensões alusivas ao espaço físico onde as pessoas moram, sendo que estas perceções acarretam recordações, opiniões, emoções, comportamentos e princípios (Proshansky et al., 1983). Isto quer dizer que, por exemplo, caso os sujeitos consintam uma má imagem do bairro esta vai ser integrada na construção da sua identidade (Augusto, 1998, citado por Pereira, 2009). Não foi objeto de estudo nesta investigação a identidade de lugar pelo que apenas se pode afirmar que a análise dos resultados demonstra que o sentimento de pertença ou de negação no que concerne ao local habitacional é influenciado pelas experiências e pelo percurso de vida dos moradores. Foi, assim, possível perceber que, tal como nas palavras de Gonçalves & Pinto (2001) citadas por Carvalho (2018), todos os moradores que expõem um sentimento de pertença têm na sua trajetória momentos positivos relacionados ao bairro.

Na subcategoria *Mudanças*, os entrevistados identificaram os aspetos relativos ao bairro que gostariam de ver melhorados, sendo o mais mencionado a degradação das habitações: E1 - “*Olha eu no bairro só mudava os prédios, estão um bocadinho degredados, precisavam de umas obras.*”; E2 - “*Era necessário apenas umas obras. (...)*”; E3 - “*Aqui só mudava os blocos*

que estão todos danificados.”; E4 - *“Tem havido vários problemas nas casas, nas canalizações, e os prédios estão todos velhos”*. Este resultado também foi encontrado no estudo de Carvalho (2018), onde foi, simultaneamente, referida a falta de investimento na requalificação das casas do Bairro do Sobreiro e é explicado por Pinto (1994) e Gonçalves (1994) ambos citados por Santos (2015) na medida em que a questão da reabilitação pode assumir uma grande relevância para os habitantes pelo facto de a deterioração urbanística constituir um fator de estigmatização.

Outro aspeto identificado pelos moradores a ser melhorado é a deficitária intervenção do Município como proprietário dos bairros, tal como referido por E3 - *“(...) fizeram aqui umas obras nas ruas e nunca as concluíram, mas isso já tem a ver com a câmara. Mas também não quer saber do bairro. Moro aqui há tantos anos e nunca fizeram cá nada.”*; E4 - *“Já que pagamos renda acho que a câmara podia fazer umas obras para resolver esses problemas.”* e E5 - *“A câmara deveria ter mais atenção aqui ao bairro, porque quando há eleições sabem vir aqui pedir votos, mas depois durante o ano ninguém os vê cá. De negativos só se for as casas já não terem as melhores condições. Colocam aqui as pessoas a morar e não se interessam nada com o estado em que estão.”*. Também na sua investigação Carvalho (2018) refere que a Câmara Municipal é a entidade mais criticada pelos entrevistados, pois têm dificuldade em obter respostas da parte desta, essencialmente, no que concerne à reabilitação dos prédios. Nas palavras de Ferreira (2022) o que acontece na maioria dos bairros sociais é que apenas em época de campanha eleitoral são feitas promessas aos moradores referentes a melhorias nas habitações, que apenas por vezes chegam a concretizar-se, todavia na maior parte do tempo estes locais não são alvo de intervenção.

Foi ainda reportado por vários participantes como situação a alterar, os comportamentos desviantes praticados no bairro: E12 - *“Mudaria mesmo isso tudo, essa questão de não haver tráfego, de não haver prostituição, não haver nada dessas coisas e ser um bairro social habitável para toda a gente.”*; E13 - *“Olhe mudava pelo menos aquele bloco além. Ali é muito conflito, é muito mau para as crianças.”*; E14 - *“Mudava essa questão dos gritos”* – sendo para tal necessário uma maior presença da polícia como referido por E11 - *“(...). A polícia podia fazer alguma coisa.”* e E15 - *“(...) devia andar por aqui a polícia com frequência a fazer vigilância.”*. Estes resultados parecem contrariar o pensamento de Matos (2006) que sublinha que a presença policial é frequente nos bairros sociais. No entanto, a participação das forças policiais direciona-se mais para a repressão da criminalidade e comportamentos desviantes do que para a prevenção e dissuasão da sua ocorrência como é expectativa dos inquiridos da presente investigação. Também o estudo empírico desenvolvido por Ferreira (2014) revelou que os inquiridos apontam como medida a privilegiar o reforço do policiamento, apesar da polícia

se fazer notar no bairro pontualmente, não é recorrente o uso da sua autoridade, sendo mais habitual efetuarem rusgas ou, simplesmente mostrarem-se presentes. Não obstante, Ferreira (2022) chama atenção para dualidade desta questão: se por um lado a autoridade policial pode ser encarada como benéfica, por outro lado a sua consecutiva comparência no bairro pode, de igual forma, contribuir para a ênfase de uma aparência negativa associada a este contexto, pelo motivo de enaltecer a imprescindibilidade dos habitantes serem sempre alvo de vigia, de forma que não ocorram episódios adversos.

A categoria 2 – **Dinâmicas Comunitárias** – explora a participação dos entrevistados na organização do bairro, nas atividades comuns e na comunidade enquanto conjunto de indivíduos que partilham o mesmo território e compreende três subcategorias: *Rede de Vizinhança*, onde foram pesquisadas as relações entre os residentes do bairro, a percepção dos vizinhos como rede de apoio e ainda a conflitualidade existente entre moradores; *Convivência*, que explora a interação com os vizinhos do mesmo prédio e com os de outros prédios do bairro; *Atividades*, que se refere à organização de eventos pelos moradores no bairro bem como à participação nos mesmos.

Na subcategoria *Rede de Vizinhança* verificou-se que a relação entre habitantes é, de forma geral, descrita como positiva: E1 - “*Olhe eu não tenho queixa. Por acaso tenho os vizinhos bons*”, E2 - “*Temos uma boa relação.*”, E3 - “*A relação com os vizinhos é boa, é boa!*” e E15 - “*Eu aqui dou-me bem com toda a gente (...) tenho aqui alguns vizinhos que considero família. Não tenho nada a apontar de ninguém*”, sendo que em alguns casos servem como rede de suporte tal como referido por E10 - “*(...) ajudamo-nos uns aos outros*”; E11 - “*Quando é preciso ajudo as vizinhas a levar as compras para cima.*”. As vantagens desta relação positiva foram destacadas por Ingen (2016) que atribui uma grande relevância às relações vicinais positivas pelo facto de um indivíduo que não possua vínculo com a vizinhança pode enfrentar consequências contraproducentes ao nível da convivência e das especificidades pessoais. E, para além disso, também o ambiente social do bairro depende da interação entre vizinhos, tendo em conta que se esta for profícua o meio, será de igual forma, proveitoso (Fiães, 2020).

Não obstante, alguns participantes destacaram os conflitos entre os residentes do bairro. Os entrevistados reconhecem que, por vezes, há desentendimentos e discussões, mas não lhe atribuem grande gravidade, tal como se verifica nos discursos de E1 - “*Num bairro há sempre uma pessoa ou outra mais conflituosa (...) Às vezes é só por palavras.*”; E2 - “*Às vezes lá existe um desentendimento ou outro, mas não considero que isso seja bem um conflito. Porque no dia a seguir, se for preciso, já não é nada.*”; E3 - “*Conflitos que eu saiba lá há um ou outro por*

acaso, mas não há assim conflitos de gravidade”; E4 - “De vez em quando lá se houve falar de alguma confusão, mas acho que nunca houve nada de muita gravidade”.

Especificamente, alguns dos participantes atribuem a causa destes conflitos às diferenças étnicas e culturais, veja-se por exemplo E2 - *“Está se a ver uma grande diversidade de etnias e culturas, e é aí que às vezes surgem os problemas.”*; E8 - *“Há conflitos, mas é mais com a ciganada.”*. Este fenómeno é explicado por Tomás (2015) que afirma que a presença de diferentes culturas e etnias dentro do mesmo bairro contribui para a existência de conflitualidade. Ou seja, a atribuição de casas, no mesmo sítio, a grupos e raças dissemelhantes, sem haver uma previsão das consequências das relações interpessoais que daí resultam, acaba no desenvolvimento de bairros problemáticos (Tomás, 2015).

Tendo em conta que se atribui maior relevância à quantidade de habitações ao invés de se priorizar uma lógica social, existe maior tendência para a promoção de conflitos, tanto sociais como étnicos, visíveis através de atitudes racistas, xenófobas e de marginalidade (Abrantes, 1994, citada por Campos, 2013), pelo facto da junção de etnias e raças diferentes instigar o bairro para uma situação de tensão, chegando a ocorrer atitudes violentas entre os residentes (Alves, 2010, pp 190-191). Dos inquiridos poucos foram os que revelaram já se ter envolvido em conflitos com outros moradores, tendo uma grande percentagem dito que nunca teve problemas com ninguém no bairro: E5 - *“(…) nunca foi nada comigo”*; E8 - *“Que eu me lembre nunca tive problemas com ninguém.”*; E9 - *“(…) nunca me chatee com ninguém.”*; E10 - *“Eu não, nunca estive incluído em nenhum, fico no meu canto.”*; E12 - *“Nunca me envolvi em nada disso (conflitos)”*. Estes resultados são comuns aos encontrados por Martins (2017) que, decorrente da sua investigação, concluiu que a ligação entre vizinhos, embora também possua vantagens, pode ser vista como negativa pelo facto de ser causadora de tipo de conflitos. Também nas palavras de Gonçalves e Pinto (2000) nestes locais a conflitualidade tende a verificar-se e, portanto, os desentendimentos entre vizinhos são perceptíveis, apesar das repercussões não assumirem grande magnitude.

No que diz respeito à subcategoria *Convivência*, é salientado, através de alguns relatos dos participantes, que existe uma maior ligação com os habitantes do mesmo prédio do que com sujeitos de outros blocos: E3 - *“Dos outros prédios há alguns (habitantes) que não conheço tão bem”*; E5 - *“Tenho maior relação com os vizinhos aqui do prédio (...) com os dos outros prédios não há tanta ligação, mas também não quer dizer que nos damos mal.”*; E9 - *“Com os moradores do meu prédio é muito boa. Das outras entradas falo com toda a gente, mas não tenho convivência com eles.”* e E12 - *“Aos vizinhos aqui do prédio confio-lhe a minha filha se for preciso.”* Este resultado pode ser relacionado com o encontrado na subcategoria

Rotinas uma vez que, se o tempo passado no bairro é diminuto em comparação com o tempo passado na sua habitação, a convivência com os moradores do mesmo prédio é mais frequente e com isso estas relações tornam-se mais significativas.

Explorando as dinâmicas da relação, os entrevistados identificam como principal momento de convivência as conversas estabelecidas entre moradores, com especial frequência à noite, no verão, como afirma E1 - *“Às vezes vamos para ali para a rua um bocadinho no verão. Estamos um bocadinho a conversar ao fresco.”*; E2 - *“Olha às vezes olha à noite costumamos, principalmente agora no verão, encontrar-nos ali com outras vizinhas e estou aqui a conversar com as vizinhas.”*; E4 - *“Às vezes à noite juntamo-nos a conversar, só isso.”* e E8 - *“Os momentos de convivência são poucos. Às vezes converso com essas vizinhas com quem me dou melhor, mas é conversa de dia a dia.”*. Apenas dois entrevistados identificaram outros meios de convivência: E11 - *“O meu irmão às vezes lá assa aí na rua e juntam-se os vizinhos aqui do prédio.”* e E12 - *“Quando são festas de anos costumamos juntar-nos aqui os vizinhos do prédio. Ou às vezes ao domingo fazemos aqui (rua) um churrasco, cada um traz sua coisa e fazemos assim um convívio.”*, apesar de também assentarem em momentos de convivência que ocorrem na rua.

Para além da rua, foi mencionada por alguns participantes outra zona de convivência – os cafés do bairro: E6 - *“Às vezes lá nos juntamo-nos (...) a conversar ali no café.”*; E7 - *“É mais ali na sede dos paraquedistas quando as pessoas vão lá tomar café.”* e E9 - *“O que existe aqui é a Associação dos Paraquedistas do Nordeste Transmontano (café) e é onde ainda se vão juntando as pessoas.”*. Também na investigação de Camacho (2017) foi identificado, sobretudo pela população mais velha, que os cafés funcionam como um sítio de convivência defendendo Antunes (2001) citado por Camacho (2017) que os espaços comerciais constituem um meio favorável para a interação entre pessoas, pois proporcionam momentos de comunicação e diálogo, onde se constroem conversas, sendo que tudo o que foi referido contribui positivamente para o desenvolvimento das relações entre indivíduos.

Também no seu trabalho de pesquisa no Bairro do Fomento, localizado na vila de Darque, a autora Rodrigues (2017) verificou que a convivência não é muito frequente, sendo que a prática convivial mais frisada foram as conversas, com maior frequência no verão. Já Camacho (2017), na análise que desenvolveu em dois bairros sociais das Caldas da Rainha onde observou as relações construídas no bairro e o modo de apropriação dos espaços públicos, depreendeu que, no Bairro Social dos Arneiros, alguns sujeitos, após o dia de trabalho, conversavam em frente às habitações, encarando a rua como um ambiente de lazer e

sociabilidade. O mesmo autor considera que esta usufruição do espaço público ocorre, na maioria das vezes, ao final da tarde e à noite.

Da análise dos resultados extrai-se que a interação entre vizinhos não é muito intensa e que o relacionamento entre moradores acontece, essencialmente, entre indivíduos do mesmo prédio ou andar. Conclui-se, portanto, que, apesar de ser reconhecida que a relação vicinal é positiva, esta cinge-se, essencialmente, a momentos de conversa. De igual modo, de acordo com a investigadora Carvalho (2018), no Bairro do Sobreiro, confirmam-se contactos muito superficiais entre vizinhos, passando apenas por dizer “bom dia” e “boa tarde” às pessoas com quem se cruzam. Martins (2017), num inquérito que aplicou aos moradores do Bairro das Andorinhas em Braga, conclui que, apesar de as opiniões se subdividirem entre experiências positivas e negativas com a vizinhança, alguns dos inquiridos têm consciência que uma relação positiva com os vizinhos é profícua e proporciona um ambiente sereno e pacífico, permitindo uma integração dos habitantes ao local.

Portanto, o facto de se verificar que, nos bairros estudados nesta investigação, as relações verificam-se enfraquecidas pode ter consequências no bem-estar físico e mental, no conforto dos habitantes e no contentamento com o local residencial, pois a interação com a vizinhança influencia estas dinâmicas, resultando o ambiente social do bairro do vínculo entre moradores. Ou seja, o tipo de ambiente social é proporcional às relações de vizinhança, uma vez que existirá maior convivência se as relações de vizinhança forem positivas (Fiães, 2020).

Diretamente associada à anterior, na subcategoria *Atividades*, as práticas desenvolvidas no bairro foram identificadas pelos participantes como superficiais ou inexistentes: E7 - “Nenhuma! Aqui não se faz nada. É uma pasmaceira.”; E9 - “Aqui ninguém organiza nada.”; E10 - “Nenhuma. Pelo menos que eu saiba. Nunca vi nada, nem nunca me convidaram para nada.” e E15 - “Que eu saiba nenhuma. Desde que moro aqui não vi ninguém organizar nada.”. Os entrevistados que conseguiram identificar algumas atividades, afirmaram que, no interior do bairro, há pequenos grupos que as cingem a si mesmos, excluindo a restante comunidade do local de participar nas atividades que desenvolvem: E8 - “Às vezes, no verão, fazem ali umas sardinhas, mas não é para toda a gente, mas que eu saiba não há mais nada.” e E12 - “Que organizassem assim para o bairro todo não sei. Depois as pessoas juntam-se em grupos, com aqueles que são dão melhor, e fazem coisas assim como os churrascos.”

Recorrendo-se, mais uma vez, ao estudo de Carvalho (2018), os participantes da sua investigação também mostraram descontentamento pelo facto de não existirem atividades no Bairro do Sobreiro que promovam o encontro entre as pessoas e, por isso, pretendiam que houvesse mais dinâmica no bairro, através de práticas conjuntas, onde pudessem ser englobados

habitantes de idades distintas porque, na opinião destes, estas ações fomentariam a união entre todos. Uma das explicações que a literatura aponta para esta inexistência é que existem alguns fatores, como a carência de locais públicos e o pouco cuidado com os espaços exteriores, tem consequências no âmbito das práticas coletivas (Camacho, 2017).

A categoria 3 denominada **Comportamentos desviantes** pretende descrever a perceção dos participantes relativamente à sua ocorrência e frequência no espaço do bairro social que habitam bem como a influência destes no seu quotidiano tendo sido identificadas três subcategorias: *Criminalidade*, que averigua a perpetuação de crimes no interior do bairro; *Consumo de substâncias psicoativas*, alusiva à exposição dos moradores aos consumos e consumidores e *Impacto na esfera pessoal e familiar*, que elenca as consequências identificadas pelos entrevistados e as formas de resiliência e estratégias de *coping* utilizadas para lidar com os mesmos.

Na presente investigação foram realizadas as mesmas entrevistas nos três bairros sociais da cidade de Bragança sendo que os relatos dos participantes divergem em função do espaço em que se residem. Especificamente, no Bairro Social da Previdência e no Bairro Social da Coxa, um habitante afirmou que identificava que havia eventuais comportamentos desviantes decorrente da presença da PSP no local, mas não considerou que houvesse criminalidade: E1 - *“Às vezes costuma vir a policia (...) não há assim nenhum problema grave”*. Outros acham que não existe atividade criminal, ou se há não têm conhecimento – E6 - *“Não faço ideia (...), não acho que haja problemas.”*; E7 - *“Que a gente saiba não se passa nada.”*; E8 - *“Não sei de mais nada.”*; E14 - *“Agora que eu saiba não há problema nenhum”*. Houve ainda quem confessasse que, no passado, houve mais incidência da criminalidade, tendo notado uma diminuição atualmente: E9 - *“Sim, há muito anos havia. Agora nem tanto.”*. Esta perceção já tinha sido evidenciada no relatório do Conselho Local de Ação Social – CLAS em 2019 onde consta que nos dois bairros supramencionados não ocorre tráfico nem consumo de substância ilícitas (CLAS, 2019). Tal como aqui, também Carvalho (2018) apurou, através dos seus inquiridos, que no bairro, atualmente, já não se verifica a mesma incidência de problemas que no passado, porém estes admitem ainda a existência de consumo de droga. Isto deve-se, por exemplo, ao facto de antigamente ser reconhecido mais movimento nas ruas do bairro.

No terceiro bairro, Bairro Social da Mãe d'Água, a perspetiva dos entrevistados é bastante distinta da dos anteriores, uma vez que aqui foi reconhecido o consumo e tráfico de drogas e ainda a prostituição: E11 - *“Há a droga, isso há!”*; E12 - *“(...) é um bairro que sabemos que trata com pessoas toxicodependentes, com tráfico e coisas assim ...a droga, a prostituição é o que reflete aqui mais de caras.”*; E13 - *“Toda a gente sabe do tráfico...”*; E15 - *“(...) É só*

isso da droga.”. Estes discursos já tinham sido identificados na investigação desenvolvida por Mateus et al. (2009) em que, entre outros objetivos, se pretendia analisar os problemas sociais do Bairro Social da Mãe d’Água, tendo-se verificado que, a par do analfabetismo, da marginalidade, do alcoolismo, da violência e das doenças infetocontagiosas, a toxicodependência e a prostituição eram os maiores problemas sociais deste bairro. Com efeito, o passado do bairro equipara-se ao seu presente sendo, à semelhança de outros congéneres, reconhecido como local de pobreza, associado a comportamentos desviantes e criminais (Augusto, 2000; Fernandes, 1994). Não obstante, uma das causas transmitidas por Dias (2021) para a adoção de comportamentos desviantes está relacionada com o estigma de morar num bairro desta tipologia, pois este acaba por ser interiorizado pelos residentes, tendo interferência no desenvolvimento da sua identidade, podendo promover a adoção de comportamentos desviantes e práticas criminais. Da mesma forma a junção de pessoas com características socioeconómicas muito semelhantes, embora que culturalmente distintas, origina uma intensificação da adoção de atitudes desviantes (Guerra, 1994, citada por Pereira, 2009). Para além disso, os comportamentos desviantes podem ser fomentados pela presença de um espaço público degradado, pela ausência de infraestruturas, de equipamentos e serviços bem como de projetos de intervenção comunitária (Schwarz, 2010, citado por Silva et al., 2020). Tomás (2015) refere que a pobreza e a exclusão social são associadas a este tipo de comportamentos e que o mesmo ocorre quando o sujeito não se identifica com o local e cria perceções negativas em relação ao bairro (Tomás, 2015).

Na subcategoria *Consumo de substância psicoativas*, o aspeto mais abordado pelos entrevistados foi o desagrado em encontrar pelo bairro material utilizado pelos consumidores: E11 - “*Vêem-se por aqui seringas na rua...*”; E12 - “*Às vezes vamos pela rua e podemos encontrar uma seringa no chão. Não é este o conforto que nós queremos para as nossas crianças, nem para nós (...)*”; E13 - “*É isso dos toxicodependentes (...) às vezes há confusões com os toxicodependentes (...) Metendo-se com eles também já se sabe que há outros conflitos*”; E15 - “*De vez em quando até se vê por aqui umas seringas no chão.*”. Também Ferreira (2014), na investigação que desenvolveu no Bairro de Santa Tecla, demonstrou que para além dos crimes, o lixo que os toxicodependentes largam pelas ruas, é uma inquietação para os moradores, nomeadamente seringas, alegando que isso transmite uma má imagem do bairro. Deste modo, os inquiridos por esta autora lamentaram o facto de os toxicodependentes permanecerem no espaço público até tarde, a traficar e a consumir, manifestando que são uma péssima referência para a crianças. Por outro lado, para Clavel (2004) citado por Mateus et al. (2009), o tráfico de droga fomenta o surgimento de problemas no interior do bairro, sendo que

a toxicodependência é considerada um elemento que impulsiona a exclusão social, sendo esta uma possível justificção para o descontentamento da população do bairro quando verifica que estas práticas ocorrem no local.

No que concerne à subcategoria Impacto na esfera pessoal e familiar, os moradores dos três bairros sociais da cidade de Bragança, afirmaram que, apesar de demonstrar descontentamento face aos mesmos, os problemas intrínsecos do espaço, incluindo a criminalidade, não tem uma influência significativa na sua vivência: E1 - *“Para mim não me influenciam em nada.”*; E2 - *“Para mim isso não é um problema.”*; E3 - *“não me influenciam em nada.”*; E8 - *“(…)não passo aqui muito tempo e isso não me influencia.”*; E11 - *“A mim não me interessa muito.”*; E12 - *“(…)A mim pessoalmente não me influencia.”*; E14 - *“Não me faz diferença.”*; E15 - *“Na minha vida não tem grande influência.”*

Deste modo, os habitantes recorrem a estratégias para conseguirem lidar com determinados comportamentos. Uma vez que apenas se verificam comportamentos desviantes no Bairro da Mãe d'Água, os seus residentes relataram que tentam distanciar-se dos sujeitos problemáticos, recorrem a figuras de autoridade, e há ainda quem manifeste desinteresse pelo que ali ocorre: E10 - *“Quando vejo que há algum problema afasto-me. (...)”*; E11 - *“Afasto-me. Esses da droga são pessoas perigosas e eu não me quero meter em problemas”*; E13 - *“Oh, eu estou no meu canto e eles estão no canto deles. (...) às vezes evitamos passar pelos locais onde sabemos que eles (toxicodependentes) estão para evitar problemas”*; E14 - *“Faço a minha vida e não me interessa o que aqui se passa.”*; E15 - *“Olhe temos que aprender a lidar. Acabamos por fazer que não vemos.”*. Já nos Bairros da Providência e da Coxa, onde não há criminalidade, os moradores frisaram que não existe nenhuma conduta negativa que tenha grande influência na sua vida, embora demonstrem também vontade de afastamento dos conflitos que ocorrem. Há uma percentagem de participantes que respondeu que, caso os problemas não sejam diretamente consigo, não tem interferência na sua vida: E1 - *“Se os problemas não são comigo não me fazem diferença. Quando vejo que há alguma confusão afasto-me”*; E4 - *“Desde que os conflitos não sejam comigo não me influenciam em nada.”*; E5 - *“Lido bem, porque nunca foi nada comigo”*; E6 - *“Desde que ninguém se meta comigo está tudo bem.”*. Apesar de já se ter verificado anteriormente que os habitantes demonstram descontentamento com algumas práticas desenvolvidas no local, uma vez que passam grande parte do seu tempo no interior da habitação, estes conseguem separar-se emocionalmente do que acontece no espaço público do bairro, não permitindo que afete a sua vida.

Para se protegerem desse efeito no seu quotidiano pessoal e familiar, os participantes explanaram que recorrem as determinadas estratégias a que recorrem, tais como evitar passar

num determinado local no bairro associado aos comportamentos desviantes e afastar-se sempre que verificam a existência de alguma confusão. Tal como no caso dos presentes entrevistados, no projeto “Eu, o Bairro, Nós e Voz” de Ferreira (2022), no momento em que se pretendia colocar uma caixa de sugestões no bairro, os residentes e a associação de moradores sugeriram que a mesma devesse ser colocada na parte superior do bairro mas no caminho até esse espaço, os habitantes faziam recomendações sobre o percurso a seguir para evitar certos constrangimentos, transmitindo que este é um mecanismo usual para não se depararem com certas situações.

Por outro lado, para Camacho (2017) há pessoas que se afastam e demonstram desprezo pelo bairro como forma de ocultar as ocorrências do mesmo e, assim, poder ser caracterizado como um bairro normal. Isto evidencia que muito residentes têm consciência que o bairro é um local problemático e socialmente inferiorizado, sendo que estes não aceitam ser vistos como marginais. A posição inferior e desvalorizada que a sociedade lhe atribui afeta, portanto, as vivências de certos indivíduos. Ainda assim admitem que possuem dificuldades a nível económico, baixos níveis de ensino, mas rejeitam ser apelidados de marginais, resultando, por vezes, na permanência apenas no interior do bairro ou em casa (Camacho, 2017). Deste modo, tanto o espaço como as representações sociais têm um grande peso no processo identitário dos residentes e, portanto, estes são forçados a criar meio de demarcação em relação ao bairro e aos habitantes com o objetivo de se resguardarem (Santos, 2015). Também através do estudo de Carvalho (2018) verificamos que os residentes utilizavam estratégias de distinção social relativamente a vizinhos e pessoas de minorias étnicas, a pessoas externas ao bairro que frequentavam o mesmo café, tudo isto por consideravam estes elementos como causadores de problemas e conflitos sendo que estas estratégias de distinção social têm como objetivo a desassociação da perceção negativa. Estas estratégias de *coping* assumem três formas distintas: evitamento, reconstituição das diferenças e derivação do descrédito (Paugam, 2003, citado por Carvalho, 2018), que podem ser reconhecidas nos excertos de discurso frisado anteriormente. O evitamento faz referência ao distanciamento como recurso para os indivíduos evitarem relacionar-se com aqueles que não são desejáveis, desenvolvendo isto situações negativas, como o isolamento (E4 - “*Afasto-me do que vejo que me pode trazer problemas*). Já a reconstituição das diferenças, alude a uma categorização desenvolvida pelos entrevistados, identificando diferenças para sobressaírem em relação aos demais vizinhos, com o objetivo de enaltecerem o seu estatuto social (E6 - “*Se algum dia houver algum problema também não faço escândalos, chamo logo a polícia.*”; E12 - “*Sou obrigada a ir à janela e ameaçá-los com a polícia*”). No que diz respeito à derivação do descrédito, reconhecida também como desvio e

estigma, esta assenta na culpabilização de um dado grupo pela imagem negativa do bairro, excluindo-o, e foram várias as referências a sujeitos que assumem comportamentos desviantes, que se reflete pela referência aos toxicodependentes.

Em suma, todos estes procedimentos de que os habitantes usufruem para se resguardarem remetem, então, para estratégias de *coping* que, segundo Dias e Ribeiro (2019), são utilizadas pelas pessoas como forma de se adaptarem a situações adversas que surgem durante a vida, decorrentes da relação entre o indivíduo e o meio.

Apesar de não se verificar através dos discursos dos participantes que as práticas desadequadas tenham impacto significativo na sua vida, estes concordam que as mesmas contribuem para uma má imagem do bairro: E5 - “*Fica mal e dá mau aspecto ao bairro*”; E8 - “*Mas acho que é mau haver conflitos porque depois é só isso que se fala do bairro.*”; E10 - “*Mas não gosto de ver, fica mal (...)E isso dá mau aspeto aqui ao bairro.*”; E11 - “*Depois as pessoas pensam que os que aqui moram são todos iguais.*”; E13 - “*Dá mau aspeto ao bairro, isso é verdade. As pessoas até têm medo de cá vir e não me admira nada.*”; E15 - “*(...)Na minha opinião isto dá muito mau ar ao bairro.*”.

Tendo em conta que os bairros sociais são, muitas vezes, caracterizados como locais estigmatizados, têm inerente uma imagem negativa fruto, essencialmente, da caracterização que os sujeitos da restante sociedade fazem sobre o mesmo (Tomás, 2015). Assim sendo, a população que reside nos bairros sociais acaba por ser caracterizada da mesma forma (Carreiras, 2018). Isto porque segundo Guerra (1994) citada por Carvalho (2018) “(...) habitar nesses bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável” (p.11). Conclui-se, desta forma, que o significado que se impõe ao local influencia também as representações sobre os indivíduos que o habitam, excluindo-os socialmente (Guerra, 2002).

A categoria 4 – **Relações Exteriores** – descreve todas as interações sociais dos participantes fora do contexto do bairro social pelo que engloba duas subcategorias: *Experiência relacional*, onde é feita referência à convivência com indivíduos que não residem no bairro, tal como à relação com entidades e instituições da cidade e *Perceção dos outros acerca do bairro*, em que os entrevistados refletiram sobre os pensamentos dos outros acerca deste contexto.

No que diz respeito à subcategoria *Experiência relacional*, a generalidade dos participantes disse não notar qualquer diferença entre relacionar-se com pessoas do bairro ou com pessoas de fora, exprimindo até que têm bastantes ligações fora do local de residência: E1 - “*Olhe eu tanto me dou com as pessoas do bairro como com pessoas que não vivem cá*”; E2 - “*Ah, é indiferente! Nós damo-nos bem com toda a gente*”; E3 - “*Vou pouco para a cidade, mas*

conheço muita gente e com a gente que conheço dou me muito bem, bem, nunca vi discriminação nenhuma.”; E4 - “Temos pessoas amigas aqui no bairro e também fora”; E10: “Eu nunca senti nenhuma diferença, nem com as pessoas”; E11 - “Os meus melhores amigos até são pessoas que não moram aqui”; E13 - “Em relação às pessoas é normal, não somos nenhuns bichos”.

É ainda feita menção, pelos participantes, à relação estabelecida com outras entidades sobretudo privadas e de solidariedade social, tendo sido esta caracterizada de forma positiva por muitos entrevistados: E1 - *“Nas instituições e assim eu acho que é igual. Não há diferenças nisso.”; E2 - “Temos bons acessos.”; E8 - “Há pessoas que moram no bairro e que precisam de ajuda e são ajudados por isso as entidades não nos diferenciam”; E14 - “(...) a nível da ajuda das associações não nos podemos queixar, há aqui muitos vizinhos a ir buscar o almoço e alimentos a instituições.”.* Estes resultados são semelhantes aos encontrados no estudo realizado por Carvalho (2018) em que numa entrevista ao Coordenador do Centro Comunitário Vermoim – Sobreiro, este afirmou que a instituição disponibiliza refeições e ajuda alimentar aos residentes e, além desta, há outras entidades como a Cruz Vermelha e a Santa Casa da Misericórdia, que providenciam apoio domiciliário. Há ainda idosos que são transportados para o Centro de Dia na Maia, enaltecendo uma boa ligação com a população.

Com base na bibliografia verificamos que a intervenção social nestes locais corresponde a “um conjunto de ações, processos e dinâmicas promovidos numa comunidade por entidades individuais e coletivas, com vista a enfrentar e resolver os seus problemas e necessidades e construir o seu bem-estar e bem viver” (Amaro, 2018, citado por Farto, 2022, p. 6). Isto é, a ação interventiva, além de desenvolver práticas de inclusão direcionadas às carências básicas, atende, simultaneamente, a especificidades comunitárias tais como a entreaajuda, a cooperação e a comunicabilidade, enaltecendo os elementos identitários das comunidades e da população (Fernández, 2009). Em suma, é benéfico que seja estabelecida uma boa relação entre a população do bairro e as entidades e instituições, pois estas promovem a sua inclusão e bem-estar.

Na subcategoria *Perceção dos outros acerca do bairro*, os discursos dos entrevistados divergem entre a opinião exterior positiva e negativa, todavia verifica-se uma maior prevalência da perceção negativa quando feita uma avaliação geral dos três bairros. Há participantes que consideram que o bairro tem uma boa reputação: E1 - *“Olha eu não sei o que pensam as outras pessoas, mas o que lhe digo é que eu acho que devem pensar bem”; E2 - “Eu acho que temos uma boa fama”; E3 - “As pessoas com quem eu costumo conversar e os meus conhecidos não falam mal; E6 - “nunca me foi comentado nada em relação a isso, ninguém me falou mal deste*

bairro”. As conclusões da análise que Augusto (2000) efetuou sobre o Bairro da Estação vão de encontro aos resultados referidos visto que é também mencionada uma imagem exterior positiva em relação ao local, sendo que o argumento justificativo se relaciona com a sua localização no espaço urbano na cidade da Covilhã, situando-se numa das áreas mais novas da localidade, contrariando assim a periferização.

A nível literário, tal facto é corroborado por Serra (2002) citado por Moreira (2015) que afirma que a localização do bairro determina a opinião que os indivíduos estabelecem sobre este. O sítio condiciona, portanto, a identificação de aspetos positivos e negativos no que concerne ao local, sendo que também pode ser influenciado pela presença de entidades sociais como serviços de saúde, estabelecimentos de ensino e locais de trabalho. Assim, pode considerar-se que, o facto de nenhum dos bairros sociais de Bragança se localizar na periferia desta cidade, encontrando-se os três integrados fisicamente no centro da cidade, contribui para a perceção exterior, intensificando a perceção positiva.

Não obstante, outros participantes expõem outra perceção: E4 - “*Já houve quem me dissesse que (...) parece o bairro da lata. Já se sabe que quem mora neste local vai ser sempre visto como um pobre.*”; E5 - “*Quem não conhece se calhar não tem a melhor ideia pelo que se vai falando por aí de existirem problemas que às vezes nem são verdade.*”; E9 - “*(...) acho que não pensam nada bem.*”. E dentro destes, é de salientar o caso do Bairro da Mãe d’Água, o único onde os 5 entrevistados assumiram que o local reflete para o exterior uma imagem nefasta: E10 - “*Eu acho que as pessoas pensam que só moram aqui pessoas incultas devido ao que se vai ouvindo dos bairros sociais e que nem sempre é verdade.*”; E11 - “*Eu acho que a ideia não deve ser muito boa. Na cidade toda a gente sabe o que aqui se passa.*”; E14 - “*Isso não lhe sei dizer. Mas não devem pensar o melhor.*”; E15 - “*Acabam por associar toda a gente que aqui vive a estes problemas. E isso não é a realidade.*”. Também os entrevistados de Carvalho (2018) manifestaram-se melancólicos devido ao facto de as pessoas da cidade terem um discurso negativo no que diz respeito ao Bairro do Sobreiro. Estes consideram que o bairro não tem boa fama e que isso se deve, também, ao simples facto de ser um bairro de habitação social sendo que, conseqüentemente, os seus habitantes são englobados nessa perceção negativa. Em consequência acrescenta Gonçalves (1988) citado por Moreira (2015) que, de forma global, os rótulos sobre os residentes do bairro se mantêm ao longo do tempo, resultando em exclusão social, sendo que esta situação é agravada porque estes locais são marcados por uma imagem social negativa, de “inferiorização social e cultural.” (Gonçalves, 1994, p. 147, citado por Santos, 2015).

Considerações Finais

Com o desenvolvimento do presente trabalho de investigação, denominado “*Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o educador social como agente de intervenção comunitária*”, onde foram implementadas entrevistas no interior dos bairros sociais de Bragança, Bairro Social da Previdência, Bairro Social da Coxa e Bairro Social da Mãe d’Água, foi possível alcançar determinados resultados. O ponto de partida para este estudo foi a exploração deste contexto de vida de um grupo de indivíduos estudando os fenómenos a ele associados e as vivências dos seus moradores, pelo facto dos bairros de habitação social serem maioritariamente associados a conceitos como exclusão social, marginalização, estigmatização, criminalidade, segregação, entre outros, permitindo, deste modo, aumentar o conhecimento relativo a estes locais, o que poderá facilitar o desenvolvimento de intervenções futuras, nomeadamente na área da Educação Social.

No que diz respeito à metodologia utilizada, de carácter qualitativo, tornou-se relevante nesta investigação uma vez que tem por base o “quadro referencial” dos participantes (Santos, 1999, citado por Silva et al., 2006), tendo sido possível conhecer a perspetiva dos habitantes dos bairros sociais com base nas suas experiências e vivências. Além do mais, tratando-se de um estudo qualitativo de tipo exploratório, permitiu compreender a temática de modo mais eficaz, tal como possibilitou ao investigador viver de perto o contexto e a situação estudados.

O instrumento de recolha de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada, sendo que esta demonstrou ser bastante pertinente por duas razões: primeiro pelo facto de uma grande percentagem dos habitantes possuir baixa escolarização, sendo possível fazer uma explicação das questões sempre que fossem levantadas dúvidas; em segundo, pelo motivo de se pretender obter a perceção dos inquiridos sobre a sua experiência, dando a entrevista total liberdade de resposta aos participantes. Não tendo como pretensão a generalização dos resultados, mas sim dar voz à experiência subjetiva de viver num bairro de habitação social a alguns dos moradores, foi-se ao encontro destes no seu meio natural de vida evitando a sugestibilidade de um contexto formal de entrevista. Não obstante ser um grupo pequeno de participantes as suas características sociodemográficas são representativas da população residente os três bairros sociais.

Desenvolvido o estudo empírico e analisados os resultados, torna-se pertinente apresentar as principais conclusões, decorrentes da resposta aos objetivos e à questão-problema definidos na metodologia, não sem previamente refletir sobre os resultados encontrados mais significativos.

De acordo com a revisão bibliográfica do enquadramento teórico seria expectável que, por exemplo, nos dados recolhidos, se verificasse que estes bairros eram alvo de segregação espacial, que os seus habitantes se encontravam socialmente excluídos, sendo vítimas de estigmatização, que as relações interpessoais estabelecidas com a população da restante cidade se demonstrassem enfraquecidas e que os comportamentos desviantes fossem uma prática constante nestes contextos. Todavia os resultados demonstram uma realidade para além da teoria. Neste sentido, começamos por destacar o facto de se constatar, na maioria dos moradores, satisfação relativamente ao espaço habitacional e, portanto, é reconhecida, uma identificação com o lugar que pode ser justificada pelo tempo de vivência no bairro. Isto é, o facto de os participantes da presente investigação já residirem há um longo período no bairro, uma vez que praticamente a maioria permanece no local há mais de 30 anos, desenvolve afinidades dos habitantes em relação ao espaço residencial, pois a identificação com um espaço pode ser promovida pela satisfação habitacional relatada pelos participantes, e é influenciada pela duração da residência num determinado local (Bahi-Fleury et al., 2008). Não obstante, a satisfação com a habitação é maior do que com o espaço exterior do bairro, facto explicado pela presença de determinadas condutas nas ruas que deixam os habitantes insatisfeitos, pelo que há uma maior propensão para ficar em casa (Pereira & Rebelo, 2013).

Pese embora este resultado, tal como a maioria dos bairros de habitação social, as circunstâncias de habitabilidade não são as mais favoráveis, necessitando as casas e os espaços exteriores de reabilitação, sendo que este tipo de degradação pode, ao longo do tempo, ser bastante prejudicial para o bairro na medida em que conduz a “atitudes de afastamento mútuo, configuradas sob a forma de discriminação, de segregação e de estigmatização (Fernandes, 1995, p.23, citado por Rodrigues, 2017). Atualmente, os entrevistados demonstraram não sentir estes fenómenos, mas caso este aspeto continue a intensificar-se, fruto da escassez de intervenção do Município, no futuro a exclusão poderá afetar estes locais.

No que respeita às ligações sociais estabelecidas no bairro, a rede de vizinhança é genericamente percecionada como positiva, embora esta se cinja, essencialmente, a vizinhos do mesmo prédio ou andar. Sabe-se, também, que os momentos de convivência são escassos e, portanto, o principal meio de interação são as conversas estabelecidas, com maior tendência na época de verão, já que foi unânime a inexistência de atividades abertas a todos nos três bairros. As únicas que ocorrem não incluem toda a população do bairro pois são restritas a pequenos grupos. Por outro lado, os estabelecimentos comerciais, mais propriamente os cafés, existentes no Bairro da Coxa e no Bairro da Mãe d'Água, fomentam o convívio, embora não sejam frequentados por todas os habitantes. Estes resultados não refletem o pensamento de Queirós

(2015), uma vez que este defende que as relações sociais nos bairros têm mais destaque, pois a suposta barreira entre o bairro e a restante sociedade promove a vida em comunidade. Uma explicação possível pode estar no facto de em nenhum dos bairros estudados a estigmatização ser percebida significativamente pelos moradores, pelo que não é sentida a necessidade de estabelecer ligações vicinais como forma de proteção, suporte e auxílio. Não obstante, uma das consequências das relações de vizinhança pouco intensas, mas também das diferenças étnicas e culturais entre moradores do mesmo bairro, pode ser a existência de conflitos, pois segundo Gonçalves (1994) citada por Ferreira (2014) estes, tal como a prática de crimes, podem estar na origem das desavenças que se desenrolam no bairro.

Os comportamentos desviantes têm uma expressão mais significativa nos discursos dos participantes apenas no Bairro Social da Mãe d'Água, reconhecendo que a variável do local tem relevância para a sua ocorrência. A ausência destes nos outros dois bairros pode explicar uma percepção de vivência no bairro mais positiva, não acarretando tanta negatividade, tendo em conta que a presença deste tipo de fenómenos torna o local indesejável para morar (Guerra, 1994, citado por Ferreira, 2022). Apesar de os entrevistados não evidenciarem nos seus discursos que os comportamentos desviantes têm um impacto significativo na sua vida, demonstraram utilizar as estratégias de *coping* e de distinção social para lidarem com as adversidades intrínsecas ao local, especialmente no Bairro da Mãe d'Água, onde existe maior índice de criminalidade. Especificamente, os moradores distanciam-se de pessoas conflituosas e evitam passar por locais problemáticos, identificam diferenças que as distinguem dos indivíduos desviantes e atribuem a culpa dos acontecimentos a um determinado grupo de pessoas (ciganos, toxicod dependentes), correspondendo às estratégias de evitamento, reconstituição das diferenças e à derivação do descrédito, respetivamente, que funcionam como método para os sujeitos se poderem desassociar de uma percepção negativa (Paugam, 2003, citado por Carvalho, 2018)

As relações com o exterior são caracterizadas de forma positiva, não sentindo os moradores diferenças com outros indivíduos ou com entidades e instituições. Este resultado, diferente dos encontrados em outras investigações, pode ser explicado pelo facto de a cidade de Bragança ser de pequena dimensão o que permite mais proximidade e conhecimento informal entre as pessoas, dentro e fora dos bairros sociais, e por outro lado estes estarem integrados no centro da cidade, próximos da restante urbanização e de serviços, e não localizados nas periferias como nos grandes centros urbanos, onde tendem a prevalecer ligações complexas com o exterior, pelo motivo de habitar num bairro social, considerado por muitos como um local onde predomina o estigma, influenciar as possíveis ligações com o exterior

(Fiães, 2020). Não obstante, a percepção dos participantes acerca da imagem externa do bairro é negativa. Apenas uma minoria, nos Bairros da Previdência e da Coxa, acredita que o bairro tem uma boa reputação provavelmente alicerçada da inexistência de criminalidade e comportamentos desviantes. Contrariamente a estes, todos os indivíduos entrevistados no Bairro da Mãe d'Água referiram que este local é mal visto pela restante população, estando na base desta percepção a existência de comportamentos desviantes neste espaço, que leva os residentes a considerarem que a imagem social é negativa, podendo conduzir a rótulos (Gonçalves, 1994, citada por Santos, 2015).

Refletidos na generalidade, importa também detalhar os resultados de acordo com os objetivos definidos para esta investigação. Relativamente ao primeiro objetivo - *Explorar as relações interpessoais entre os moradores de bairros sociais*, foi possível perceber que, embora não sejam caracterizadas como negativas, são interações superficiais e pontuais, já que os entrevistados passam mais tempo no interior das suas casas, interagindo, essencialmente com os vizinhos do seu prédio. Por outro lado, a não existência de atividades nos espaços exteriores e alguns conflitos existentes entre moradores afastam os entrevistados da convivência comunitária e da vivência do espaço do bairro.

No que concerne ao segundo objetivo - *Conhecer as percepções que os moradores de bairros sociais têm sobre as dinâmicas comunitárias do seu meio* – os entrevistados foram perentórios a afirmar que elas são inexistentes seja porque não há organização interna dos moradores para os moradores de atividades em que todos se sintam integrados seja porque o espaço exterior não é reconhecido como positivo por não haver identificação com o lugar e logo a participação na comunidade fica condicionada ao prédio.

Em relação ao terceiro objetivo - *Analisar a presença de comportamentos desviantes nos bairros sociais e a sua influência nas vivências dos seus moradores*, estes confirmaram-se de forma significativa apenas no Bairro Social da Mãe d'Água, com o consumo e tráfico de substâncias ilícitas e a prostituição. Nos restantes bairros somente foram identificados conflitos entre moradores, aos quais não é atribuída relevância pelos participantes. Embora, manifestassem descontentamento em relação a estas práticas desviantes, não se verificou que estas tenham influência significativa na vida pessoal e familiar dos sujeitos, possivelmente porque a vivência comunitária no espaço exterior é diminuta e devido ao recurso a estratégias de *coping* para lidar com esse impacto.

No que respeita ao quarto objetivo - *Pesquisar as experiências relacionais dos moradores dos bairros sociais com os outros indivíduos e entidades de fora do bairro*, constatou-se que existe uma relação positiva e valorizada pelos participantes tanto com outros

indivíduos como com entidades e serviços, não se sentindo excluídos, mas sim integrados na sociedade, considerando que não são discriminados nem tratados de forma diferente por habitarem num bairro social

A resposta aos objetivos permite-nos dizer que, em relação à questão problema – *De que forma habitar num bairro social influencia as vivências relacionais e comunitárias dos seus moradores?*, há outras variáveis externas ao bairro que podem influenciar a percepção dos moradores para além do contexto. Se é veiculado na literatura que as dinâmicas internas dos bairros de habitação social e dos seus moradores no que concerne à degradação dos espaços, aos comportamentos desviantes e à conflitualidade entre habitantes associada à multiculturalidade podem dificultar o estabelecimento de relações com as pessoas e entidades da restante sociedade por via do processo de estigmatização associada ao contexto que conduz à exclusão social, também é verdade que os resultados da presente investigação levam-nos a equacionar que variáveis como a localização geográfica em relação ao tecido urbano, a proximidade à Câmara Municipal como proprietária dos bairros, a prevalência de comportamentos desviantes e a apropriação do espaço exterior influenciam, de igual forma, as vivências relacionais e comunitárias dos moradores pelo que qualquer intervenção que vise potenciar as relações interpessoais e de integração deverá equacionar estes fatores.

A intervenção neste contexto, tal como noutra situação, possui especificidades. Segundo Maslow (1954), na pirâmide que elaborou, as necessidades sociais localizam-se no terceiro nível e, de acordo com este patamar, o espaço e a comunidade são vistos como a conceção de segurança e proteção numa humanidade presumivelmente inconstante. Assim sendo, é nas comunidades que os sujeitos marginalizados se deparam com oportunidades de reivindicação, de participação e de partilha de poder, essencialmente, nas decisões conjuntas relativas a esses espaços e na determinação das práticas a implementar (Farto, 2022). Nesse sentido, percebe-se que qualquer intervenção comunitária deve ter no seu cerne os membros que constituem a comunidade, ou seja, os que nela se encontram diariamente. Portanto, enquanto alicerce da intervenção pedagógica e educativa, a comunidade deverá ser analisada globalmente, incluindo todos os seus elementos, explorando diferentes perspetivas, interligando distintos interesses e hipóteses, nomeadamente “atores locais, instituições públicas, políticas, sociais, educativas, de saúde, e sociedade civil”, que funcionam, assim, como um componente crucial na área comunitária (Trevisan, 2009, p.4). Por este motivo, a

intervenção social, com vista ao desenvolvimento de comunidades, caracteriza-se como uma técnica social de promoção do indivíduo e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo,

planeamento e execução de programas ao nível da comunidade de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (Ander-Egg, 1980, citado por Farto, 2022, p.6)

De acordo com Amaro (2018) citado por Farto (2022, p. 6), este tipo de intervenção diz respeito a “um conjunto de ações, processos e dinâmicas promovidos numa comunidade por entidades individuais e coletivas, com vista a enfrentar e resolver os seus problemas e necessidades e construir o seu bem-estar e bem viver”. Este trabalho pode, então, desencadear práticas de inclusão que não atendem somente às necessidades básicas vitais, mas também a diversos princípios comunitários como a ajuda mútua, colaboração e comunicabilidade, enfatizando os fatores identitários das comunidades e das pessoas (Fernández, 2009).

Deste modo, intervir na comunidade é cada vez mais urgente no sentido em que a coesão social se torna difícil de atingir. Esta prática implica mudanças baseadas nos indivíduos como forma de responder às suas carências básicas. Assim, é essencial o recurso a um método participativo, numa hipótese integrada e multidimensional (Farto, 2022). O Educador Social pode aqui assumir um papel preponderante na dinamização de projetos de intervenção comunitária nos bairros sociais. Segundo Serrano (2010), um interventor social é caracterizado como um indivíduo que possui uma formação própria, usa como recurso metodologias pedagógicas, psicológicas e sociais, com o intuito de promover o desenvolvimento dos sujeitos e auxiliá-los na resolução de adversidades, em distintos contextos. Neste sentido, o técnico deve agir como um possibilitador de mudança, contudo depende sempre da decisão da pessoa com quem se intervém (Campiche et al., 1992, citado por Moreira, 2015). Nesse sentido, este profissional, tal como mencionado por Silva (2001), citada por Moreira (2015, p. 26)

(...) embora lide com problemas concretos que as pessoas enfrentam, o que é central à razão de ter de lidar com esses problemas é a dificuldade das pessoas em enfrentar e resolver ela própria a situação de vida que lhe causa esse problema que ela não se sente em condições de resolver por si só.

Paralelamente, como afirma Mateus (2012), o Técnico Superior de Educação Social “desempenha um papel importante junto dos sujeitos com os quais interage, pois dele depende uma integração social positiva nos contextos em que vivem”, baseando-se em “metodologias e técnicas orientadas para uma prática social de intervenção” (p.61). Neste sentido, ele é elementar no processo educativo do indivíduo, pois ajuda a desenvolver e adquirir competências de forma que haja mudanças comportamentais, com a finalidade de capacitar para a inclusão social. De acordo com Yáñez (1997) citado por Trevisan (2009), os educadores

sociais, tal como outros profissionais da área educacional, devem-se adaptar-se à intervenção tanto em contexto formal, como em contexto mais informal, com público de diferentes idades, promovendo a cidadania e o envolvimento dos seus atores no decurso do seu desenvolvimento. Desta forma, as ações deste profissional regem-se por princípios como a equidade e justiça social, fomentando direitos e deveres que impulsionem o respeito pelas culturas e formas de vida de cada pessoa, elaborando processos que levem à colaboração dos indivíduos e que os ajudem nas decisões tomadas conjuntamente. Devem atuar, assim, como mediadores, facilitando os processos, raciocinando com os participantes e tentando encontrar com eles um percurso (Yáñez, 1997, citado por Trevisan, 2009). Desta forma, a Educação Social deve ser perspectivada como guia de desenvolvimento, sendo pertinente que esta funcione de dentro para fora das comunidades, promovendo a justiça social (Trevisan, 2009). A intervenção é, então, elaborada com os indivíduos de modo que estes se interroguem e pensem nas contrariedades que enfrentam, bem como de que forma as sentem, recorrendo o profissional à escuta ativa e à observação, não menosprezando aspetos como, por exemplo, o respeito, a empatia e a aceitação, que devem estar sempre presentes na sua prática profissional (Azevedo, 2011; Timóteo, 2010; Veiga, 2009). Por conseguinte, o facto de se priorizar a aceitação das pessoas não é sinónimo de que todas as suas atitudes devam ser consentidas. Quer então dizer que aceitar um indivíduo do jeito que ele é, requer que seja conhecido o seu trajeto de vida, as suas experiências, recordações e ambições futuras, assim como entender as suas particularidades mentais, físicas, afetivas, culturais e simbólicas (Azevedo, 2011). Para além disso, elementos como o âmbito familiar, o grupo de pares, a rede de vizinhança, a profissão e a escola devem ser tidos, também, em consideração (Capul & Lemay, 2003, citados por Moreira, 2015). Assim, percebe-se que cada pessoa é um ser singular, devendo ser dada a cada uma a oportunidade de “ter voz própria” e de assumir um papel ativo no processo e conexões estabelecidas (Vieira, 2015).

Deste modo, sabendo-se que é da competência do educador social batalhar por uma integração plena dos indivíduos (Baena et al., 2002, citados por Timóteo, 2015), é de extrema importância que este consiga estabelecer uma relação de confiança e proximidade com o público-alvo da intervenção, que neste caso seriam os residentes, sendo isto possível, por exemplo, através da criação de uma associação de moradores, em cada um dos três bairros estudados, uma vez que os movimentos associativos promovem o “«(...) desenvolvimento integral e harmonioso dos sócios e das famílias, atendendo aos aspetos intelectual, físico, moral, estético, profissional e cívico.” (Malheiro, 1996, p.21, citado por Carvalho, 2018).

Assim, de forma a combater os problemas mais evidentes nestes bairros, a falta de convivência entre vizinhos, a inexistência de atividades, a presença de alguns comportamentos

desviantes, a exclusão dentro do próprio bairro e, por exemplo, a nível das dificuldades sentidas na comunicação com a entidade superior do bairro, a Câmara Municipal, o técnico superior de educação deverá atuar como promotor de ações direcionadas à resolução, ou pelo menos à amenização, das evidências referidas.

No que concerne à promoção da convivência entre vizinhos e às atividades grupais este profissional poderá desenvolver dinâmicas de grupo através de atividades lúdicas, recreativas e culturais onde toda a população do bairro pudesse ser envolvida, desde os mais novos aos mais idosos, desenvolvendo aqui laços sociais entre a população, pelo meio da partilha de experiências e opiniões.

No que diz respeito aos comportamentos desviantes o educador social terá a capacidade de criar ações de sensibilização, onde proporcione a consciencialização para os prejuízos destas práticas, tanto a nível pessoal como no que diz respeito às consequências na comunidade.

Relativamente a eventuais situações de exclusão social que surgem quando ocorrem de atividades restritas a um determinado grupo, sugeria-se que o educador instituisse práticas de *role playing* entre as pessoas do bairro, onde seriam encenadas situações reais do quotidiano. Neste caso, esta técnica serviria como forma de combater o estigma e a consequente exclusão social que existe entre habitantes. Ou seja, tal como frisou Abeditehrani et al. (2021), esta execução é semelhante a uma simulação da vida diária e que, por ser realizada num contexto controlado, promove a ocorrência de uma reflexão, presenciada por um profissional, que aqui seria o educador social. Assim, seriam replicados momentos de exclusão e estigmatização, onde os intervenientes poderiam incorporar ambos os papéis, de vítima e de estigmatizante, pretendendo-se que no final estes refletissem sobre a problemática em causa propondo estratégias de resolução dos problemas.

O recurso à mediação socioeducativa assume nestes três bairros um papel essencial na ligação que pode ser estabelecida com as entidades exteriores aos mesmos, atuando o técnico com o objetivo de estabelecer pontes entre os residentes e a sociedade. Como foi perceptível, os participantes do presente estudo referiram que necessitam de requalificações nas habitações, responsabilizando a Câmara Municipal por não atuar em prol dessa melhoria. Assim, o educador social poderia articular-se com outros profissionais da área da ação social do Município de Bragança, de modo a aprimorar a rede de comunicação entre os habitantes e a Câmara, permitindo que as inquietações fossem discutidas assertivamente por todos os envolvidos.

Por fim, outra metodologia de intervenção que pode ser implementada nestes locais, relacionado com o que foi referido anteriormente, é o treino de competências sociais que irão

auxiliar o indivíduo na sua capacitação para a promoção de uma maior vivência comunitária. Isto porque as competências sociais são adquiridas e podem ser estimuladas através do treino contínuo e metódico não sendo, deste modo, traços de personalidade (Associação PAR - Respostas Sociais, 2011). Portanto, esta estratégia, implementada junto dos moradores dos bairros de habitação social, pretende que estes compreendam o espaço e as motivações das outras pessoas, de forma que nem todos os comportamentos sejam interpretados como inconvenientes. Tem, também, como intuito contribuir para a gestão de conflitos que ocorrem nestes locais, sendo desenvolvida a habilidade de identificar os seus problemas e tentar resolvê-los, promover a adoção de uma conduta adequada e, não menos importante, incentivar à reivindicação dos seus direitos.

Referências Bibliográficas

- Abeditehrani, H., Dijk, C., Neyshabouri, M. D., & Arntz, A. (2021). Beneficial effects of role reversal in comparison to role-playing on negative cognitions about other's judgments for social anxiety disorder. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, 70, 1-5.
- Agarez, R. (2018). Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção. In R. Agarez (Ed.), *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 11-39). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Almeida, A. P., Bandoni, B. B., Chaves, L. W., Camargo, M. F. A., Ferreira, R. A., & Kaulfuss, M. A. (2014). A Construção da Identidade. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT*, 2, 1-4.
- Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas “em risco” na cidade do Porto*. (Tese de Doutoramento). Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.
- Amado, J., & Ferreira, S. (2014). A entrevista na investigação em Educação. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, (pp. 207-22). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R. (2018). *Manual de práticas e métodos sobre grupos comunitários*. Leigos para o desenvolvimento.
- Amílcar, A., Carreiras, M., Malheiros, J., & Ferreira, B. (2011). *Notas sobre política de habitação em Portugal – trajectórias e possibilidades*. Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.
- Antunes, G., Lúcio, J. M. R., Soares, N. H. P., & Julião, R. P. S. P. M. (2016). Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974. *GeoInova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, (13), 53-81.

- Associação Par – respostas sociais (Coord.). (2011). *Kapacita - Manual para a promoção de competências sociais e pessoais*. Projeto Liga-te.
- Augusto, N. (2000). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. In *IV Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-18). Coimbra
- Azevedo, S. (2011). *Técnicos superiores de educação social. Necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Fronteira do caos editores
- Bahi-Fleury, G., Félonéau, M.L., & Marchand, D. (2008). Processes of Place Identification and Residential Satisfaction. *Environment and Behavior*, 40, 669- 682.
- Bandeirinha, J. A. O. (2007). *Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau*, 11 (3), 23-38.
- Bichir, R. M. (2006). *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Boni, V., & Quaresma, S.J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 1(3), 68-80.
- Borges, C. C. (2017). *Habitação social no concelho do Porto. Uma fase de vida ou uma solução para a vida?* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

- Cachado, R. A. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Revista da Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 206 (XLVIII), 134-162.
- Camacho, S. H. T. (2017). *Práticas Sociais em espaços públicos: o Bairro dos Arneiros e o Bairro Social Na Sra do Monte nas Caldas da Rainha*. (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Campos, A. P. (2013). *Habitação social no concelho da Covilhã, Inclusão ou Exclusão*. (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior.
- Caníço, H., Bairrada, P., Rodriguez, E., & Carvalho, A. (2010). *Novos tipos de família - plano de cuidados*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cardoso, M. R. G., Oliveira, G.S., & Ghelli, K.G.M. (2021). Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(43), 98-111.
- Carlomagno, M., & Rocha, L. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7 (1), 173-187.
- Carreiras, M. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: Evidências de micro segregação. *Finisterra*, 107, 67-85.
- Carvalho, F. J. M. S. (2018). *Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Cedro, M. (2011). Pesquisa social e fontes orais. Particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. *Perspectivas Sociais*, 1(1), 125-135.
- Chizzotti, A. (2000). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Cortez.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto Editora

- CLAS – Conselho Local de Acção Social do Concelhor de Bragança. (2019). *Diagnóstico Social (2019) – Atualização & Plano de Desenvolvimento Social – Atualização (2018-2020)*. Município de Bragança.
- Colaço, J. (2014). Pobreza e exclusão social – problematização e dinâmica na sociedade moçambicana. In R. Arruda, J. Colaço, & A. Baia. *O que é exclusão social?* (pp.31-54). Lisboa: Escolar Editora.
- Dias, A.F.P. (2021). *O impacto da impulsar nos bairros sociais de leiria – dinâmicas multiprofissionais para o desenvolvimento comunitário*. (Relatório de projeto de mestrado). Escola Superior de Educação e Ciências Sociais Instituto Politécnico de Leiria.
- Dias, E.N., & Ribeiro, J.L.P. (2019). O Modelo de Coping de Folkman e Lazarus: Aspectos Históricos e Conceituais. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(2), 55-56.
- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicologia*, 19(1/2), 193–226.
- Farto, M. S. P. (2022). *“Às Claras” – Projeto de Intervenção Comunitária*. (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação.
- Felizardo, T. A. S. (2012). *Policimento e prevenção da criminalidade em bairros problemáticos*. (Relatório Científico final do trabalho de Investigação aplicada). Academia Militar.
- Fernandes, L. (1994). Topografia urbana do medo: os *espaços perigoso*. *Revista do Ministério Público*, 59, 11-27.
- Fernandes, L. (1997). *Actores e Territórios Psicotrópicos – etnografia das drogas numa periferia urbana*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Fernandes, L. (2014). A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana. *Quaderns-e de l’Institut Català d’Antropologia*, 19(1), 175-186.

- Fernandes, L., & Mata, S. (2015). Viver nas “Periferias Desqualificadas”: Do Que Diz a Literatura às Perceções de Interventores Comunitários. *Porto Urbe*, 16.
- Fernandes, L.A., & Gomes, J.M.M. (2003). Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 3(4), 1-23.
- Fernandes, T. (2008). *Filhos da Ribeira, pais do Aleixo: Imagens e vivências do bairro enquanto espaço psicossocial da urbe*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Fernández, X.M.C. (2009). Intervenção comunitária e práticas de inclusão. *Cadernos de Estudo*, 14(4).
- Ferreira, A. F. (1987). *Por uma nova Política de Habitação*. Edições Afrontamento.
- Ferreira, A. C. C. (2014). *Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Ferreira, J. P. P. (2022). “Eu, o Bairro, Nós e Voz” *Um Projeto de Educação e Intervenção Social com População Residente em Bairros de Habitação Social*. (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação.
- Ferreira, M. J. (1994). O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. *Análise Social*, xxix (127), 697-709.
- Fiães, A. G. (2020). *Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Fonseca, J.J.S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Gil A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gonçalves, A., & Pinto, T. (2000). Os bairros sociais vistos por si mesmos: actores, imagens públicas e identidades. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 3, 101-111.

- Gonçalves, A., & Pinto, T. (2001). Os bairros sociais vistos por si mesmos: actores, imagens públicas e identidades. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 3, 111-131.
- Gonçalves, E. (2018). A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). In Agarez R. C. (Ed.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal 1918- 2018* (pp. 41-81). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Graumann, C. F. (1983). On multiple identities. *Internacional Social Science Journal*, 35, 309-321.
- Guerra, I. (2008). Prática abandonada desde os anos 70. Portugal usa modelo ultrapassado de bairros sociais. *Expresso*.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 41-68.
- Guerra, P. (2002). O bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afetividades e de simbologias. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, 12, 65-144.
- Hernández, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, 27, 310-319.
- Hogg, M. A., Terry, D. J., & White, K. M. (1995). A tale of two theories: A critical comparison of identity theory with social identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 58(4), 255–269.
- Ingen, C., Sharpe, E., & Lashua, B. (2016). Neighborhood stigma and the sporting lives of young people in public housing. *International Review for the Sociology of Sport*, 53(2), 197-212.
- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (2005). Homem ambiental. *Serie: Textos de Psicologia Ambiental*, 14, 1-9.
- Júnior, A.F.B., & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7(7), 237-250.

- LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. (2011). *“Mistura Social”: uma referência europeia partilhada?* Lisboa: LNEC.
- Ludke, M., & André, M.E.D.A. (1986). Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In L. A. Faustini (Coord.), *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, (pp. 25-44). E.P.U.
- Malheiros, J., Carvalho, R., & Mendes, L. (2012). Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa?. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 97 – 128.
- Malheiros, J., Ferreira, B., Carreiras, M., Amilcar, A., & Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e integração urbana em bairros de habitação social da grande lisboa: uma aproximação conceptual e empírica. *Revista Espaço E Geografia*, 19(1), 185–237.
- Manzini, E.J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 1, 1-10.
- Martins, J. (2014). *Habitação social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão*. (Dissertação de mestrado). Universidade Lusíada de Lisboa.
- Martins, S.F.L. (2017). *Segregação socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. Harper.
- Mateus, M. N. E. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Eduser: revista da educação*, 4(1), 60-71.
- Mateus, M. N., Silva, A., Cordeiro, S., Sampaio, T., & Fonseca, V. (2009). Pobreza e exclusão social no Bairro da Mãe d’Água. In *Actas das II Jornadas de Educação Social*. Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, 1-23.
- Matos, F. L. (2006). Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto. In *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa-Portugal: Territórios e Protagonistas*, (pp 1-20).

- Medeiros, C.M.F.B. (2013). *Identidade de lugar e relações intergrupais: estudo da ecologia das freguesias urbanas e suburbanas de ponta delgada. A importância da entitatividade para a identidade de lugar.* (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia.
- Miranda, R. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1o Ciclo.* (Tese de Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Moreira, A. S. M. M. (2015). *“Há vida no Bairro!” Um Projeto de Educação e Intervenção Social.* (Dissertação de mestrado). Escola Superior de educação, Instituto Politécnico do Porto.
- Morgado, J. C. (2013). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação.* De Facto Editores.
- Mota, I.S.A.B. (2018). *Percursos de consciencialização em contexto de bairro social: um projeto de intervenção com crianças e jovens.* (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- Mu, S. (2016). Community Building in Social-Mix Public Housing: Participatory planning of Ankang redevelopment plan. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 222, 755 – 762.
- Município de Bragança. (2020). *Estratégia Local de Habitação de Bragança.*
- Nunes, J.A., & Serra, N. (2003). Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In B. S. Santos (org.), *democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa* (pp 257-292). Porto: Afrontamento.
- Oliveira, M.F. (2011). *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração.* Universidade Federal de Goiás
- Paula, R. (2010). *Pequenos Passos Para o Futuro: A mediação sócio- educativa no contexto de um bairro social.* (Tese de mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Pereira, Á., & Rebelo, M. (2013). Habitação e integração social. Que desafios lançam os grupos étnicos minoritários? In M. M. Mendes & O. Magano (Eds.), *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* (pp. 61–70). Editora Mundos Sociais: Lisboa.
- Pereira, P. (2009). *Habitação social, um modelo habitacional em equação: um estudo de caso no Bairro do Cabeço (Tortosendo)*. (Dissertação de mestrado). Universidade da beira interior, Faculdade de Viências Sociais e Humanas.
- Pereira, V. B. (2016). *A Habitação Social na Transformação da Cidade. Sobre a Génese e Efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pereira, V.B., & Queirós, J. (2012). *Na Modesta Cidadezinha. Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto (Amial, 1938-2010)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2014). “It’s not a bairro, is it?': subsistence sociability and focused avoidance in a public housing estate”. *Environment and Planning A*, 46, 1297-1316.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2015). Estratégia Nacional para a Habitação, Resolução do Conselho de Ministros nº 48/2015 de 15 de Julho, Diário da República, 1ª série, nº 136, pp. 4826 – 4850.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place Identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto.
- Queiroz, M. C., & Gros, M. C. (2002). *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*. Porto: Campo das Letras.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Rêgo, X. & Fernandes, L. (2012). As falas do medo: Convergências entre as cidades do Porto e do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27, 51-65

- Ribeiro, E. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, 4, 129-148.
- Rodrigues, E. R. (2000). O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 10, 173-200.
- Rodrigues, T. M. V. S. (2013). *Avaliação da Integração Sócio-Urbana dos Empreendimentos de Habitação Social – Aplicação ao caso do Bairro 2 de Maio*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Rodrigues, M. (2017). *Vidas entrelaçadas em Darque: uma abordagem aos processos de (re)construção identitária de habitantes de bairros sociais*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Santos Mártires. (s.d). *Projetos: CLDS 4G*.
- Santos, C. (2015). Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais. *Revista Libertas*, 15 (1), 1-18.
- Serpa, F., Fonte, M.M., Allegri, A., Arenga, N., & Monteiro, M.L. (2018). Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos. In R. Agarez (Ed.), *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 407- 463). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Serrano, G. (2010). *Pedagogía Social. Educación Social. Construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea
- Serrano, G. (2014). *Elaboração de Projetos Sociais*. Casos Práticos. Porto Editora.
- Silva, A. S. (2009). A ruptura com o senso comum nas ciências sociais. In S. A. Santos., & J. M. Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, (pp.29-53). Afrontamento.
- Silva, G. R. F., Macêdo, K. N.F., Rebouças, C.B.A., & Souza, Â. M.A. (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(2), 246-257.

- Silva, M. C., Khan, S., & Cruz, R. V. (2020). Registos (semi)ocultos e manifestos nos modos de vida e de habitar: O 'bairro social' das Andorinhas em Braga. *Sociologia On Line*, (22), 44-73.
- Simões, J. (2010). *A Habitação Social como Instrumento de Combate à Pobreza e Exclusão Social: Estudo de Caso no Bairro Alves Redol*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sousa, S. A. R. (2018). *O Cerco é a minha casa! Apropriações e identidades face ao espaço habitado*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Speller, G.M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In L. Soczka (Ed.), *Contextos humanos e psicologia ambiental*, (pp.133-167). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teixeira, M. C. (1992). As Estratégias de Habitação em Portugal 1880-1940. *Análise Social*, Xviii (115), 65-89.
- Timóteo, I. (2010). *Educação social e relação de ajuda -Representações dos Educadores Sociais sobre as suas práticas*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora.
- Tomás, H. M.C.B. (2015). *A Gestão Pública como instrumento de combate à estigmatização e sentimentos de (in) segurança nos Bairros Sociais, Estudo de Caso: Bairro de Habitação Social “Quinta do Mocho”*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Gestão.
- Trevisan, G. (2009). Intervenção comunitária e inclusão social: o educador e os actores. *Saber & Educar*, 14, 1-5.
- Veiga, S. (2009). *Palcos de conhecimento, Espaços de Transformação - Contributos da Metodologia Sociodramática para a Formação dos Educadores Sociais*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora.
- Vieira, I. (2015). *A participação. Um paradigma para a intervenção social*. Universidade Católica Editora

Vilaça, E., & Ferreira, T. (2018). Os anos de crescimento (1969-2002). In R. C. Agarez (Ed.), *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 317-365). Lisboa: Impresa Nacional – Casa da Moeda.

Wacquant, L. (2010). Estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16, 27-39.

ANEXOS

Anexo I - Declaração Diretor Escola Superior de Educação



Credencial

Declaração

Para os devidos efeitos declara-se que, *Márcia Rafaela Alves Fernandes*,
no ano letivo: *2022/2023*, é aluno(a), da Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Bragança, do *2º* ano, do curso de *Mestrado em Educação Social -
Educação e Intervenção ao longo da vida*, com o nº: *38336*, e que precisa de apoio para a realização de
trabalhos de investigação no âmbito da Unidade Curricular de *Dissertação ou Trabalho de Projeto
ou Relatório de Estágio*.

A Direção da ESEB agradece todo o apoio dado pela instituição a quem for dirigida esta declaração.

Bragança, *13* de *Julho* de *2023*

Assinatura do(a) Docente *Carlos Manuel da Costa Teixeira*

A Direção da ESEB

Assinado por: **CARLOS MANUEL DA COSTA TEIXEIRA**
Num. de Identificação: 10332518
Data: 2023.07.17 14:14:18+01'00'



Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido



Termo de consentimento livre e esclarecido

O meu nome é Márcia Rafaela Alves Fernandes, e encontro-me a realizar uma dissertação cujo tema é “Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o educador social como agente de intervenção comunitária”. Tem como principais objetivos: explorar as relações interpessoais entre os moradores de bairros sociais; conhecer as perceções que os moradores de bairros sociais têm sobre as dinâmicas comunitárias do seu meio; analisar a presença de comportamentos desviantes nos bairros sociais e a sua influência nas vivências dos seus moradores; pesquisar as experiências relacionais dos moradores dos bairros sociais com os outros indivíduos e entidades de fora do bairro.

Para obter os resultados que permitam dar resposta a estes objetivos, solicito a sua colaboração para a realização de uma entrevista. Esta entrevista será gravada em áudio, para depois ser transcrita e analisada, assegurando que todas as informações recolhidas serão confidenciais e os dados obtidos serão exclusivamente para utilizar nesta investigação, tendo o entrevistado o direito de não responder a questões que considere serem de âmbito pessoal.

A investigadora: Márcia Rafaela Alves Fernandes

A orientadora: Teresa do Jesus Pinto Fernandes

Eu, _____, após ter sido esclarecido/a sobre o estudo “Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o educador social como agente de intervenção comunitária”, concordo que o meu testemunho possa ser utilizado nos fins a que se propõe.

Bragança _____ de _____ de 2023.

Assinatura: _____

Anexo III – Guião de Entrevista

Guião entrevista

Título: *“Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o educador social como agente de intervenção comunitária.”*

Objetivos:

- Explorar as relações interpessoais entre os moradores de bairros sociais;
- Conhecer as perceções que os moradores de bairros sociais têm sobre as dinâmicas comunitárias do seu meio;
- Analisar a presença de comportamentos desviantes nos bairros sociais e a sua influência nas vivências dos seus moradores;
- Pesquisar as experiências relacionais dos moradores dos bairros sociais com os outros indivíduos e entidades de fora do bairro;

Grupo I

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu sexo?
3. Qual é o seu nível de escolaridade?
4. Qual é a sua fonte de rendimento?
5. Qual a sua profissão?
6. Beneficia de algum apoio social?
7. Beneficia do apoio de alguma IPSS?
8. Qual o nome do bairro onde reside?
9. Há quantos anos vive neste bairro?
10. Qual a tipologia da sua casa?
11. Quem vive consigo?

Grupo II

12. Como é viver aqui no bairro (aspetos positivos e negativos)?
13. O que mudaria no bairro?
14. Pode-me descrever um dia de semana da sua vida? E um dia ao fim de semana?

15. Pode descrever-me a sua relação com os outros moradores do seu prédio? E com os moradores de outros prédios?
16. Quais são os momentos de convivência com os outros moradores?
17. Pode descrever-me que atividades já organizaram aqui os moradores?
18. Há conflitos no bairro? Já esteve incluído/a em algum?
19. Para além dos conflitos, há outros problemas no bairro? Quais?
20. Como lida com esses problemas?
21. De que forma é que esses conflitos e problemas influenciam a sua vida aqui no bairro? E fora do bairro?
22. Na sua opinião, o que pensam as pessoas que não moram aqui acerca do bairro? E dos seus moradores?
23. Considera que viver no bairro influencia a sua relação com as instituições? E com as outras pessoas da cidade?

Anexo IV - Categorização das entrevistas semiestruturadas

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo
1. Vivência no Bairro	1.1 Perceção dos Moradores	<p>E1: “Olhe é muito bom morar aqui (...). gosto de viver aqui, é sossegadinho. Agora não me estou a lembrar de nada negativo. Ainda podemos ir à rua e deixar as portas abertas e deixar a chave na porta, que nunca houve problemas.”</p> <p>E2: “É um bairro calmo, um bairro sossegado... não vejo que tenha aspetos negativos... É um bairro muito sossegadinho, (...)bastante calmo”</p> <p>E3: “É muito bom, acho que agora já nem sequer me via a morar noutra sítio.”</p> <p>E4: “Gosto de morar aqui.”</p> <p>E5: “Faço a minha vida e ninguém me incomoda. É tudo muito pacífico.”</p> <p>E6: “De negativo não há grande coisa. Olhe é um bairro sossegado até (...)Eu gosto de morar aqui.”</p> <p>E7: “De positivo posso dizer que é mais fácil suportar o valor das rendas.”</p> <p>E8: “É muito barulhento e costuma haver muita porrada.”</p> <p>E9: “Na minha maneira de ver é bom viver aqui onde habito eu, aqui no meu prédio, porque há aqui sítios onde, infelizmente, já não é assim.</p> <p>E10: “De positivo, olhe, o valor das rendas.”</p> <p>E11: “Corre tudo bem. Eu até gosto de viver aqui. De negativo é mais a questão da droga...”</p> <p>E12: “De bom é que somos umas pessoas humildes, não temos nada de luxos, qualquer coisa está bem para nós, neste meio não precisamos de luxos.”</p> <p>E13: “Aqui não se está mal. Sem ser às vezes as confusões com os toxicodependentes, de resto não há problema.”</p> <p>E14: “Pra lhe ser sincera de bom não tem nada. Há muito barulho, gritos.”</p> <p>E15: “Olhe eu não tenho nada assim de negativo a dizer.”</p>
	1.2 Sentimento de pertença	<p>E7: “Somos pessoas normais (...) Tanto me dou com os daqui como com os de fora. Às vezes somos prejudicados por viver em casas de habitação social (...) há quem ache que somos menos importantes,”</p> <p>E9: “Isso já é uma coisa que vem da própria pessoa, não está relacionado ao local até porque, por exemplo, a mim não é o bairro que me define.”</p>

		<p>E10: “Se nos soubermos comportar e ter respeito pelas outras pessoas até podemos viver na rua.”</p> <p>E11: “Eu por acaso, graças a deus, sempre fui bem tratado em todo o lado. Isso eu acho que não tem diferença, ninguém deixa de ser amigo de ninguém só por morar no bairro, acho eu vá.</p> <p>E12: “Isso já vai de nós, da nossa cultura e da nossa educação. Não é por eu viver num bairro de drogados que eu vou seguir o mesmo caminho.... Nunca me senti mal nesse sentido. Se soubermos estar, temos lugar em todo lado.”</p> <p>E15: “Acredito que há pessoas que possam ter preconceito destes bairros. Mas eu nunca fui maltratado por isso. Sempre fui respeitado em todo lado e sempre respeitei toda a gente.”</p>
1.3 Mudanças		<p>E1: “Olha eu no bairro só mudava os prédios, estão um bocadinho degradados, precisavam de umas obras.”</p> <p>E2: “Era necessário apenas umas obras. (...)”</p> <p>E3: “Aqui só mudava os blocos que estão todos danificados. (...) fizeram aqui umas obras nas ruas e nunca as concluíram, mas isso já tem a ver com a câmara. Mas também não quer saber do bairro. Moro aqui há tantos anos e nunca fizeram cá nada.”</p> <p>E4: “Tem havido vários problemas nas casas, nas canalizações, e os prédios estão todos velhos. Já que pagamos renda acho que a camara podia fazer umas obras para resolver esses problemas.”</p> <p>E5: “A câmara deveria ter mais atenção aqui ao bairro, porque quando há eleições sabem vir aqui pedir votos, mas depois durante o ano ninguém os vê cá. De negativos só se for as casas já não terem as melhores condições. Colocam aqui as pessoas a morar e não se interessam nada com o estado em que estão.”</p> <p>E6: “Não há assim nada que me faça muita diferença.”</p> <p>E7: “Olhe se eu pudesse não dava as casas a pessoas ricas, só dava mesmo a quem precisa, aos pobres, mas Câmara só dá casas a quem lhe convém.”</p> <p>E8: “Ai eu se pudesse tirava esta ciganada toda daqui!”</p> <p>E10: “Se eu pudesse fazia com que a Câmara estivesse mais responsável. Não temos luz nas escadas já há 4 anos. Vamos lá (Câmara) e nada. É um bairro muito conflituoso, sobretudo à noite. Há muitos gritos na rua. Insegurança não há, mas existe sempre muito barulho.”</p> <p>E11: “Mudava isso que já lhe disse da droga. A polícia podia fazer alguma coisa.”</p> <p>E12: “Mudaria mesmo isso tudo, essa questão de não haver tráfico, de não haver prostituição, não haver nada dessas coisas e ser um bairro social habitável para toda a gente.”</p>

		<p><i>E13: “Olhe mudava pelo menos aquele bloco além. Ali é muito conflito, é muito mau para as crianças.”</i></p> <p><i>E14:” Mudava essa questão dos gritos”</i></p> <p><i>E15: Para combater essa questão da droga devia andar por aqui a polícia com frequência a fazer vigilância, podia ser que desaparecessem daqui.”</i></p>
1.4 Rotinas		<p><i>E1: “Olhe eu saio para trabalhar e pronto. Ao fim de semana aproveito para fazer as coisas em casa.”</i></p> <p><i>E2: “É todos os dias o mesmo. Quando há trabalho, vou trabalhar. encontro-me com os vizinhos algumas vezes.</i></p> <p><i>E3: “Olha o meu dia-a-dia é de manhã levanto-me vou fazer a minha caminhada, faço três quilómetros todas as manhãs. Depois venho, espero pelo almoço. Depois de almoço vou tomar o meu cafezinho. Ao fim de semana costumo ir para a aldeia, passo lá o dia e depois regresso novamente a casa”.</i></p> <p><i>E4: “Durante a semana passo dia em casa porque tenho dois filhos bebés e estou sozinha com eles. Ao fim de semana já está o meu marido e costumamos sair para apanhar ar com as crianças e o meu filho mais velho poder brincar.”</i></p> <p><i>E5: “Os meus dias aqui são muito tranquilos. Saio para trabalhar de manhã, regresso ao fim do dia e não passo aqui muito tempo. À noite, como venho cansado, raramente saio. E se sair, não fico aqui no bairro.”</i></p> <p><i>E6: “Um dia da semana... levanto-me de manhã, vou tomar um cafezinho aqui ao lado (café do bairro), a gente vem arrumar a casa, fazer o almoço. À tarde lá vou fazendo umas horitas que tenho a fazer(trabalho), depois volto, faço o jantar e comemos e vamos um bocadito até ali ao parque. Um dia ao fim de semana já é mais atribulado que a gente sai assim um bocadinho mais à noite, mas nada de especial. Aqui não se passa grande coisa.”</i></p> <p><i>E7: “Acordo fico em casa, tomo o café em casa e não saio. Ao fim de semana é igual. O meu marido trabalha por turnos e é raro ter folga aos fins de semana, por isso fico em casa também.”</i></p> <p><i>E8: “No bairro não faço grande coisa. Saio de casa para o café e do café para casa. No fim de semana às vezes vou até à casa de alguns familiares que não moram aqui.”</i></p> <p><i>E9: “Quando estou no bairro estou sempre em casa. Ao fim de semana também é raro sair.”</i></p> <p><i>E10: “O meu dia a dia é ir para o curso de formação, venho para casa, às vezes lá vou tomar um café e vou passear o meu cão. Ao fim de semana é igual.”</i></p> <p><i>E11: “Saio de manhã, vou tomar a medicação à Reaprender a viver, vou para o curso e depois vou para a Reaprender a Viver outra vez e depois à noite regresso a casa. Ao fim de semana costumo ir para casa da minha filha e passo lá um bocado com os meus netos.”</i></p>

		<p>E12: “Quando trabalho saio para ir trabalhar e quando regresso não saio mais. No dia de folga, por exemplo, aproveito para ir fazer compras, tratar das minhas coisas, de resto faço as tarefas de casa e vamos até à rua passear os cães, vamos até ao parque. Durante o fim de semana fazemos o mesmo.”</p> <p>E13: “É casa rua, rua casa, conviver aqui com as pessoas, com os vizinhos. Ao fim de semana é a mesma coisa.”</p> <p>E14: “Arrumo a minha casa, saio 1 ou 2 horas para a rua e volto para casa. Ao fim de semana vou para o bairro dos formarigos para ao pé da minha família.</p> <p>E15: “Aqui no bairro não há grande coisa para fazer... De manhã costumo ir dar uma voltinha ali até à estação ou assim passar um bocado com uns amigos. Depois volto para casa, trato do meu almoço, almoço e à tarde descanso um bocado. Depois há dias que já não saio mais, há outros que venho até aqui à rua um bocado. Ao fim de semana é a mesma coisa, lá vou às vezes à aldeia.”</p>
<p>2. Dinâmicas Comunitárias</p>	<p>2.1 Rede de Vizinhança</p>	<p>E1: “Olhe eu não tenho queixa. Por acaso tenho os vizinhos bons. Até estão cá umas meninas de África em frente que estão a estudar no IPB, são sossegadinhas e muito dadas com as pessoas. Não tenho queixa e com os moradores dos outros prédios também não (...) é tudo boa gente aqui. (...) Às vezes... não é dizer que não há conflitos, porque tenho que dizer o que é verdade. Num bairro há sempre uma pessoa ou outra mais conflituosa, mas aqui nos nossos (prédios) não existe muito, mas para outros sim. Eu acho que aqui não é conflituoso. Às vezes é só por palavras. Mas eu nunca estive envolvida em nenhum.”</p> <p>E2: “Temos uma boa relação. Este prédio por acaso também é muito sossegadinho. Com os moradores dos outros prédios também não vejo que haja nada a apontar. Nunca ouvi que houvesse conflitos. Às vezes lá existe um desentendimento ou outro, mas não considero que isso seja bem um conflito. Porque no dia a seguir, se for preciso, já não é nada.” (...) Está a haver uma grande afluência de pessoas jovens a chegarem ao bairro. Antes era um bairro só de gente antiga, que já mora cá há muito tempo. Agora, nos últimos anos, tem falecido muita gente também. Está se a ver uma grande diversidade de etnias e culturas, e é aí que às vezes surgem os problemas.”</p> <p>E3:” A relação com os vizinhos é boa, é boa! Dos outros prédios há alguns que não conheço tão bem. Mas os que conheço também me dou bem com eles (...) Conflitos que eu saiba lá há um ou outro por acaso, mas não há assim conflitos de gravidade. Oh, por acaso eu já tive um problemzinho com uma senhora que me tratou mal, mas foi só isso. Não há mais problemas nenhuns.”</p>

E4: *“Há alguns vizinhos que são muito bons. O lado positivo é que cada um está na sua casa e ninguém se mete com ninguém. De vez em quando lá se houve falar de alguma confusão, mas acho que nunca houve nada de muita gravidade, pelo menos que eu me lembre. Já tive uma vez um desentendimento com um vizinho, mas ficou resolvido. Penso que não exista mais nada. Pelo menos não estou a ver nenhum agora.”*

E5: *“Tenho maior relação com os vizinhos aqui do prédio porque nos cruzamos mais vezes e conversamos mais. Com os dos outros prédios não há tanta ligação, mas também não quer dizer que nos damos mal. Às vezes falam que há umas discussões, mas como eu não passo aqui muito tempo, nunca assisti a nada, nem nunca foi nada comigo (...) acho que não há assim grandes problemas.”*

E6: *“É bom dia e boa tarde e pouco mais. Com os dos outros prédio é igual.”*

E7: *“Com os moradores aqui do prédio é muito boa, são como familiares. Com os dos outros prédios também é boa. De negativo são alguns vizinhos. Não se pode fazer nada que estão logo de olho. (...) Há gente rival aqui. Mas eu não me meto, está fora de questão.”*

E8: *“No meu prédio não me dou bem com quase ninguém, só há uma moradora com quem me dou melhor. E mesmos dos outros prédios dou-me bem com pouca gente. Há conflitos, mas é mais com a ciganada. Que eu me lembre nunca tive problemas com ninguém.”*

E9: *“Com os moradores do meu prédio é muito boa. Das outras entradas falo com toda a gente, mas não tenho convivência com eles (...) nunca me chateei com ninguém.”*

E10: *“Dou as boas horas a toda a gente. Não dou muita confiança a ninguém para não ter problemas. Com as pessoas aqui do prédio converso um pouco mais e ajudamo-nos uns aos outros. Às vezes há umas desavenças, principalmente agora no verão que as pessoas estão mais na rua. Mas acredito que nos bairros que não são sociais também há discussões. Eu não, nunca estive incluído em nenhum, fico no meu canto.”*

E11: *“Por acaso com os do meu prédio dou-me bem. Quando é preciso até ajudo as vizinhas a levar as compras para cima. Com os dos outros prédios já não me dou tanto (...), mas há cá sempre barulho, eu nunca estive em nenhum.”*

E12: *“Com os moradores do meu prédio é muito boa. Aos vizinhos aqui do prédio confio-lhe a minha filha se for preciso. Mas com os outros também tenho uma boa relação. Nunca me envolvi em nada disso (conflitos).”*

E13: *“Com os daqui é muito boa. Com os outros também, nunca tive problemas aqui com eles, sempre fui criada aqui com eles (...)É mais com as pessoas do meu prédio, que conversamos mais e assim.”*

		<p>E14: “Dou-me bem com os moradores do meu prédio. E com os dos outros prédios também me dou bem. Uma vez por acaso já tive um problemazinho.”</p> <p>E15: “Eu aqui dou-me bem com toda a gente (...) tenho aqui alguns vizinhos que considero família. Não tenho nada a apontar de ninguém. Claro que tenho mais confiança com os do meu prédio, mas mesmo com os outros também não tenho nada a dizer Às vezes lá um desentendimento ou outro, mas hoje em dia as pessoas também se chateiam por coisas mínimas.</p>
	2.2 Convivência	<p>E1: “Às vezes vamos para ali para a rua um bocadinho no verão. Estamos um bocadinho a conversar ao fresco. Não é assim dizer que convivemos com todos, é mais com uma vizinha ou duas que somos assim mais próximas”.</p> <p>E2: “Olha às vezes à noite costumamos, principalmente agora no verão, encontrar-nos ali com outras vizinhas e estar aqui a conversar com as vizinhas.”</p> <p>E3: “Olhe conversamos uns com os outros aqui no bairro. Damos as boas horas quando nos vemos. Com alguns é boa tarde e bom dia, e pouco mais.”</p> <p>E4: “Às vezes à noite juntamo-nos a conversar, só isso. De resto, cada um faz a sua vida.”</p> <p>E5: “Há 3 ou 4 vizinhos com quem converso mais um pouco.”</p> <p>E6: “Às vezes lá nos juntamos ali a fazer umas sardinhas e a conversar ali no café.”</p> <p>E7: “É mais ali na sede dos paraquedistas quando as pessoas vão lá tomar café.”</p> <p>E8: “Os momentos de convivência são poucos. Às vezes converso com essas vizinhas com quem me dou melhor, mas é conversa de dia a dia. De resto não há mais nada. Cada um faz as suas vidas.”</p> <p>E9: “O que existe aqui é a Associação dos Paraquedistas do Nordeste Transmontano e é onde ainda se vão juntando as pessoas.”</p> <p>E10: “Ninguém se dá com ninguém.”</p> <p>E11: “Eu praticamente não convivo com ninguém porque não estou aqui quase tempo nenhum. O meu irmão às vezes lá assa aí na rua e juntam-se os vizinhos aqui do prédio. Agora os outros não sei.”</p> <p>E12: “Quando são festas de anos costumamos juntar-nos aqui os vizinhos do prédio. Ou às vezes ao domingo fazemos aqui um churrasco, cada um traz sua coisa e fazemos assim um convívio.”</p> <p>E13: “Isso não sei bem. Só posso falar por mim. Mas não há assim grande convivência.”</p> <p>E14: “Quase não há convivência nenhuma.”</p>

		<i>E15: “Não sei, só se for quando as pessoas conversam aqui na rua...”</i>
	2.3 Atividades	<p><i>E1: “Atividades nenhuma.”</i></p> <p><i>E2: “Não sei de nenhuma realização à cerca disso.”</i></p> <p><i>E3: “Aqui os moradores não organizam nada.”</i></p> <p><i>E4: “Aqui nunca ninguém organizou nada.”</i></p> <p><i>E5: “Que eu saiba nada.”</i></p> <p><i>E6: “Nada. Se alguém quer organizar, organiza sozinho.”</i></p> <p><i>E7: Nenhuma! Aqui não se faz nada. É uma pasmaceira.”</i></p> <p><i>E8: “Às vezes, no verão, fazem ali umas sardinhas, mas não é para toda a gente, mas que eu saiba não há mais nada.”</i></p> <p><i>E9: “Aqui ninguém organiza nada.”</i></p> <p><i>E10: “Nenhuma. Pelo menos que eu saiba. Nunca vi nada, nem nunca me convidaram para nada.”</i></p> <p><i>E11: “Que eu saiba nada.”</i></p> <p><i>E12: “Que organizassem assim para o bairro todo não sei. Depois as pessoas juntam-se em grupos, com aqueles que são dão melhor, e fazem coisas assim como os churrascos.”</i></p> <p><i>E13: “Não organizam nada, cada um está no seu canto.”</i></p> <p><i>E14: “Nada.”</i></p> <p><i>E15: “Que eu saiba nenhuma. Desde que moro aqui não vi ninguém organizar nada.”</i></p>
	3.1 Criminalidade	<p><i>E1: Às vezes costuma vir a polícia (...) não há assim nenhum problema grave.</i></p> <p><i>E6: “Não faço ideia (...), não acho que haja problemas.”</i></p> <p><i>E7: “. Que a gente saiba não se passa nada. Mas uma vez já tive que chamar a polícia por causa de uns vizinhos porque desconfiei de violência doméstica.”</i></p> <p><i>E8: “Não sei de mais nada.”</i></p> <p><i>E9: “Sim, há muito anos havia. Agora nem tanto. Em relação por exemplo a drogas ou essas coisas nunca persenti isso.”</i></p> <p><i>E10: “(...), eu não sei de mais nada...”</i></p> <p><i>E11: “Há a droga, isso há! Mas isso é mais com os drogados.”</i></p>

3. Comportamentos Desviantes		<p><i>E12: “É mais para a parte onde há o tráfico. é um bairro que sabemos que trata com pessoas toxicodependentes, com tráfico e coisas assim ...a droga, a prostituição é o que reflete aqui mais de caras.”</i></p> <p><i>E13: “Toda a gente sabe do tráfico...”</i></p> <p><i>E14: “Agora que eu saiba não há problema nenhum”</i></p> <p><i>E15: “Não há muitos. É só isso da droga.”</i></p>
	3.2 Consumo de substâncias psicoativas	<p><i>E11: “Toda a gente aqui sabe quem fuma e quem vende. Vêem-se por aqui seringas na rua... “</i></p> <p><i>E13: “É isso dos toxicodependentes (...) às vezes há confusões com os toxicodependentes (...) Eu não me meto com eles. Metendo-se com eles também já se sabe que há outros conflitos. Uma pessoa já conhece e já nem tenta o contacto com ele.”</i></p> <p><i>E12: “Às vezes vamos pela rua e podemos encontrar uma seringa no chão. Não é este o conforto que nós queremos para as nossas crianças, nem para nós (...). Há consumo e tráfico. (...) vêm para cá traficar e consumir, porque já sabem que aqui é um local de referência para traficar.”</i></p> <p><i>E15: “. (...) Andam por aqui os traficantes e as pessoas já sabem e vêm cá comprar e isso dá muito mau ar ao bairro. E de vez em quando até se vê por aqui umas seringas no chão.””</i></p>
	3.3 Impacto na esfera pessoal e familiar	<p><i>E1: “Se os problemas não são comigo não me fazem diferença. Quando vejo que há alguma confusão afasto-me (...)Para mim não me influenciam em nada, porque a minha vida é trabalho e casa e não estou a assistir a isso... às vezes lá vejo vir o carro da polícia, mas não me influencia em nada”</i></p> <p><i>E2: É fácil! Eu trato toda a gente de igual forma. Somos todos iguais. Se vejo que é alguém mais conflituosa afasto-me (...)Para mim isso não é um problema.”</i></p> <p><i>E3: “Lido bem com isso, já não me faz diferença (...)Como lhe disse aqui não há grandes conflitos... não me influenciam em nada.”</i></p> <p><i>E4: “Afasto-me do que vejo que me pode trazer problemas(...) Desde que os conflitos não sejam comigo não me influenciam em nada.”</i></p> <p><i>E5: “Lido bem, porque nunca foi nada comigo e tento não arranjar problemas com ninguém (...) Não é bem influenciar, mas são coisas desnecessárias. Fica mal e dá mau aspecto ao bairro. Vir cá a polícia dá a ideia de que existem muitos problemas.”</i></p>

		<p>E6: “Desde que ninguém se meta comigo está tudo bem. Se algum dia houver algum problema também não faço escândalos, chamo logo a polícia.”</p> <p>E7: “Nunca tive problemas.”</p> <p>E8: “Não(...) Eu faço a minha vida, vou para o meu trabalho e não passo aqui muito tempo e isso não me influencia. Mas acho que é mau haver conflitos porque depois é só isso que se fala do bairro.”</p> <p>E9: “Tento lidar de forma pacífica. A ralar não vamos a lado nenhum. Como lhe disse, nunca tive aqui problemas com ninguém...”</p> <p>E10: “Lido bem! Quando vejo que há algum problema afasto-me. (...) Na minha vida não tem grande influência. Mas não gosto de ver, fica mal. Às vezes até as crianças assistem. E isso dá mau aspeto aqui ao bairro, principalmente quando vem a polícia.”</p> <p>E11: “Afasto-me. Esses da droga são pessoas perigosas e eu não me quero meter em problemas. A mim não me interessa muito. Claro que era melhor se nada disso existisse. Depois as pessoas pensam que os que aqui moram são todos iguais.”</p> <p>E12: “A minha casa dá mesmo de frente para onde ocorrem essas coisas, que é também onde há o café, e oiço gritos, sou obrigada a ir à janela e ameaçá-los com a polícia que, por acaso, já chamei várias vezes (...)A mim pessoalmente não me influencia, mas dá mau aspecto.”</p> <p>E13: “Oh, eu estou no meu canto e eles estão no canto deles. (...) às vezes evitamos passar pelos locais onde sabemos que eles (toxicodependentes) estão para evitar problemas. Dá mau aspeto ao bairro, isso é verdade. As pessoas até têm medo de cá vir e não me admira nada.”</p> <p>E14: “Não me faz diferença. Faço a minha vida e não me interessa o que aqui se passa.”</p> <p>E15: “Olhe temos que aprender a lidar. Acabamos por fazer que não vemos. Já nós queixamos tantas vezes e ninguém quer saber... por isso somos obrigados a conviver com isto (...)Na minha opinião isto dá muito mau ar ao bairro. Na minha vida não tem grande influência porque lá está, acabei por me acostumar a isto e já não me faz grande diferença.”</p>
<p>4. Relações exteriores</p>	<p>4.1 Experiência relacional</p>	<p>E1: “Olhe eu tanto me dou com as pessoas do bairro como com pessoas que não vivem cá. Mesmo com as pessoas que vêm de novo damos-nos bem sempre, por acaso não temos queixa disso. Nas instituições e assim eu acho que é igual. Não há diferenças nisso. É tudo a mesma coisa.”</p>

		<p>E2: “Ah, é indiferente! Nós damo-nos bem com toda a gente. As entidades, penso que é igual. Temos bons acessos. Estamos aqui ao lado do hospital, no meio da cidade, até costume dizer a brincar que vivemos no numa ilha. Mas nunca notei nenhuma diferença.”</p> <p>E3: “Vou pouco para a cidade, mas conheço muita gente e com a gente que conheço dou me muito bem, nunca vi discriminação nenhuma, mesmo com as entidades.”</p> <p>E4: “Não acho que influencie em nada disso. Temos pessoas amigas aqui no bairro e também fora. As instituições secalhar até ajudam mais quem mora aqui do que noutros sítios, por isso, é mais ao contrário. Há aqui muitos vizinhos a ir buscar o almoço e alimentos a instituições.”</p> <p>E5: “Nunca sentia nenhuma diferença, nem numa coisa nem noutra. Nunca fui menos bem tratado por morar aqui.”</p> <p>E6: “É igual, é igual. Não é por sermos mais vulneráveis que somos mais ou menos apoiados ou que não nos podemos relacionar com A ou com B, acho que nos tratam da mesma forma.”</p> <p>E8: “Há pessoas que moram no bairro e que precisam de ajuda e são ajudados por isso as entidades não nos diferenciam. Tenho amigas de infância que moram noutras zonas da cidade e sempre falaram comigo, sempre nos demos muito bem.”</p> <p>E10: “Eu nunca senti nenhuma diferença nem com as pessoas, nem com instituições, nem em nada.”</p> <p>E11: “Os meus melhores amigos até são pessoas que não moram aqui e olhe que é gente que está muito bem na vida. Mesmo nos serviços sempre fui bem servido.”</p> <p>E13: “Em relação às pessoas é normal, não somos nenhuns bichos e as outras coisas (entidades) também estão cá para nos ajudar e é assim que tem sido”</p> <p>E14: “Eu acho que as pessoas de fora até são mais acessíveis.” “(...) a nível da ajuda das associações não nos podemos queixar.”</p> <p>E15: “Tenho amigos fora daqui, não são amigos por interesse. Das entidades posso lhe dizer o mesmo, nunca foi excluído.”</p>
	<p>4.2 Perceção dos outros acerca do bairro</p>	<p>E1: “Olha eu não sei o que pensam as outras pessoas, mas o que lhe digo é que eu acho que devem pensar bem”</p> <p>E2: “Eu acho que temos uma boa fama. Sempre foi considerado o bairro das enfermeiras e continuamos a ser um bairro sossegado e pacato e comparado com outros bairros sociais da região de Bragança.”</p> <p>E3: “As pessoas com quem eu costume conversar e os meus conhecidos não falam mal. Só dizem que o bairro devia estar mais bem arranjado, porque está um bocado velho e degradado.”</p>

E4: *“Já houve quem me dissesse que, lá está, devido ao exterior dos prédios, parece o bairro da lata. Já se sabe que quem mora neste local vai ser sempre visto como um pobre.”*

E5: *“Quem não conhece secalhar não tem a melhor ideia pelo que se vai falando por aí de existirem problemas que às vezes nem são verdade. As pessoas que conhecem já têm uma ideia diferente. Não deviam pensar nada de mal e. Problemas há em todo lado.”*

E6: *“Este é considerado o bairro dos “Cubanos” por algum motivo deve ser, não é? Mas não, nunca me foi comentado nada em relação a isso, ninguém me falou mal deste bairro”*

E7: *“Pensam o mesmo que eu. Que há gente que não merecia estar aqui a viver, enquanto há pessoas a passar necessidades.”*

E8: *“Acham que as pessoas que moram no bairro são inferiores.”*

E9: *“Do meu bairro devem pensar bem. Mas falando a sério acho que não pensam nada bem. Há gente boa e gente ruim como em todos os bairros, acontece isso em todos os bairros.”*

E10: *“Quando não há cultura o respeito é pouco. Eu acho que as pessoas pensam que só moram aqui pessoas incultas devido ao que se vai ouvindo dos bairros sociais e que nem sempre é verdade.”*

E11: *“Toda a gente conhece este bairro pelo “bairro dos Índios” e esse nem é o nome dele. Eu acho que a ideia não deve ser muito boa. Na cidade toda a gente sabe o que aqui se passa.”*

E12: *“As pessoas pensam que é o pior bairro aqui de Bragança e eu não sou contra elas. Daquilo que se ouve, daquilo que se vê, daquilo que se fala é normal. E o pior de tudo são as pessoas que não são daqui. E esses que não são de cá acabam por divulgar para fora coisas que nem são verdade, que acaba por agravar mais a fama do bairro.”*

E13: *“Pensam que é um bairro conflituoso, mas não é nada disso, a realidade não é essa. Depois é o bairro dos Índios. Isto antigamente é verdade que era muito conflituoso, mas agora não, é um bairro de paz.”*

E14: *“Isso não lhe sei dizer. Mas não devem pensar o melhor.”*

E15: *“Acabam por associar toda a gente que aqui vive a estes problemas. E isso não é a realidade. Há gente muito boa aqui, claro que depois também há aqueles mais reles como em todo lado.”*